Paulo Freire

anistiado político brasileiro

Paulo Freire
anistiado político brasileiro

Moacir Gadotti e Paulo Abrão (Org.)

Balduíno Andreola
Claudius Ceccon
Edson Cláudio Pistori
Elza Freire *in memorian*
Marco Antonio Batista Carvalho
Mário Bueno Ribeiro
Miguel Paiva
Moacir Gadotti
Paulo Abrão
Selvino Heck

Brasília / São Paulo, 2012

Realização

InstitutoPauloFreire

Ed,L Editora e Livraria Instituto Paulo Freire

Projeto **Marcas da Memória** | Comissão de **Anistia** | Ministério da **Justiça**

GOVERNO FEDERAL BRASIL PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

O presente projeto insere-se no projeto Marcas da Memória da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. A realização do projeto objetiva atender as missões legais da Comissão de Anistia de promover o direito à reparação, memória e verdade, permitindo que a sociedade civil e os anistiados políticos concretizem seus projetos de memória. Por essa razão, as opiniões e dados contidos na publicação são de responsabilidade de seus organizadores e autores, e não traduzem opiniões do Governo Federal, salvo quando expresso o contrário.

Expediente

Presidenta da República
DILMA VANA ROUSSEFF

Ministro da Justiça
JOSÉ EDUARDO CARDOZO

Presidente da Comissão de Anistia
PAULO ABRÃO

Vice-presidentes da Comissão de Anistia
EGMAR JOSÉ DE OLIVEIRA
SUELI APARECIDA BELLATO

Conselheiros da Comissão de Anistia
ALINE SUELI DE SALLES SANTOS
ANA MARIA GUEDES
ANA MARIA LIMA DE OLIVEIRA
CAROLINA DE CAMPOS MELO
CRISTIANO OTÁVIO PAIXÃO ARAÚJO PINTO
EDSON CLÁUDIO PISTORI
ENEÁ DE STUTZ E ALMEIDA
HENRIQUE DE ALMEIDA CARDOSO
JOSÉ CARLOS MOREIRA DA SILVA FILHO
JUVELINO JOSÉ STROZAKE
LUCIANA SILVA GARCIA
MÁRCIA ELAYNE BERBICH DE MORAES
MÁRCIO GONTIJO
MARINA DA SILVA STEINBRUCH
MÁRIO MIRANDA DE ALBUQUERQUE
NARCISO FERNANDES BARBOSA
NILMÁRIO MIRANDA
PRUDENTE JOSÉ DA SILVA MELLO
RITA MARIA DE MIRANDA SIPAHI
ROBERTA CAMINEIRO BAGGIO
RODRIGO GONÇALVES DOS SANTOS
VANDA DAVI FERNANDES DE OLIVEIRA
VIRGINIUS JOSÉ LIANZA DA FRANCA

Secretário-Executivo da Comissão de Anistia
MULLER LUIZ BORGES

Coordenador Geral de Memória Histórica da Comissão de Anistia
MARCELO D. TORELLY

Coordenadora de Projetos e Parceiras
ROSANE CAVALHEIRO CRUZ

Instituto Paulo Freire

Patrono
PAULO FREIRE

Presidente de Honra
MOACIR GADOTTI

Presidente
ÂNGELA ANTUNES

Vice-Presidente
PAULO ROBERTO PADILHA

Diretor Administrativo-Financeiro
ALEXANDRE MUNCK

Diretora Pedagógica
FRANCISCA PINI

Apoiadores
ANA BEATRIZ BALBINO
ANDERSON FERNANDES DE ALENCAR
FERNANDA SOARES DE CAMPOS
JOSÉ MORAES NETO
SONIA COUTO SOUZA FEITOSA

Editora e Livraria Instituto Paulo Freire

Coordenadora Gráfico-Editorial
JANAINA ABREU

Preparadora de Originais
LINA ROSA

Revisor
CARLOS COELHO

Produtora Gráfico-Editorial
EMÍLIA SILVA

Projeto Gráfico, capa, diagramação e arte-final
MARCELA WEIGERT

Fotos
ARQUIVOS PAULO FREIRE
RAFAEL LIMA
ISAAC AMORIM

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Paulo Freire, anistiado político brasileiro /
organizadores Instituto Paulo Freire e Comissão de Anistia. Ministério da Justiça . -- São Paulo : Editora e Livraria Instituto Paulo Freire ; Brasília : Comissão de Anistia. Ministério da Justiça, 2012.

ISBN 978-85-61910-84-6

1. Anistia - Brasil 2. Educação - Filosofia 3. Exilados 4. Freire, Paulo, 1921-1997 I. Instituto Paulo Freire. II. Comissão de Anistia. Ministério da Justiça.

12-04248 CDD-370.92

Índices para catálogo sistemático:
1. Educadores : Biografia e obra 370.92

Copyright 2012 © Editora e Livraria Instituto Paulo Freire

Edição para distribuição gratuita
Venda Proibida
3.000 exemplares

Ministério da Justiça
Esplanada dos Ministérios,
Bloco T, Edifício sede
Brasília - DF - 70064-900
(61) 2025-3587
www.mj.gov.br

Instituto Paulo Freire
Rua Cerro Corá, 550, 1º andar, sala 10
São Paulo - SP - Brasil
(11) 3021-5536
www.paulofreire.org
ipf@paulofreire.org

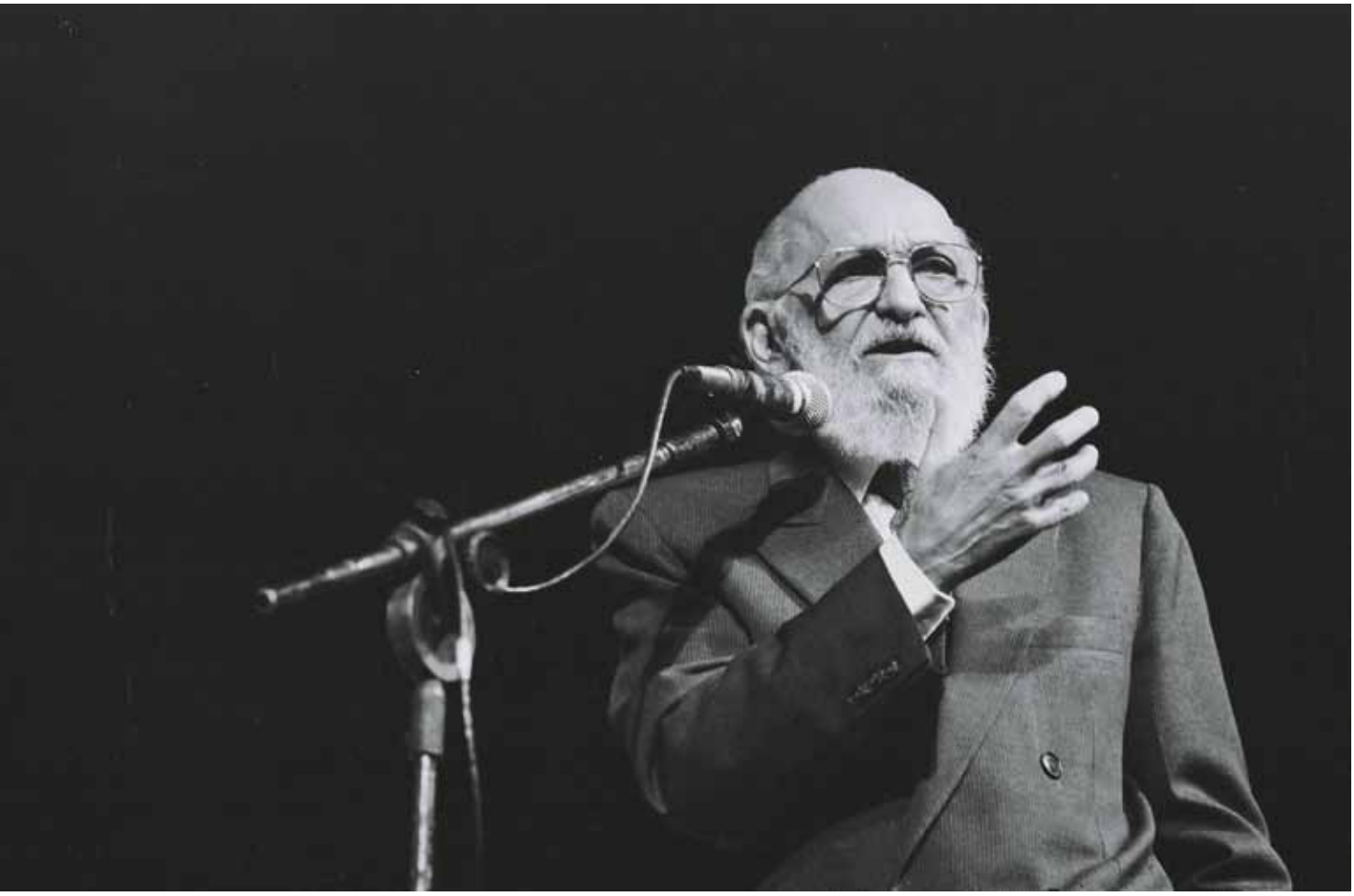
Comissão de Anistia
Esplanada dos Ministérios, Bloco T,
Ministério da Justiça, anexo II, térreo T3
Brasília - DF - 70064-900
Tel.: 61 2025-3213 / 3062
www.mj.gov.br/anistia

Editora e Livraria Instituto Paulo Freire
Rua Cerro Corá, 550, Lj. 1
São Paulo - SP - Brasil
(11) 3021-1168
www.paulofreire.org
editora@paulofreire.org
livraria@paulofreire.org
@editoraipf

Discussão do conceito de cultura nos Círculos de Cultura
Francisco Brennand

“Anistiar Paulo Freire é libertar o Brasil da cegueira moral e intelectual que levou governantes a considerarem inimigos da Pátria educadores que queriam libertar o País da cegueira do analfabetismo“.

Luiz Inácio Lula da Silva, Ex-presidente da República



Sumário

1. Apresentação 09
Moacir Gadotti e Paulo Abrão

2. Saudação a Paulo Freire 17
Selvino Heck

3. Voto do relator 21
Edson Cláudio Pistori

4. Paulo Freire, cidadão brasileiro 31
Selvino Heck

5. Significado da anistia a Paulo Freire 35
Moacir Gadotti

6. Paulo Freire e o exílio no Chile: uma contribuição recíproca para uma visão de mundo 41
Marco Antonio Batista Carvalho

7. Paulo Freire no Conselho Mundial de Igrejas em Genebra 55
Balduíno Andreola e Mário Bueno Ribeiro

8. Elza Freire, setembro de 1977 65

9. Paulo Freire, no exílio, ficou mais brasileiro ainda 73
Entrevista a Claudius Ceccon e Miguel Paiva

10. Pedagogia do Oprimido: 40 Olhares 97

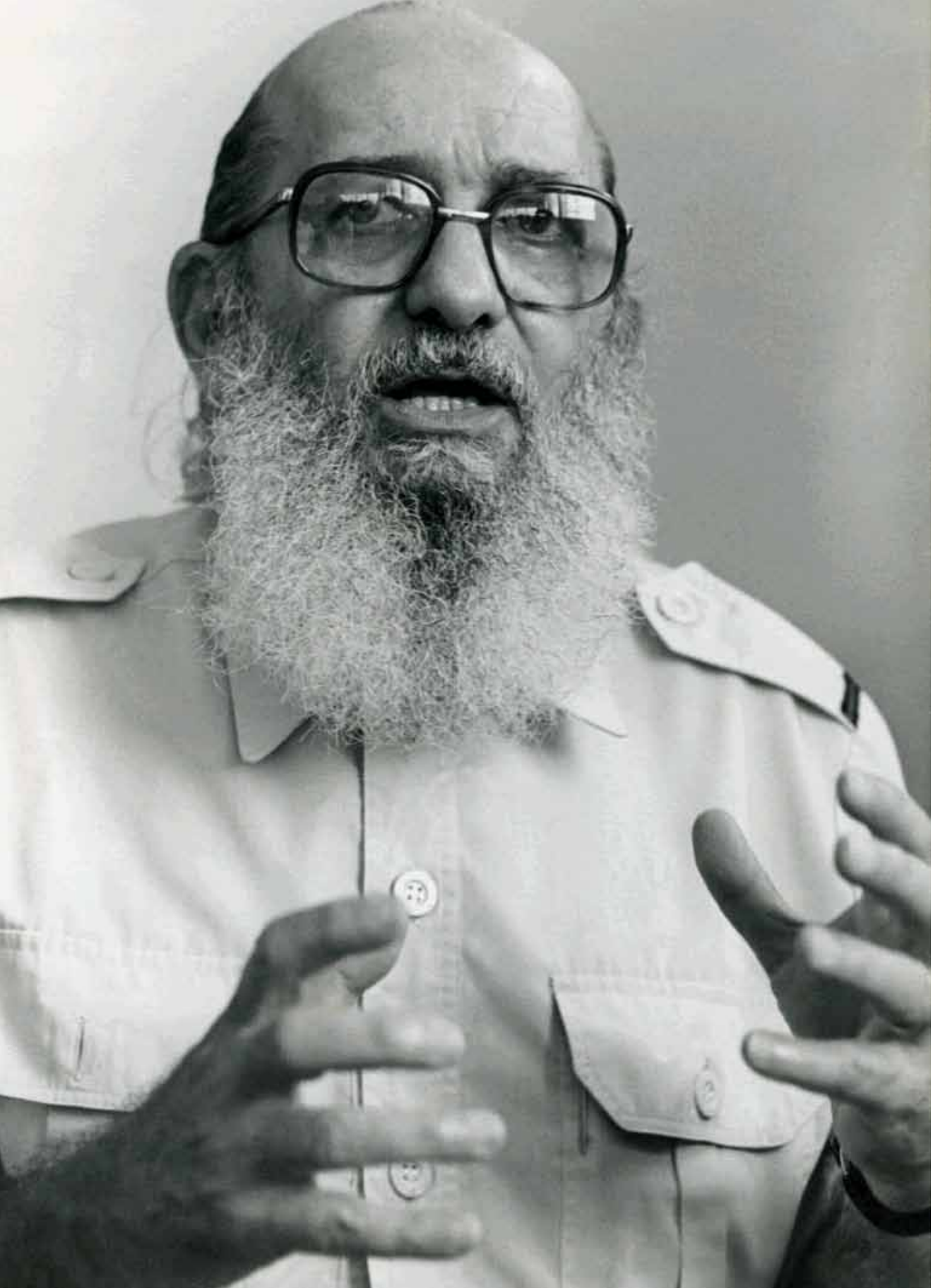
11. Marcas da Memória 133

12. Caravanas da Anistia 139

13. Cronologia 143

DVD

1. Íntegra do livro
2. Íntegra do processo de anistia a Paulo Freire
3. Filme da seção pública do julgamento de Paulo Freire
4. Áudio da seção pública do julgamento de Paulo Freire
5. Fotos da seção pública do julgamento de Paulo Freire



1

Apresentação

Moacir Gadotti
Presidente de Honra do Instituto Paulo Freire

Paulo Abrão
Presidente da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça

Paulo Freire retorna do exílio. Aeroporto de Viracopos (SP), 07 de agosto de 1979

Paulo Freire e Marcos Guerra, Angicos, 1963

No dia 26 de novembro de 2009, durante a realização do Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica, realizado em Brasília, o educador Paulo Freire foi declarado "anistiado político brasileiro", com pedido de desculpas por atos criminosos cometidos pelo Estado. A Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, que analisou o requerimento feito pela viúva Ana Maria Araújo Freire, em 2007, sob a ótica da perseguição política sofrida pelo educador à época da ditadura, concedeu a anistia solicitada. Na ocasião, o relator do processo, Edson Pistori, afirmou que "esse pedido de perdão se estende a cada brasileiro que, ainda hoje, não sabe ler sua própria língua". A perseguição a Paulo Freire pela ditadura impediu a milhares de brasileiros de se alfabetizarem.

Paulo Reglus Neves Freire nasceu no dia 19 de setembro de 1921, no Recife, Pernambuco, uma das regiões mais pobres do País, onde logo cedo pôde experimentar as dificuldades de sobrevivência das classes populares. Trabalhou inicialmente no Sesi (Serviço Social da Indústria) e no Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife. Sua filosofia educacional expressou-se primeiramente em 1958 na sua tese de concurso para a Universidade do Recife e, mais tarde, como professor de História e Filosofia da Educação daquela Universidade, bem como em suas primeiras experiências de alfabetização, como a de Angicos, no Rio Grande do Norte, em 1963.

A coragem de pôr em prática um autêntico trabalho de educação, que identifica a alfabetização como um processo de conscientização, capacitando o oprimido tanto para a aquisição dos instrumentos de leitura e escrita quanto para a sua libertação, fez dele um dos primeiros brasileiros a serem exilados. A metodologia por ele desenvolvida foi muito utilizada no Brasil em campanhas de alfabetização e, por isso, ele foi acusado de subverter a ordem instituída, sendo preso após o Golpe Militar de 1964. Depois de 75 dias de reclusão, foi convencido a deixar o País. Exilou-se primeiro no Chile, onde, encontrando um clima social e político favorável ao desenvolvimento de suas teses, desenvolveu, durante anos, trabalhos em programas de educação de adultos no Instituto Chileno para a Reforma Agrária (Icira). Foi aí que escreveu a sua principal obra: *Pedagogia do Oprimido*.

Em 1969, trabalhou como professor na Universidade de Harvard. Durante os dez anos seguintes, foi Consultor Especial do Departamento de Educação do Conselho Mundial das Igrejas, em Genebra (Suíça). Nesse período, deu consultoria educacional junto a vários governos do Terceiro Mundo, principalmente na África, em estreita colaboração com numerosos grupos engajados em novas experiências educacionais, tanto em zonas rurais quanto urbanas.

Em 1980, depois de dezesseis anos de exílio, retornou ao Brasil para "reaprender" seu País, como ele afirmou ao chegar. Lecionou na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Em 1989, tornou-se Secretário de Educação no Município de São Paulo. Durante seu mandato, fez um grande esforço na implementação de movimentos de alfabetização – como o Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos da Cidade de São Paulo (MOVA-SP) –, de revisão curricular e ainda também empenhou-se na recuperação salarial dos professores.

Em Paulo Freire, conviveram sempre presentes seu senso de humor e a sua não menos constante indignação contra todo tipo de injustiça. Casou-se, em 1944, com a professora primária Elza Maia Costa Oliveira, com quem teve cinco filhos. Após a morte de sua primeira esposa, casou-se com Ana Maria Araújo Freire.

Paulo Freire é autor de muitas obras. Entre elas: *Educação como Prática da Liberdade* (1967), *Pedagogia do Oprimido* (1968), *Cartas à Guiné-Bissau* (1975), *Pedagogia da Esperança* (1992), *À Sombra Desta Mangueira* (1995). Foi reconhecido mundialmente pela sua práxis educativa através de numerosas homenagens. Além de ter seu nome adotado por muitas instituições. É cidadão honorário de várias cidades no Brasil e no exterior. A Paulo Freire foi outorgado o título de doutor *honoris causa* por vinte e sete universidades. Por seus trabalhos na área educacional, recebeu, entre outros, os seguintes prêmios: "Prêmio Rei Balduíno para o Desenvolvimento" (Bélgica, 1980); "Prêmio Unesco da Educação para a Paz" (1986) e "Prêmio Andres Bello", da Organização dos Estados Americanos, como Educador do Continente (1992). No dia 10 de abril de 1997, lançou seu último livro, intitulado *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Paulo Freire faleceu no dia 2 de maio de 1997 em São Paulo, vítima de um infarto agudo do miocárdio.

Paulo Freire, Secretário Municipal de Educação em São Paulo, abre o Congresso dos Alfabetizandos da Cidade de São Paulo,16 de dezembro de 1990

A **Comissão de Anistia** do Ministério da Justiça existe desde 2002. Recebeu mais de 70 mil requerimentos com pedido de anistia. Destes, quase 60 mil foram julgados e, aproximadamente 35 mil foram deferidos; mais de 15 mil processos obteram reparação econômica, revelando à população fatos arbitrários praticados durante o regime militar, atos de violação dos direitos humanos.

A comissão criou a *Caravana da Anistia,* visitando mais de dezesseis estados brasileiros. Qualquer cidadão brasileiro perseguido politicamente entre 1946 e 1988 pode requerer, através da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, sua anistia política.

O projeto de anistia a Paulo Freire, intitulado "Anistia Política: Educação para a Cidadania, Democracia e Direitos Humanos", foi realizado por meio de parceria entre a Comissão de Anistia, o Instituto Paulo Freire, o Ministério da Educação, as comissões de educação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco), a Associação dos Juízes para a Democracia, o Conselho Internacional de Educação de Adultos (Icae), o Movimento dos Sem-Terra (MST), a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e a Associação Brasileira de Ensino do Direito (Abedi).

A concessão da anistia a Paulo Freire teve grande repercussão, nacional e internacional. Escreveu Carlos Alberto Torres, professor da Universidade de Los Angeles, Califórnia, e diretor do Instituto Paulo Freire de Los Angeles:

> Sinto-me emocionado ao saber da anistia a Paulo Freire. As reparações históricas só têm sentido se permanecerem na memória histórica das lutas populares, para permitir que a memória, essa rara estrutura mental, cognitiva, e também simbólica e até instrumental, não se perca, mas cumpra o seu papel na vida dos seres humanos. A anistia ao nosso querido Paulo não é apenas um ato que faz perdurar uma memória, mas, na melhor tradição democrática político-pedagógica de Freire, é um ato educativo. Não é um ato performático, mas a lembrança da necessidade de uma reparação histórica a uma família, e, em especial, a um indivíduo tão querido, mestre dos mestres na América Latina.

Reunião de formação com os alfabetizandos, entre eles Madalena Freire, Marcos Guerra e Carlos Lyra. Angicos, 1963

Paulo Freire retorna do exílio. Aeroporto de Viracopos (SP), 07 de agosto de 1979

Escreveu António Teodoro, professor da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa:

> A melhor homenagem que podemos prestar a Freire é contribuir para encontrar respostas práticas e teóricas a esta questão simples: pode a escola ser outra coisa? Que contribuição podemos dar, com os professores e educadores sociais, para que a escola seja um espaço de "empoderamento" dos que menos têm, das crianças, dos jovens, dos adultos, com quem trabalhamos? O que fazer para que possamos viver e aprender juntos, nas nossas diferenças e na nossa humanidade comum?

A professora da Universidade do Porto e diretora do Instituto Paulo Freire de Portugal, Maria Luiza Cortesão, enviou mensagem felicitando a Comissão de Anistia e dizendo que

> [...] como filha de um emigrado e condenado político, cujo total sacrifício de vida pela liberdade em Portugal nunca foi reconhecido, eu acho que não chega conseguir para Paulo Freire uma anistia. Não há nada a perdoar-lhe. Há, sim, uma grande celebração, em jeito de indenização, por todas as dores, por todos os sacrifícios que ele fez, por todos nós que lutamos pela liberdade e pelo usufruto de cidadania de todos os homens.

Célia Linhares, professora da Universidade Federal Fluminense e irmã de um desaparecido político no Brasil, disse que a notícia da anistia a Paulo Freire a

> [...] fez mergulhar em rios, que apesar de nunca diluírem os padecimentos políticos, potencializaram em mim uma outra aragem de esperanças. [...] [Ela lembrou a] trajetória de dignificação da democracia, como um processo de educar, dos educadores e dos educandos que Paulo sempre exemplificou, com coragem e ternura. Como todos nós, "tengo tantos hermanos que no los puedo contar", lembrando Mercedes Sosa.

Martinho da Conceição, da Secretaria Nacional de Formação da CUT, lembra que

> [...] esse reconhecimento público por parte do Estado brasileiro, tardio, porém justo, pela importância de Paulo Freire para a democracia e para o fortalecimento das lutas em defesa de uma educação de qualidade, reafirma a importância do que sustentava Paulo Freire: toda ação educativa é, acima de tudo, uma ação política, porque guarda na sua essência intencionalidades, não explicitadas, de reprodução das relações de dominação. Para ele, uma educação crítica é aquela capaz de problematizar tais relações a partir do cotidiano das pessoas, da comunidade. Neste aspecto reside a dimensão político-pedagógica do ato educativo.

Paulo Freire deixou como legado um método de investigação e de pesquisa ancorado numa antropologia e numa teoria do conhecimento, imprescindível na formação do educador. Depois de Paulo Freire, não se pode mais afirmar que a educação é neutra. Ele demonstrou a importância da educação na formação do povo sujeito, do povo soberano. Ele foi um dos grandes idealizadores do paradigma da educação popular. Miríades de experiências de educação popular e de adultos inspiram-se, até hoje, em suas ideias pedagógicas.

Ele deu uma grande contribuição à luta pelo direito à educação, não a qualquer educação, mas ao direito a uma educação emancipadora. Entre as suas intuições originais, podemos destacar: conceber a educação como produção e não meramente como transmissão cultural, a sua recusa ao autoritarismo e sua noção de ciência aberta às necessidades populares. Sua pedagogia destacou a necessidade de teorizar a prática, a necessidade da pesquisa participante e o reconhecimento da legitimidade do saber popular.

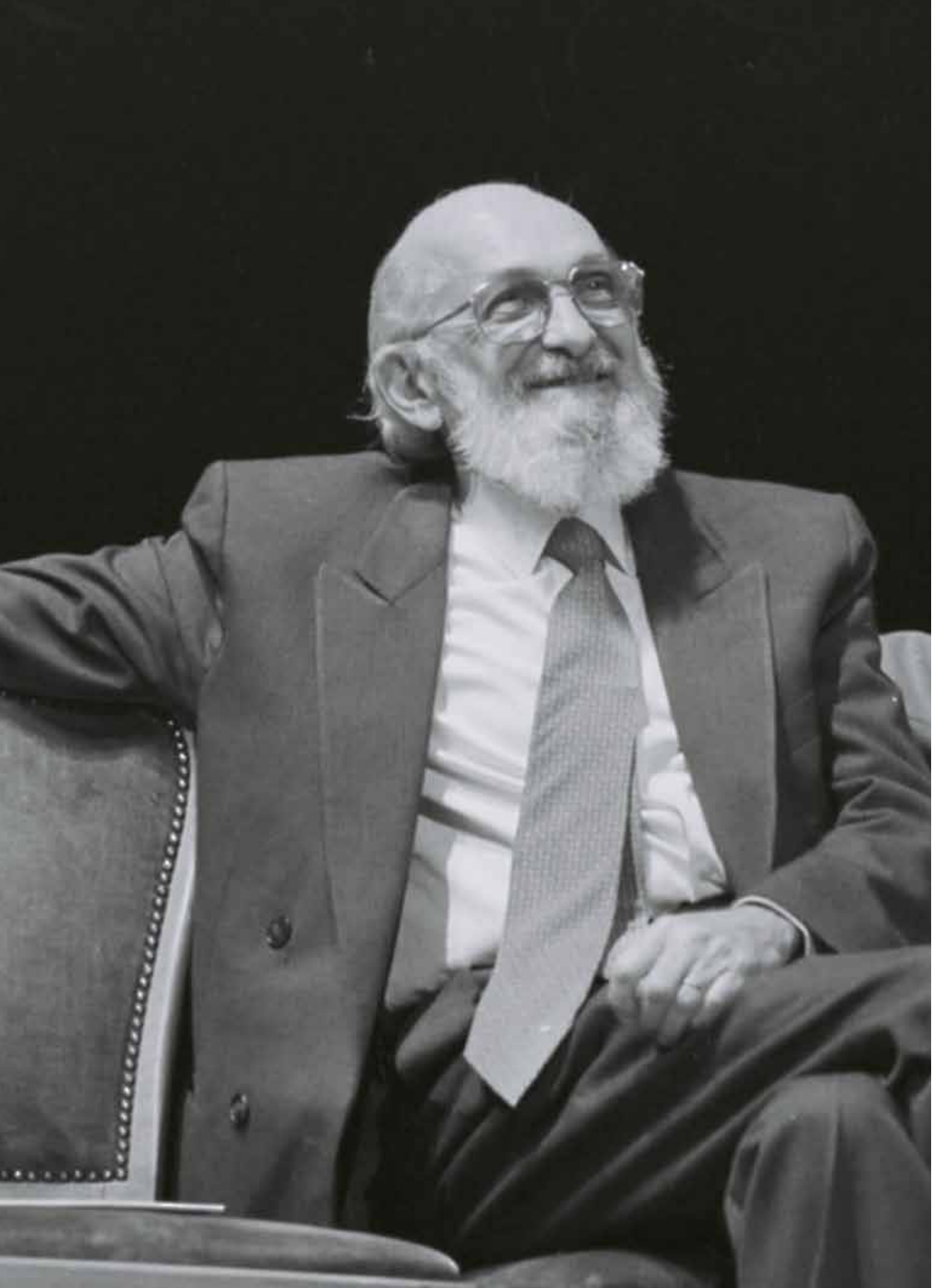
O julgamento político do processo de anistia de Paulo Freire ocorreu em Brasília, depois de 45 anos do início de seu exílio forçado pela ditadura, depois de 29 anos de seu retorno ao Brasil e depois de 12 anos de sua morte. Vários atos foram realizados para celebrar o evento. Entre outros, o debate organizado pela Rede de Educação Cidadã/Talher Nacional, em parceria com a Comissão de Anistia, o Instituto Paulo Freire e a TV Banco do Brasil, no dia 23 de novembro de 2009, com o objetivo de discutir o significado da anistia a Paulo Freire com educadores populares de todo o Brasil, bem como para aprofundar a contribuição do seu pensamento para as lutas sociais e para a construção de políticas públicas mais participativas e democráticas. Dentro do Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica, realizado em Brasília de 23 a 27 de novembro de 2009, várias oficinas discutiram a contribuição de Paulo Freire à educação popular como política pública, bem como sua contribuição ao mundo do trabalho.

A concessão da anistia a Paulo Freire foi cercada de muita emoção e de reencontro da história com a justiça para aqueles que sacrificaram suas vidas em defesa da democracia e da justiça social. Este **livro** é acompanhado por um **DVD,** editado em parceria entre o Instituto Paulo Freire e a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, com base na documentação produzida no processo de anistia a Paulo Freire. Ele tenta resgatar esse momento histórico e tão especial para os educadores e educadoras brasileiras. Destacamos, neste

livro, a íntegra do requerimento de anistia apresentado por Ana Maria Araújo Freire, bem como a íntegra do seu pronunciamento no dia do julgamento do processo. O livro contém também depoimentos sobre o significado da anistia concedida a Paulo Freire e registros contextualizando os anos de exílio no Chile e na Suíça, e uma entrevista concedida por Paulo Freire ao jornal *Pasquim,* logo que chegou de retorno ao Brasil. Finalmente, no DVD, além da íntegra do próprio livro, o leitor encontrará a íntegra de todo o processo, numerosas fotos da sessão pública de julgamento e a filmagem da seção pública de julgamento e um áudio da mesma sessão, realizada em 29 de novembro de 2009, em Brasília, durante a realização do Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica.

Esperamos que o leitor, a leitora, aprecie este livro sobre um dos primeiros brasileiros a serem punidos pela ditadura militar por ousar valorizar no processo educacional o saber próprio de cada indivíduo, propondo a contextualização do ensino-aprendizagem a partir da vivência dos educandos. Anistiar é homenagear a verdade, visibilizar o que aconteceu no passado para que todos e todas não esqueçam o que aconteceu. Anistiar é reparar injustiças de ontem, prestar homenagem à democracia – um ideal tão caro a Paulo Freire –, mas também nos lembrar do Brasil de hoje, que precisa pagar a sua dívida em relação aos analfabetos. Paulo Freire será plenamente anistiado quando o Brasil estiver livre do analfabetismo.

Paulo Freire com o Ministro da Educação, Paulo de Tarso Santos, visitando o Círculo de Cultura do Gama (DF), setembro de 1963

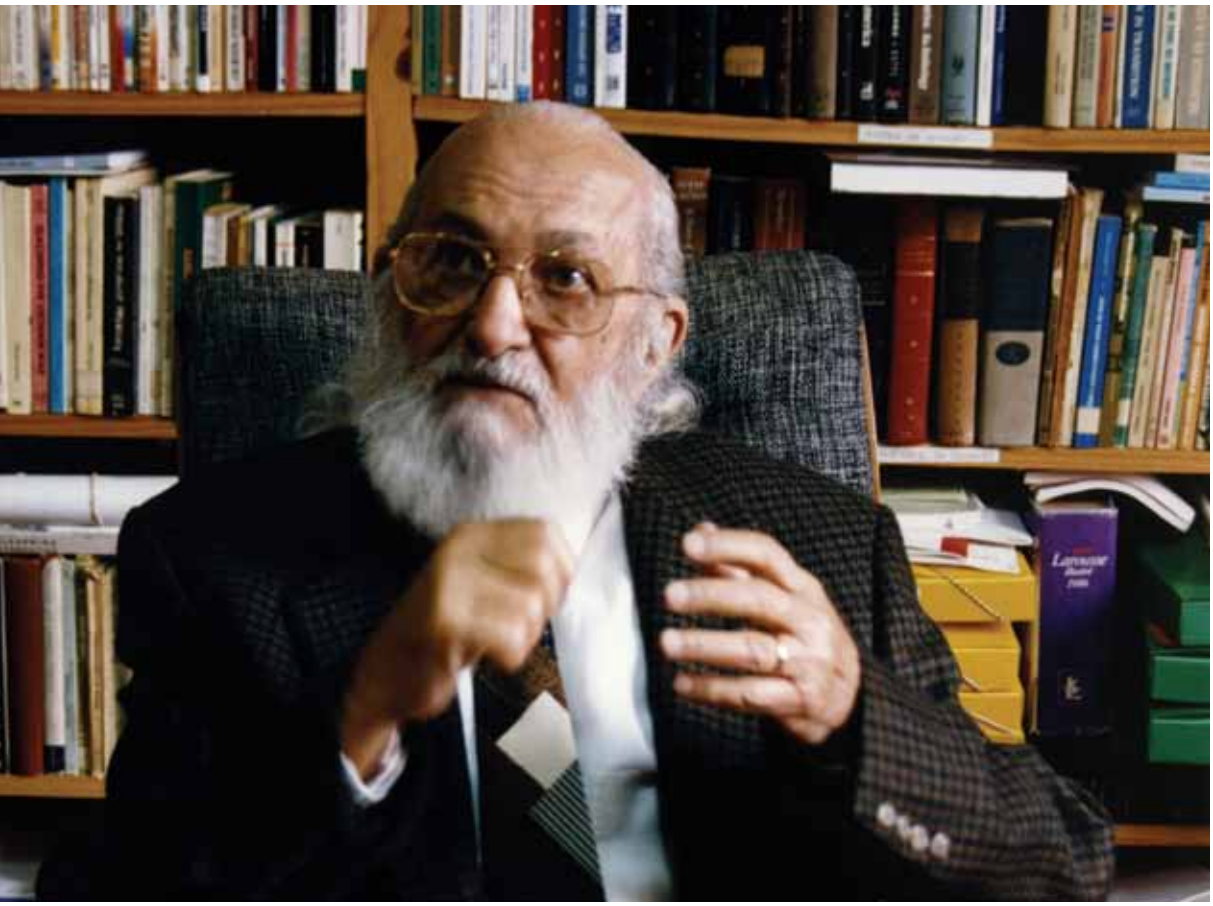


2

Saudação a Paulo Freire

Selvino Heck
Assessor Especial do Presidente da República do Brasil
Da Coordenação Nacional do Movimento Fé e Política
Em 26 de novembro de 2009

Paulo Freire trabalhando com o coordenador de alfabetização do Ministério da Educação de Guiné Bissau, 1976



Minha cara Ana Maria – Nita – Freire; caros Paulo Abrão e Sueli Bellato, conselheiros e conselheiras da Comissão de Anistia; Eliezer Pacheco, representando o ministro Paulo Haddad; Moacir Gadotti, do Instituto Paulo Freire. Queria lembrar aqui também Elza Freire, primeira esposa, falecida, de Paulo Freire, lembrar e saudar seus filhos Lutgardes, Cristina, Madalena, Fátima e Joaquim.

Os sem-terras, quilombolas, indígenas, catadores, recicladores, pescadores, agricultores familiares, os trabalhadores, mulheres, jovens, militantes dos direitos humanos, povo GLBT, os oprimidos, humilhados e ofendidos por séculos, os que nunca tiveram nem voz nem vez agradecem. Agradecem a você, Paulo Freire, educador e pedagogo do diálogo e da liberdade.

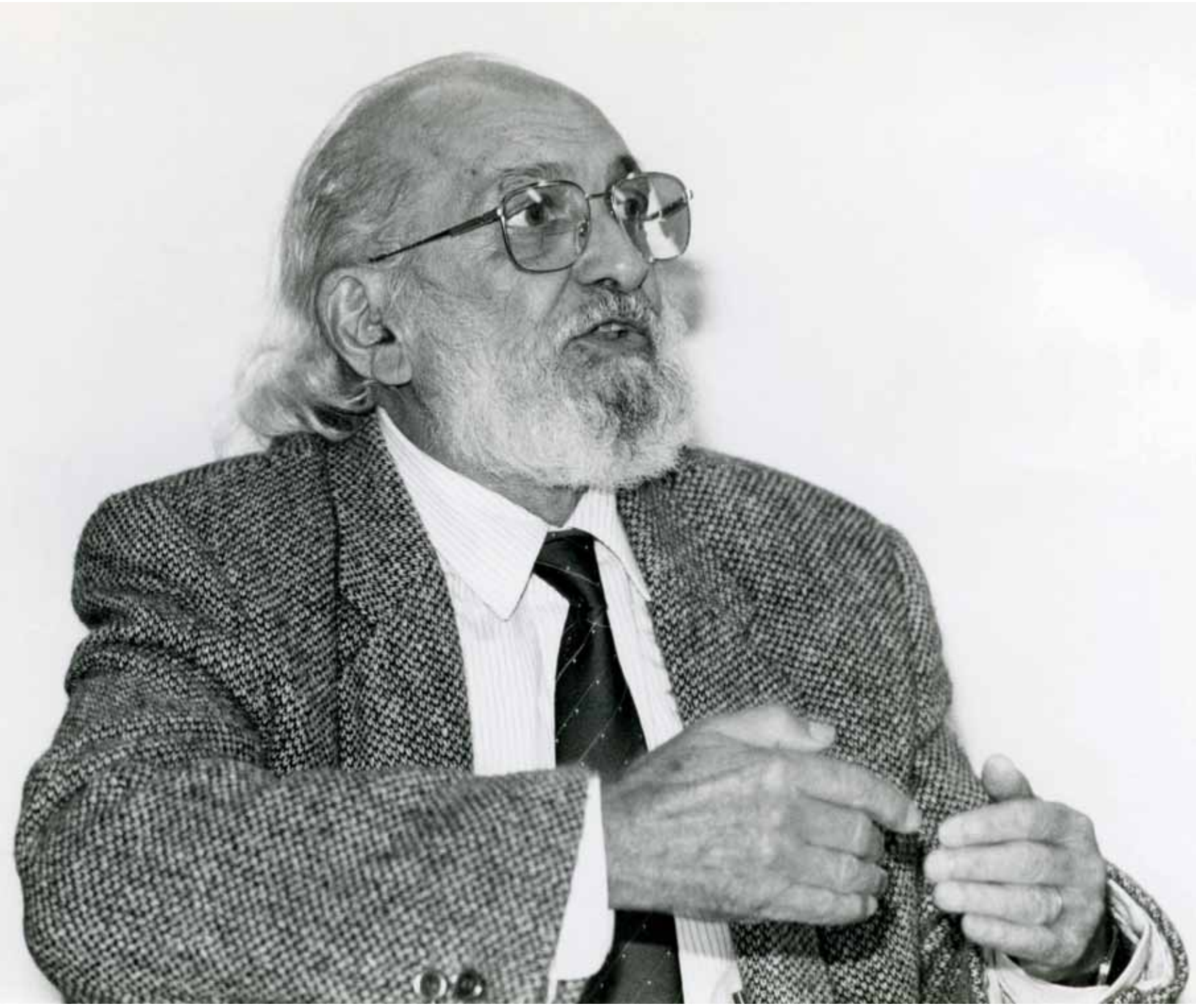
Eles e todos e todas nós, militantes sociais, educadores e educadoras populares, aprendemos com você, a partir da nossa prática, a refletir sobre ela, para chegar a uma nova prática, mais conscientizadora e emancipatória. Na luta, com sua pedagogia libertadora, aprendemos a buscar nossos direitos, mostrar nossa indignação, construir nossa autonomia. Assim, estamos mudando seu amado Brasil, construindo um Brasil soberano, justo, solidário, uma América Latina livre. Por isso, o presidente Lula escreveu a seguinte mensagem sobre o ato de hoje: "Anistiar Paulo Freire é libertar o Brasil da cegueira moral e intelectual que levou governantes a considerarem inimigos da pátria educadores que queriam libertar o País da cegueira do analfabetismo".

Agora, Paulo, você não precisa mais escrever “é difícil viver o exílio. Esperar a carta que se extraviou, e notícias do fato que não se deu. Esperar às vezes gente certa que chega, às vezes ir ao aeroporto simplesmente esperar, como se o verbo fosse intransitivo. Antes de ser cidadão do mundo, sou um cidadão do Brasil”.

Paulo Freire, nosso educador maior, você está vivo. Você é de novo a partir de hoje, com todas as desculpas do Estado e com todos os direitos a você concedidos pelo povo, brasileiro, cidadão brasileiro, você que nunca quis deixar de o ser, assim como nunca quis sair do Brasil.

Viva Paulo Freire, educador, brasileiro!

Charge publicada no dia seguinte da morte de Paulo Freire. Recife - 3 de maio de 1997



3

Voto do Relator

Requerimento de Anistia **n. 2007.01.57548**
Requerente: **Ana Maria Araújo Freire e outros(as) (Paulo Reglus Neves Freire)**
Relator: **Edson Cláudio Pistori**

EDUCADOR. PROFESSOR UNIVERSITÁRIO. EXÍLIO. REINTEGRADO. RATIFICAÇÃO POST MORTEM DA DECLARAÇÃO DE ANISTIADO POLÍTICO.

Perseguido por atividades relacionadas ao método de alfabetização de autoria do Anistiando considerado de cunho subversivo.

Demitido por motivação exclusivamente política de cargo de professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e reintegrado com base em lei de anistia.

Ratificação post mortem da declaração da condição de anistiado político.

IV. Deferimento do pedido.

Trata-se de requerimento de anistia formulado, em 19/04/2007, por **Ana Maria Araújo Freire,** pleiteando o reconhecimento da condição de anistiado político *post mortem* em nome de seu esposo **Paulo Reglus Neves Freire** (falecido em 02/05/1997, conforme certidão de óbito – fls. 20) e reparação econômica com base na Lei nº 10.559/2002 (fls. 15).

1. A Requerente apresenta que o Anistiando nasceu em Recife/PE em 19/09/1921, onde cursou a Faculdade de Direito do qual se diplomou em 1947 (fls. 04).

2. Em 27/09/1955, passou a ser reconhecida a sua docência por meio da Lei nº 1.711 de 28/10/1954, no cargo de Professor Catedrático de História e Filosofia da Educação na Escola de Belas Artes da Universidade de Recife, atual Universidade Federal do Pernambuco (UFPE) (fls. 05).

3. Em 14/08/1961, foi concedido ao Anistiando o cargo de Professor Livre Docente na mesma cadeira e, em 15/06/1962, foi também nomeado para o cargo de Técnico em Educação no Serviço de Extensão Cultural (SEC) da UFPE (fls. 05). Assim, o Anistiando foi aposentado e exonerado respectivamente desses cargos por meio do Ato Institucional nº 01 em 09/10/1964 (fls. 05).

4. Além disso, no período de 03/09/1963 a 14/05/1964, o Anistiando encontrava-se afastado de suas atividades de docência por estar à disposição do Ministro da Educação e se dedicando a implantação do Programa Nacional de Alfabetização (PNA) que utilizaria o "Método Paulo Freire de Alfabetização" (fls. 05).

5. Nesse período, o Anistiando também era membro do Conselho Estadual de Educação de Pernambuco. Com o Golpe de Estado em 31/03/1964, todos os conselheiros renunciaram, exceto o Anistiando que se encontrava em Goiânia realizando atividades referentes ao PNA, sendo exonerado em 20/04/1964 pelo vice-governador Paulo Guerra, que substituía o Governador Miguel Arraes que havia sido afastado pelas novas forças no poder (fls. 05 e 06).

Edson Cláudio Pistori lendo seu voto como relator do processo da Anistia de Paulo Freire. Brasília, 2009

6. Em maio de 1964, o Anistiando compareceu à Comissão de Inquérito da Universidade de Recife onde foi interrogado e obrigado a apresentar por escrito, em 25/05/1964, as respostas às perguntas que lhe foram feitas (fls. 06).

7. Ainda, em 17/06/1964, o Anistiando foi detido para averiguações em sua residência pela Delegacia da Segurança Social (DSS/PE), interrogado em 01/07/1964, recolhido novamente em 04/07/1964, tendo permanecido preso por setenta dias (fls. 07).

8. Em outubro de 1964, o Anistiando solicitou asilo político na Embaixada da República da Bolívia no Brasil e partiu para esse país sem salvo-conduto, pois este lhe foi negado pelo governo brasileiro (fls. 08).

9. Após setenta dias em que esteve na Bolívia com um "salvo-conduto para exilados" expedido pela Imigração desse país, o Anistiando prosseguiu, em 11/11/1964 para o Chile (fls. 08).

10. Nesse país, o Anistiando passou a trabalhar junto ao Ministério da Educação na "Chefatura" (direção) de planos extraordinários de Educação de Adultos, posteriormente, foi contratado pela UNESCO para realizar trabalhos de consultor especial no "Instituto de Capacitación e Investigación en Reforma Agrária". Ainda, recebeu uma cédula de identidade com validade de cinco anos e uma "carta viagem" que lhe permitia viajar para fora do Chile (fls. 08).

11. A Requerente narra que, mesmo no exílio, o Anistiando foi denunciado, em 09/06/1965, por suposto crime tipificado no art. 2º, inc. III, da Lei nº 1.802 de 05/01/1953 que tratava de crimes políticos e de tentativa de *"mudar a ordem política ou social estabelecida na Constituição, mediante ajuda ou subsídio de Estado estrangeiro ou de organização estrangeira ou de caráter internacional".* Apesar da ação dos advogados, a ação foi declarada, o que frustrou qualquer possibilidade de retorno do Anistiando ao seu país (fls. 08).

12. Em 1969, o Anistiando foi exilado nos Estados Unidos a convite da Universidade de Harvard onde desenvolveu atividades de docência e pesquisa. Em fevereiro de 1970, o Anistiando aceitou o convite do Conselho Mundial das Igrejas para promover o seu modelo educacional em diversos países e se mudou para Genebra na Suíça (fls. 09).

13. Em setembro de 1972, o Anistiando solicitou seu passaporte ao Consulado do Brasil, todavia, este foi negado pelo governo brasileiro e, em 27/11/1972, solicitou asilo político em Genebra, porém conseguiu somente uma "carta de permanência e de trabalho" (fls. 09).

14. Desse modo, somente em 26/06/1979, com a pressão da sociedade brasileira pelo restabelecimento pleno das liberdades políticas, foi concedido pelo Estado brasileiro o passaporte para o Anistiando que pôde regressar temporariamente ao Brasil em 07/08/1979 tendo permanecido em Recife/PE até 08/09/1979 e, depois em 16/06/1980, retornou definitivamente (fls. 10).

15. A Requerente apresenta que o Anistiando foi anistiado pela Portaria Ministerial nº 549 de 22/07/1986, com base na Emenda nº 26 de 28/11/1985, tendo sido reintegrado aos quadros da UFPE em 17/08/1987 no cargo que havia sido aposentado compulsoriamente de Assistente de Ensino Superior da Faculdade de Filosofia, e, por ato do Ministro Carlos Chiarelli de 03/12/1990, foi também anistiado pelo cargo de Técnico de Educação do qual havia sido exonerado por ato institucional (fls. 11).

16. Assim, junta aos autos os seguintes documentos:
    a) Cópia das respostas que o Anistiando apresentou em Inquérito realizado pela Universidade do Recife em 25/05/1964 (fls. 26 e 39).
    b) Certidão da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) (fls. 41 a 62).
    c) Cópia do depoimento prestado pelo Anistiando em 01/07/1964 no Quartel de Recife/PE (fls. 64 a 80).
    d) Cópia de salvo-conduto expedido pela República da Bolívia (fls. 81).
    e) Cópia de defesa dos advogados do Anistiando em denúncia sofrida em 09/06/1965 (fls. 83 a 93).
    f) Cópias de notícias de jornal (fls. 95 a 96).
    g) Documentos da UFPE (fls. 117 a 129).

17. É o relatório.

18. No sentido tradicional, a Anistia é o perdão concedido pelo Estado a quem tenha cometido crimes, em especial crimes políticos. Nesta acepção parte-se do pressuposto que a melhor maneira de pacificar a sociedade é esquecer os conflitos anteriores e principalmente as razões que os motivaram.

19. A Lei de Anistia de 1979, que neste ano completa 30 anos, surgiu a partir de uma mobilização nacional, veio ainda na vigência do regime ditatorial e, em decorrência disto, além de deixar de fora uma boa parte dos que eram perseguidos políticos, como aqueles que se envolveram na resistência armada, foi recebida e interpretada como um apelo ao esquecimento, inclusive das torturas, assassinatos e desaparecimentos forçados realizados pelo governo ditatorial.

20. Entretanto, não se pode afastar que o esquecimento das injustiças estimula a repetição da violência. Dom Paulo Evaristo Arns disse: *"Os povos que não podem ou não querem confrontar-se com seu passado histórico estão condenados a repeti-lo".*

21. A Anistia que fazemos hoje não implica no perdão do Estado a um criminoso, mas sim no inverso, ou seja, no pedido de desculpas do Estado por ter agido como um criminoso, na possibilidade de um perdão concedido pela vítima em relação ao ato criminoso do Estado. Parte-se do pressuposto da ilegitimidade do governo autoritário, da inexistência de qualquer justificativa que permita a violação dos direitos fundamentais dos cidadãos. Nesse enfoque, os atos que caracterizaram os crimes políticos foram indevidamente considerados criminosos, pois, para os seus autores, tais atos representavam a única possibilidade de resistência, diante de uma atroz perseguição política movida pelo governo ditatorial.

Ana Maria Araújo Freire, Nita Freire, viúva de Paulo Freire, durante ato de Anistia a Paulo Freire, em 26 de novembro de 2009

22. Esta anistia que fazemos hoje pode ser associada com o exercício do esquecimento. Pelo contrário, pressupõe um exercício de memória, do qual o reconhecimento é o resultado. O reconhecimento das narrativas sufocadas pelos registros oficiais. O reconhecimento da dignidade e do papel fundamental dos que foram perseguidos políticos na construção das liberdades e das instituições democráticas que hoje existem no país.

23. A perseguição promovida pelo Estado de Exceção contra Paulo Freire se constituiu na mais flagrante demonstração do caráter antipopular e conservador do ideário que comandou a ruptura do Estado de Direito em 1964.

24. Em artigo o Ministro da Justiça, Tarso Genro, avalia que a narrativa que justificou o Golpe de 1964 aponta para uma simples reação a um suposto estado de "caos e desgoverno político" vigente durante o Governo João Goulart, ameaçador da propriedade privada, das liberdades públicas, dos valores da família, sintetizando tudo no combate à "ameaça comunista". Nesta visão, a história somente pode ser contada de uma única maneira: a de que o regime ditatorial foi uma etapa de paz civil e avanços econômicos onde se localiza as bases da ordem e da democracia atual. Tenta fixar-se um pacto de silêncio, sob a falácia de que não se deve olhar para o passado e abrir as suas feridas. Há um uso político da memória para coincidi-la com a interpretação dos dominadores da época e isto, em verdade, constitui-se em uma não-memória, pois impede desvelar o tipo de ordem política que instrumentalizou os homens para transformá-los em máquinas de destruição dos seus semelhantes. A história dominante, já dizia Walter Benjamin, fecha-se em uma lógica linear que pisoteia os perseguidos, que os ignora sob o cortejo triunfante do progresso.

25. A perseguição a Paulo Freire se traduz na prática a uma perseguição aos "*esfarrapados do mundo e aos que neles se descobrem e assim descobrindo-se, com eles sofrem, mas, sobretudo, com eles lutam",* nas palavras da própria epígrafe do livro Pedagogia do Oprimido. Ou seja, foi interrupção da utopia, foi a negação dos princípios civilizatórios da república. Uma forma vil que consistiu em impedir que milhares de cidadãos e cidadãs brasileiras pudessem aprender a ler e a escrever, mas principalmente tivessem a oportunidade de se conscientizar sobre a situação existencial concreta, desvelando as injustiças que os envolviam.

26. Ao condenar e expurgar as práticas educacionais de Paulo Freire, a Ditadura pretendeu evitar que a tomada de consciência do povo abrisse caminho à expressão das insatisfações sociais, que eram componentes reais das relações de opressão vigentes na época. Importava, portanto, em fazer da educação um processo de domesticação e não de libertação, como possibilitava o método Paulo Freire. Esse foi o meio mais sofisticado para negar a liberdade e frear a emancipação dos setores populares. Mais tarde o pouco acesso à língua portuguesa e os poucos anos de estudo nos bancos das escolas, negado e impossibilitado às classes populares, passariam a ser utilizados como elemento de discriminação de classe e de preconceito, como muitas vezes sofreu o próprio Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, acusado pelos adversários, antigos apoiadores do regime militar, de ser "analfabeto".

27. A perseguição a Paulo Freire, mais do que em qualquer outro caso já julgado pela Comissão de Anistia, constitui um caso de perseguição coletiva, é uma perseguição direta ao povo brasileiro. Por isso, esta Comissão de Anistia ao reconhecer as motivações políticas que implicaram na aposentadoria compulsória da UFPE, no desligamento da coordenação do PNA, na prisão por 70 dias, na expulsão do país e em vários anos de exílio, e na negativa de conceder-lhe um mero documento de passaporte, deve conceder a Paulo Freire a condição de anistiado político brasileiro, oficializando o pedido de desculpas oficiais aos seus familiares e amigos, mas acima de tudo, este pedido de desculpas deve ser feito a cada um dos cidadãos brasileiros que no passado e ainda hoje vivem sem a possibilidade de ler a sua própria língua e, assim, também são impedidos de ler o mundo. E, talvez, somente seja possível conceder efetivamente a anistia a Paulo Freire, no momento em que neste país não haja mais nenhum cidadão e cidadã que não consiga ler os escritos da nossa própria bandeira e nela reconhecer a sua própria identidade.

31° Caravana da Anistia de Paulo Freire. Brasília, 2009

Com Claudius Ceccon e Rosiska Darcy de Oliveira, fundadores do FDCA, ao receber o título de Doutor *Honoris Causa* da Universidade de Genebra. 07 de junho de 1979

28. Hoje, reconhecemos na perseguição a Paulo Freire uma das mais graves barbaridades e violação dos direitos fundamentais que foi perpetrada pelos Governos Ditatoriais que se sucederam 20 anos desde 1964.

29. As certidões da ABIN, antigo Serviço Nacional de Inteligência, com 22 páginas, mostra-nos que Paulo Freire continuou monitorado até 1990.

30. Nelas constam fatos que demonstram a coerência irrefutável desse grande educador. Dentre as perguntas formuladas acerca da sua responsabilidade em relação às atividades da SEC, o Anistiando se mostra enfático *"não apenas eu, mas a equipe, jamais fugimos da responsabilidade do que fizemos em nosso campo pessoal, como do que fizemos enquanto equipe. Mesmo porque, não assumirmos a responsabilidade de nossos atos seria ultrajar a nós mesmos, a nossos filhos, a nossos amigos, a própria Universidade que amávamos"* (fls. 26 e 27).

31. Quanto às acusações de que seria "comunista", o Anistiando apresenta no Inquérito que *"nunca se leu ou nunca se quis ler ou ouvir que defendi e defendo exatamente o contrário. Que precisamente porque sou cristão – e o afirmo hoje como o afirmei ontem com toda a responsabilidade que sei pesar sobre quem existe ou procura existir cristãmente, sempre vi no homem uma pessoa e na pessoa um sujeito e nunca um objeto. Daí a ênfase que sempre dei ao diálogo, que não existe sem amor, máximo da comunicação entre os homens e entre estes e o seu criador. Sempre defendi uma educação libertadora, jamais massificadora"* (fls. 29).

32. Em 17/06/1964, o Anistiando foi detido para averiguações pela Delegacia de Segurança Social (DSS/SSP/PE), tendo sido interrogado em 01/07/1964 e detido novamente em 04 de julho no IV Exército onde ficou preso por setenta dias (fls. 44).

33. Há relatos de pessoas que elaboraram biografias sobre a vida do Anistiando de que, na prisão, um dos oficiais responsáveis pelo quartel, sabendo que ele era professor, solicitou ao Anistiando para alfabetizar alguns recrutas e este lhe explicou que foi exatamente porque queria alfabetizar que fora preso[1].

34. Foi também indiciado em Inquérito Policial Militar (IPM) para apurar as atividades subversivas exercidas durante a "Campanha Nacional de Alfabetização (CNA) – Método Paulo Freire" em Aracaju/SE (fls. 44).

1. PROJETO Memória. Almanaque histórico Paulo Freire – Educar para transformar. São Paulo: Mercado Cultural, 2005. p. 31.

35. Quanto à experiência do exílio, o Anistiando relata em seu livro "Pedagogia da esperança" que *"Na verdade, um dos sérios problemas do exilado ou exilada está em como lidar, de corpo inteiro, com sentimentos, desejos, razão, recordação, conhecimentos acumulados, visões do mundo, com a tensão entre o hoje sendo vivido na realidade de empréstimo e o ontem, no seu contexto de origem, de que chegou carregado de marcas fundamentais. No fundo, como preservar sua identidade na relação entre a ocupação indispensável no novo contexto e a pré-ocupação em que o de origem deve constituir. Como lidar com a saudade sem permitir que ela vire nostalgia. Como inventar novas formas de viver e de conviver numa cotidianidade estranha, superando assim ou reorientando uma compreensível tendência do exilado ou da exilada de, não podendo deixar de tomar, pelo menos por largo tempo, seu contexto de origem como referência, considerá-lo sempre melhor do que o de empréstimo. Às vezes, é melhor mesmo, mas nem sempre o é"* [2].

36. Em Janeiro de 1979, Henfil envia uma carta ao Presidente Ernesto Geisel com os seguintes dizeres: *"Considerando as instruções dadas por vossa senhoria de que sejam negados passaportes aos senhores Francisco Julião, Miguel Arraes, Leonel Brizola, Luís Carlos Prestes, Paulo Schilling, Gregório Bezerra, Márcio Moreira Alves e Paulo Freire. Considerando que, desde que nasci, me identifico plenamente com a pele, cor dos cabelos, estatura, cultura, o sorriso, as aspirações, a língua, a música, a história e o sangue destes oito senhores. Considerando tudo isto, por imperativo da minha consciência e honestidade de princípio, venho por meio desta devolver o passaporte, que, negado a eles, me foi concedido (certamente por engano) pelos órgãos competentes de seu governo. Juro pela minha mãe, que eu pensava estar vivendo em meu país há 34 anos. Solicito a compreensão de vossa senhoria no sentido de me conceder um prazo de 30 dias para que eu possa desocupar o seu país com todos os meus pertences em direção à minha (e a dos 8) verdadeira pátria, o Brasil. Desculpe o engano. PS: Só pra me informar: que país é este?"*

37. Em 07/08/1979, o Anistiando regressou ao Brasil desembarcando no aeroporto de Viracopos em Campinas/SP, sendo recebido por um grande número de pessoas entre professores, estudantes, políticos e representantes da imprensa, tendo partido para Recife/PE no dia 29 do corrente mês. Depois de 16 anos de exílio, o Anistiando retornou ao Brasil para "reaprender" seu país (fls. 51, 95 e 96).

38. Assim, o Anistiando em 1980 retomou suas atividades no Brasil inicialmente com apoio das Comunidades Eclesiásticas de Base (CEBs) através da ajuda de Dom Paulo Evaristo Arns e desenvolveu diversos encontros, palestras e seminários. Dessa forma, dentre diversas atividades que exerceu se destaca a sua atuação como docente na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) (fls. 52 a 62, 132).

39. Em 1989, tornou-se Secretário de Educação no Município de São Paulo, maior cidade do Brasil. Durante seu mandato, fez um grande esforço na implementação de movimentos de alfabetização, de revisão curricular e empenhou-se na recuperação salarial dos professores. Observa-se que todas essas atividades possuem anotações em certidão da ABIN (fls. 52 a 62, 132).

2. FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Esperança*: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 34

40. Assim, ao contrário do que diziam os relatórios produzidos por aqueles que mantinham o Brasil na escuridão de uma ditadura militar, não só a Pátria tem muito que agradecer ao Anistiando (fls. 46), mas também que pedir desculpas.

41. Quanto à reparação econômica, conforme entendimento dessa Comissão, na medida em que houve a reintegração do servidor uma vez demitido por motivação exclusivamente política, esta já configura anistia política e equipara-se a prestação mensal, permanente e continuada, nos termos do art. 5º e seguintes da Lei nº 10.559 de 2002.

42. Contudo, resta-nos a reparação pelo período da sua prisão em 17/06/1964 e pelo período que foi compelido a se afastar do país até 07/08/1979. Assim totalizando 16 anos de perseguição, fazendo jus a uma prestação única no valor de 480 salários mínimos, respeitado o teto legal de R$ 100.000,00.

43. Diante do exposto e com base no art. 1º, inciso I, e art. 3º, § 2º, da Lei nº 10.559 de 2002, opino pelo DEFERIMENTO DO PEDIDO, para conceder:

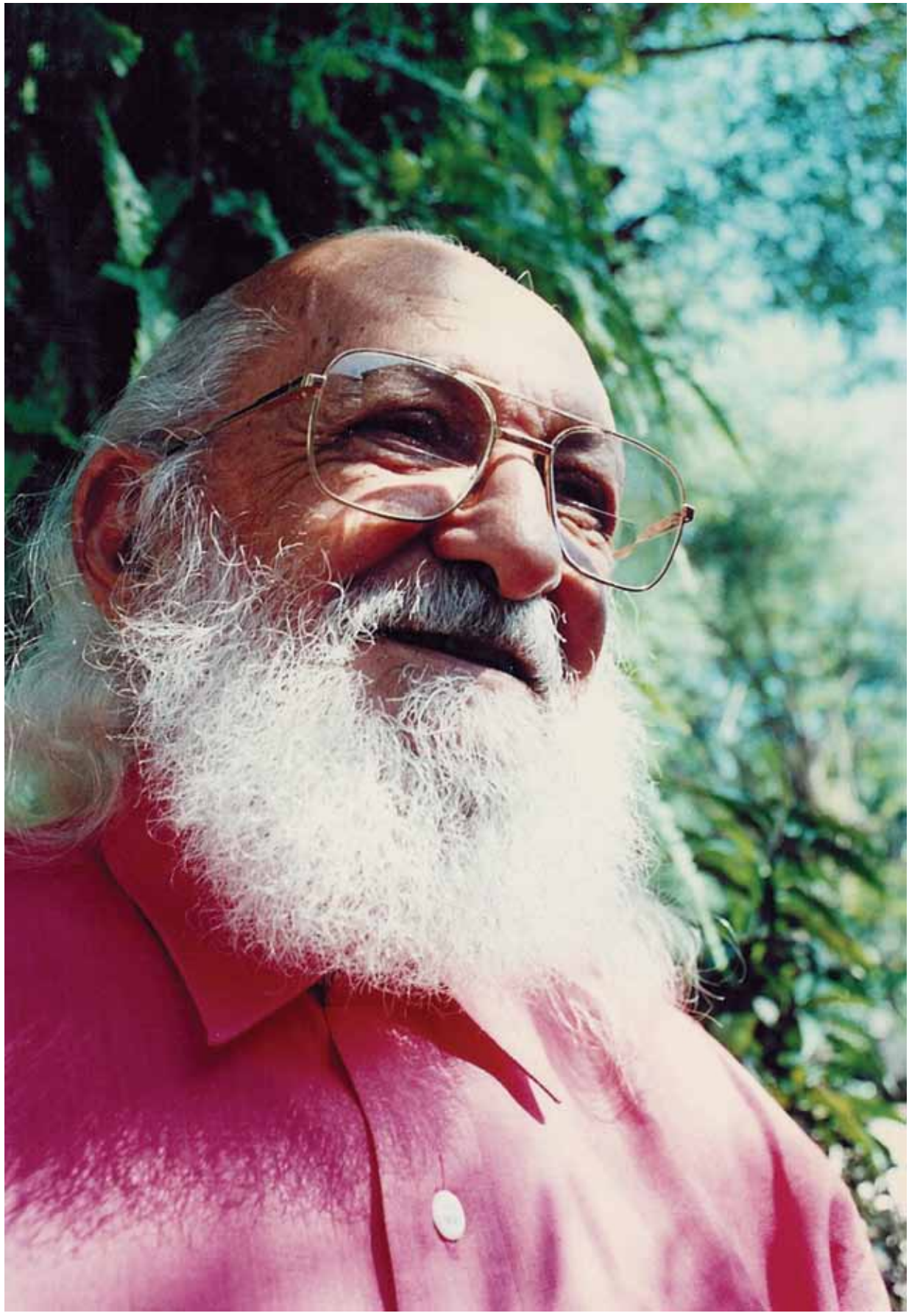
    a) Ratificação post mortem da declaração de anistiado político, oficializando, em nome do Estado Brasileiro, o pedido de desculpas ao Sr. Paulo Reglus Neves Freire.

    b) Conceder uma reparação econômica em prestação única considerando termo inicial 17/06/1964 a termo final 07/08/1979, perfazendo 16 anos de perseguição e 480 salários mínimos, respeitado o teto legal de R$ 100.000,00 a ser pago a sua viúva Ana Maria de Araújo Freire.

44. É o voto.

Brasília, 26 de novembro de 2009.
Relator: **Edson Cláudio Pistori**

Como Secretário de Educação da cidade de São Paulo, na gestão de Luiza Erundina, Paulo Freire foi atuante e, entre outras ações, criou o Mova-SP, um movimento de alfabetização de jovens e adultos



4

Paulo Freire
Cidadão Brasileiro

Selvino Heck
Assessor Especial do Presidente da República do Brasil
Da Coordenação Nacional do Movimento Fé e Política

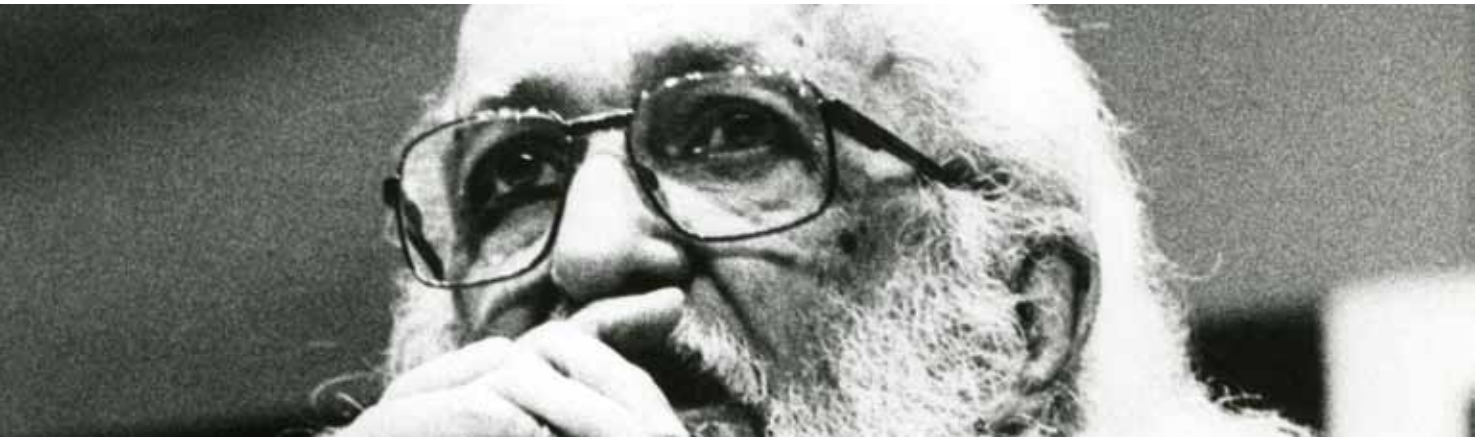
Paulo Freire e Clodomir Santos de Moraes (à direita), que foi companheiro de prisão numa cadeia do quartel de Olinda (PE), em 1964

O educador popular Carlos Rodrigues Brandão contou a seguinte história em evento promovido pela Rede Talher de Educação Cidadã de Goiás, com o tema "A Educação Popular na Luta dos Movimentos Sociais e as Ideias de Paulo Freire na Construção do Projeto Popular para o Brasil". Disse Brandão que o educador Moacir Gadotti foi um dia perguntar ao próprio Paulo Freire o que ele achava da ideia de criar um Instituto com seu nome, para guardar documentos e manter a memória de suas ideias e pedagogia. Paulo Freire respondeu: "Se for para me repetir, não criem. Mas se for para me superar, vocês podem criá-lo". Neste espírito, surgiu o Instituto Paulo Freire (IPF), com sede em São Paulo.

A Comissão de Anistia programou uma Caravana da Anistia para 26 de novembro de 2009, durante o Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica em Brasília. As Caravanas têm o objetivo de resgatar, preservar e divulgar a memória política brasileira dos tempos da ditadura militar, no sentido de estimular e difundir os temas da anistia política, da democracia e da justiça através de ações educativas e culturais. Nelas é feito o julgamento público dos processos de anistia política.

Em 1961, Paulo Freire realizou com sua equipe as primeiras experiências de alfabetização popular em Pernambuco, que levariam à constituição do Método Paulo Freire. Foram alfabetizados trezentos cortadores de cana em apenas 45 dias. Em 1964, o governo João Goulart aprovou a multiplicação das primeiras experiências de Paulo Freire num Plano Nacional de Alfabetização, que previa a formação de educadores em massa e a rápida implantação de vinte mil núcleos – os Círculos de Cultura – em todo o País. Com o golpe militar, o Plano foi extinto em 14 de abril e Paulo Freire ficou preso por setenta dias, acusado de traição.

Foi para o exílio, primeiro para a Bolívia, depois para o Chile, onde escreveu *Educação como Prática para a Liberdade* e sua obra-prima, *Pedagogia do Oprimido*, livro publicado no Brasil apenas em 1974, vários anos após sua publicação em outras línguas. Daí foi para o mundo, Estados Unidos e, finalmente, Genebra, Suíça. Ficou no exílio por dezesseis anos, retornando ao Brasil em 1980. Filiou-se ao Partido dos Trabalhadores, tornou-se Secretário Municipal de Educação em 1989 no governo de Luiza Erundina, quando criou o Movimento de Alfabetização (MOVA), um modelo de programa público de apoio à sala comunitária de Educação de Jovens e Adultos (EJA), hoje adotado por muitas prefeituras e instâncias de governo.



Na oportunidade do julgamento público de anistia política de Paulo Freire, a Rede Talher de Educação Cidadã e o Programa Escolas-Irmãs solicitaram a várias personalidades declarações sobre o significado de sua anistia hoje.

Luiz Inácio Lula da Silva, presidente da República: "Anistiar Paulo Freire é libertar o Brasil da cegueira moral e intelectual que levou governantes a considerarem inimigos da Pátria educadores que queriam libertar o País da cegueira do analfabetismo".

Frei Betto, escritor e teólogo: "Anistiar Paulo Freire é anistiar a educação brasileira do sucateamento e torná-la prioridade nacional".

Pedro Pontual, presidente honorário do Conselho de Adultos para a América Latina (Ceaal): "Significa o reconhecimento da Nação brasileira à concepção da educação popular libertadora que nele se inspirou, como paradigma educacional que se tornou referência e esperança em muitas partes do mundo, para aqueles que seguem acreditando que um outro mundo é possível".

Moacir Gadotti, presidente do Instituto Paulo Freire: "Anistiar Paulo Freire significa reconhecer a verdade. Todos precisam conhecê-la. Anistiar Paulo Freire significa também preservar a memória, papel da educação, e homenagear a causa que ele sempre defendeu: a democracia".

Em nome da Rede Talher de Educação Cidadã e do Escolas-Irmãs, minha frase foi: "Paulo Freire, educador popular e cidadão do mundo, finalmente vai voltar a ser cidadão brasileiro em sentido pleno: com direito a reconhecimento formal de sua brasilidade e de sua contribuição à educação como prática da liberdade, à Pedagogia do Oprimido, da indignação e da autonomia".

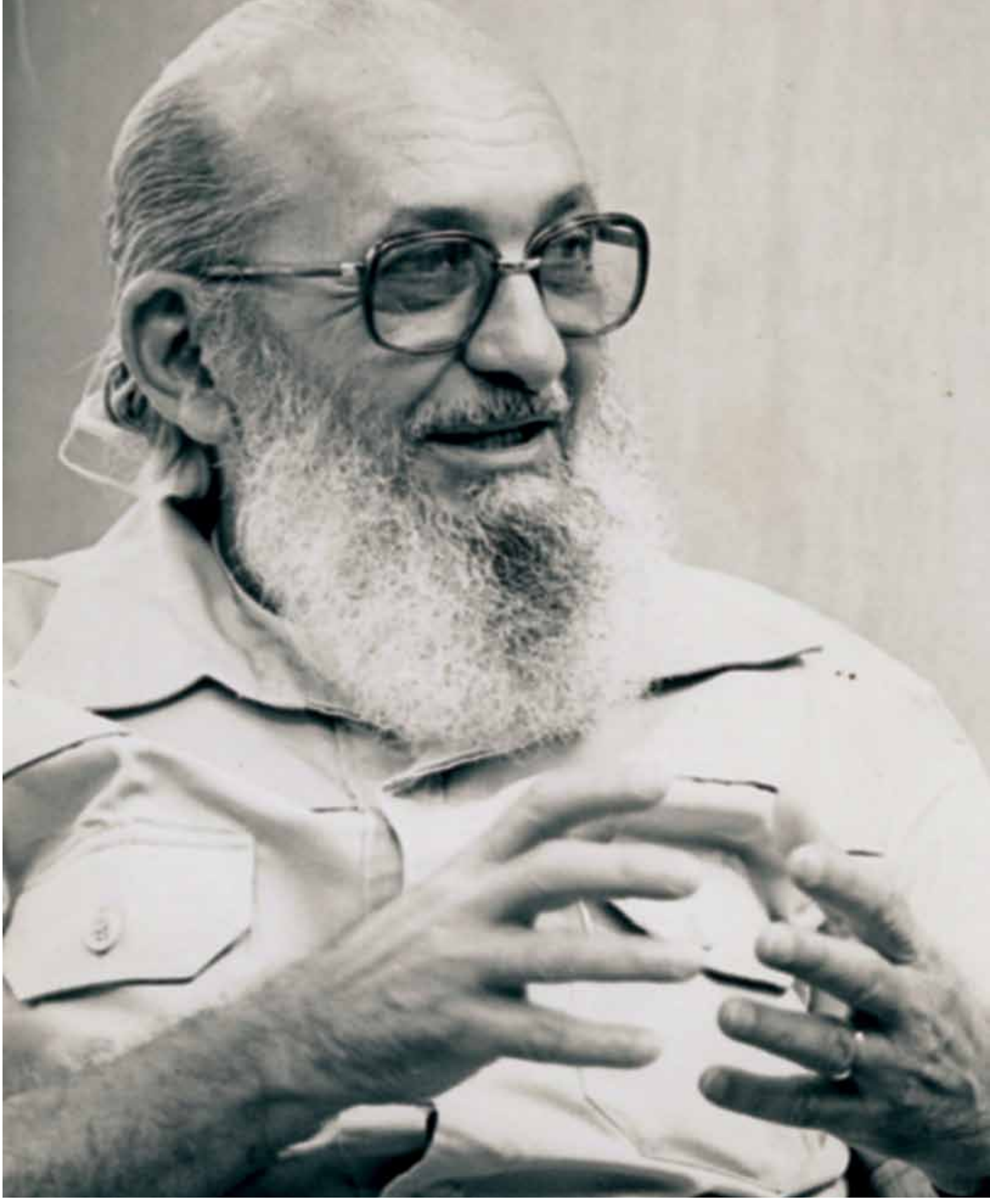
Paulo Freire é mais conhecido e reconhecido no resto do mundo que no Brasil. Inúmeros Centros de Estudo e de Pedagogia foram criados em diferentes países. Mas ele jamais se esqueceu do Brasil. Escreveu na *Pedagogia da Esperança*: "É difícil viver o exílio. Esperar a carta que se extraviou, e notícias do fato que não se deu. Esperar às vezes gente certa que chega, às vezes, ir ao aeroporto simplesmente esperar, como se o verbo fosse intransitivo". E repetia: "Antes de ser cidadão do mundo, sou um cidadão do Brasil".

Paulo Freire, com a Caravana da Anistia, volta definitiva e totalmente ao Brasil, de onde nunca deveria ter saído, ou levado a sair, ou ser expulso. O povo e o governo brasileiro o reconhecem cidadão brasileiro em sentido pleno e o oferecem ao mundo também como seu cidadão.

E Paulo Freire poderá dizer e redizer: "Ai daqueles que pararem com sua capacidade de sonhar e com sua coragem de anunciar e denunciar. Ai daqueles que, em lugar de visitar de vez em quando o amanhã pelo profundo engajamento com o hoje, com o aqui e o agora, se atrelarem a um passado de exploração e de rotina".

Paulo Freire vive! Paulo Freire é brasileiro!

Texto disponível em: **<http://www.adital.com.br/site/noticia>.** Acesso em: 24 nov. 2009.



5

Significado da anistia a Paulo Freire

Moacir Gadotti
Presidente do Instituto Paulo Freire

Depois de 12 anos de sua morte, o Ministério da Justiça (MJ), por meio de sua Comissão de Anistia e de acordo com a Lei da Anistia, que permitiu a volta dos exilados, procedeu ao julgamento político de Paulo Freire, no contexto do Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica (FMEPT), que teve lugar em Brasília, de 23 a 27 de novembro de 2009.

Paulo Freire, ao lado de Miguel Darcy de Oliveira, do Instituto de Ação Cultural (Idac), e de Mário Cabral, Ministro da Educação de Guiné-Bissau, em 1978

Paulo Freire foi um dos primeiros cidadãos brasileiros a ser punido pelo regime autoritário. Seu "Programa Nacional de Alfabetização", que acabava de ser instituído, por meio do Decreto nº 53.465, de 21 de janeiro de 1964 e que consagrava o "Sistema Paulo Freire para alfabetização em tempo rápido", foi extinto pelo novo regime, logo após o golpe de Estado de 1 de abril de 1964. Ranieri Mazzilli, presidente em exercício nos primeiros dias que se sucederam ao Golpe Militar, extinguiu esse programa, por meio do Decreto nº 53.886, de 14 de abril de 1964, considerando a necessidade de "reestruturar o Planejamento para a eliminação do analfabetismo no País [...], veicular ideias nitidamente democráticas e preservar as instituições e tradições de nosso País".

O *Programa Nacional de Alfabetização* previa a "cooperação e os serviços" de "agremiações estudantis e profissionais, associações esportivas, sociedades de bairro e municipalistas, entidades religiosas, organizações governamentais, civis e militares, associações patronais, empresas privadas, órgãos de difusão, o magistério e todos os setores mobilizáveis". Desde seus primeiros escritos e sua práxis político-pedagógica, Paulo Freire preconizava a necessidade da participação popular na luta contra o analfabetismo.

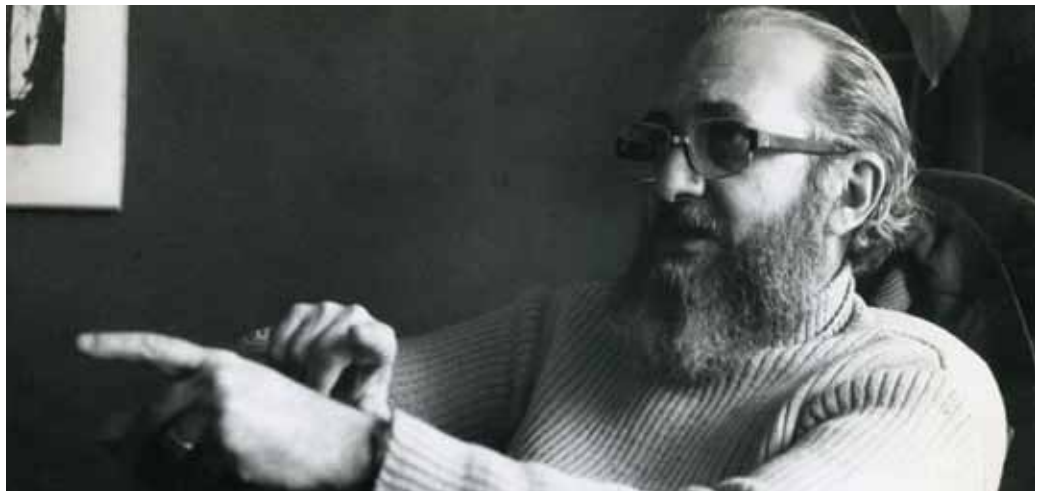
Paulo Freire foi preso logo em seguida, no mês de junho, e passou 75 dias numa cadeia do quartel de Olinda, acusado de "subversivo e ignorante". Detalhe: na prisão, um dos oficiais responsáveis pelo quartel, sabendo que ele era professor, solicitou a Paulo Freire para alfabetizar alguns recrutas. Paulo explicou-lhe que foi exatamente porque queria alfabetizar que fora preso. Alguns de seus alunos também foram presos e passaram por outras dificuldades depois da experiência de Angicos (1963), considerada subversiva e, mais tarde, cancelada.

Em pé, à direita, Paulo Freire e sua primeira esposa, Elza. No alto, da direita para a esquerda, as filhas Madalena (2ª), Fátima (4ª) e Cristina (6ª). Joaquim está no colo, olhando para a mãe; Lutgardes só nasceria no ano seguinte, em 1957

Paulo Freire, Secretário de Educação, e a Prefeita de São Paulo, Luiza Erundina, em 1989

Como educador que sabe que educação é direito e condição para a transformação social, queria ver seu País livre do analfabetismo, visando a um Brasil "menos malvado" e com justiça social. Sua principal obra, *Pedagogia do Oprimido*, escrita nos primeiros anos de exílio, uma profissão de fé na necessidade do diálogo e na democracia, termina afirmando que "se não ficar destas páginas, algo, pelo menos, esperamos que permaneça: nossa confiança no povo. Nossa fé nos homens e na criação de um mundo em que seja menos difícil amar".

Exilado no Chile, no mesmo ano, Paulo Freire preocupava-se com aqueles que aqui ficaram, "exilados internos", como ele os chamava. No livro *Essa Escola Chamada Vida*, escrito em parceria com Frei Betto, em um depoimento ao repórter Ricardo Kotscho, ele diz que foi exatamente ficando longe do Brasil que se preocupou com ele: "me perguntei", diz ele, "sobre o que fizeram com outros brasileiros, milhares de brasileiros da geração jovem e da minha geração" (FREIRE; BETTO, 1991, p. 56). Essa era a mesma preocupação de sua esposa, Elza Freire, que, ao sair do Brasil, teve que pedir demissão para não ser demitida por abandono de cargo, deixando para trás 21 anos de magistério e dez como diretora de escola. Escreveu ela em setembro de 1977: "a coisa que realmente a gente sente é no outro dia quando amanheci no Chile, não ter trinta e cinco professores nem 600 alunos que era a população do meu grupo escolar. Isso eu realmente senti" (apud COSTA, 1980, p. 201). Foram 16 anos de exílio.



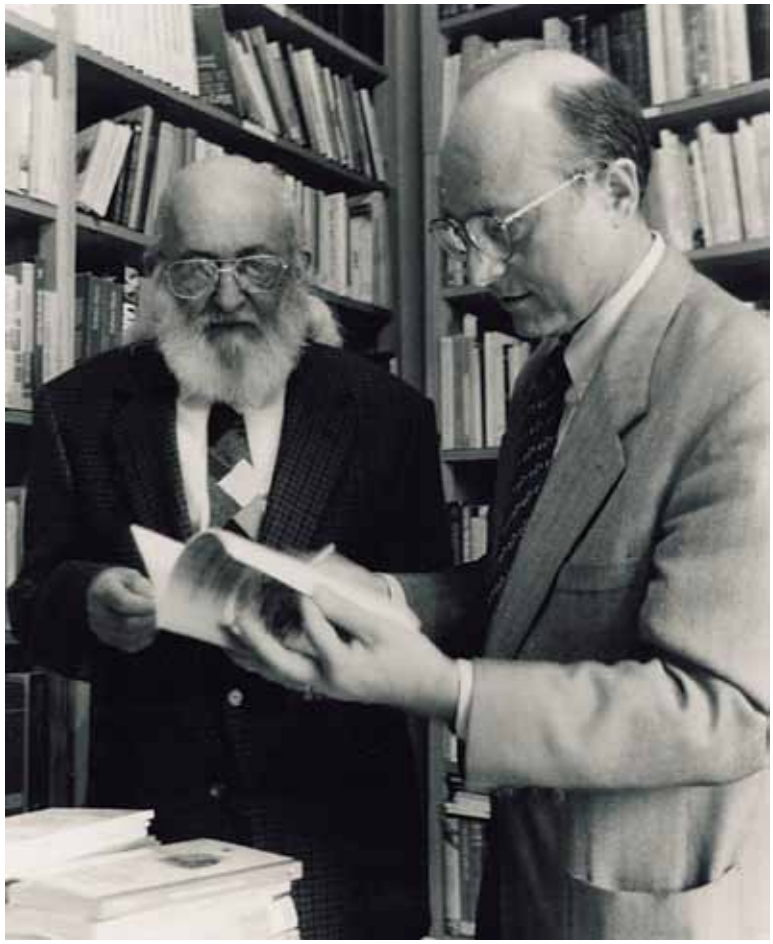
Anistiar Paulo Freire hoje, 45 anos após seu exílio, nos ajuda a manter vivo seu legado, a discutir suas contribuições não só à educação, mas à causa da emancipação humana. Por mais de meio século ele pôde contribuir com um dos nossos movimentos mais férteis – o da educação popular – que se constitui na maior contribuição da América Latina ao pensamento pedagógico universal. Paulo Freire dizia: "a única maneira que alguém tem de aplicar, no seu contexto, alguma das proposições que fiz, é exatamente refazer-me, quer dizer, não seguir-me. Para seguir-me, o fundamental é não me seguir" (FREIRE; FAUNDEZ,1985, p. 41). É exatamente isso que hoje o Instituto Paulo Freire (IPF), que ele ajudou a fundar em 1991, vem fazendo: continuando e reinventando Paulo Freire.

Em julho de 1997, dois meses depois de sua morte, a Unesco me chamou para prestar uma homenagem a Paulo Freire na V Conferência Internacional sobre Educação de Adultos (Confintea), realizada em Hamburgo, Alemanha. Era o reconhecimento internacional da grande contribuição do educador brasileiro com o qual tive o privilégio de conviver. Minhas palavras foram breves. Destaquei que,

> [...] como terno guerreiro das palavras, Paulo Freire criticou, atacou a ética do mercado neoliberal, mas tinha esperança de superá-la, por uma ética humana integral. Acreditava na história como possibilidade e não como fatalidade. Um sentido muito importante das homenagens oferecidas a Paulo Freire é, de um lado, praticar estas virtudes de Paulo Freire, por outro, é dar continuidade a seu legado. Dar continuidade a Paulo Freire não é tratá-lo como a um totem, algo que não se pode tocar, mas apenas adorar; não é tratá-lo como a um guru, que tem que ser seguido por discípulos, sem questioná-lo. Nada menos freiriano que esta ideia. Paulo Freire foi, sobretudo, um criador de espíritos. Por isso, deve ser tratado como um grande educador popular. Por isso, não devemos repetir a Paulo Freire, mas "re-inventá-lo", como ele mesmo dizia. Para esta tarefa não designou a uma ou a outra pessoa ou instituição. Esta tarefa ele a deixou a todos nós, a todas e a todos os que estão comprometidos com a causa dos oprimidos.

A concessão da anistia a Paulo Freire não é somente um ato simbólico; é também um ato de reparação ao sofrimento de sua esposa Elza e de seus cinco filhos – Madalena, Fátima, Cristina, Joaquim e Lutgardes – que, juntamente com seus pais, sofreram um grande "corte" em suas vidas, segundo expressão de Elza Freire.

Anistiar hoje Paulo Freire significa reconhecer a verdade. Todos precisam conhecê-la. Anistiar Paulo Freire significa também preservar a memória, papel da educação, e homenagear a causa que ele sempre defendeu: a democracia.



Paulo Freire com Moacir Gadotti
em sua biblioteca

Referências

CAVALCANTI, Pedro Celso Uchoa; RAMOS, Jovelino (Coord.). *Memórias do Exílio:* Brasil 1964/19?? - 1 de muitos caminhos. Sob patrocínio de Paulo Freire, Abdias do Nascimento e Nelson Werneck Sodré. Lisboa: Arcádia, 1976.

COSTA, Albertina de Oliveira et al. *Memórias das Mulheres do Exílio*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

FREIRE, Paulo; BETTO, Frei. *Essa escola chamada vida*: depoimentos ao repórter Ricardo Kotscho. 7. ed. São Paulo: Ática, 1991.

FREIRE, Paulo; FAUNDEZ, Antônio. *Por uma pedagogia da pergunta*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

6

Paulo Freire e o exílio no Chile: uma contribuição recíproca para uma visão de mundo

Marco Antonio Batista Carvalho
Professor Assistente na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste)
Pesquisador no Grupo de Estudos e Pesquisa em História, Sociedade e Educação no Brasil (HISTEDBR)

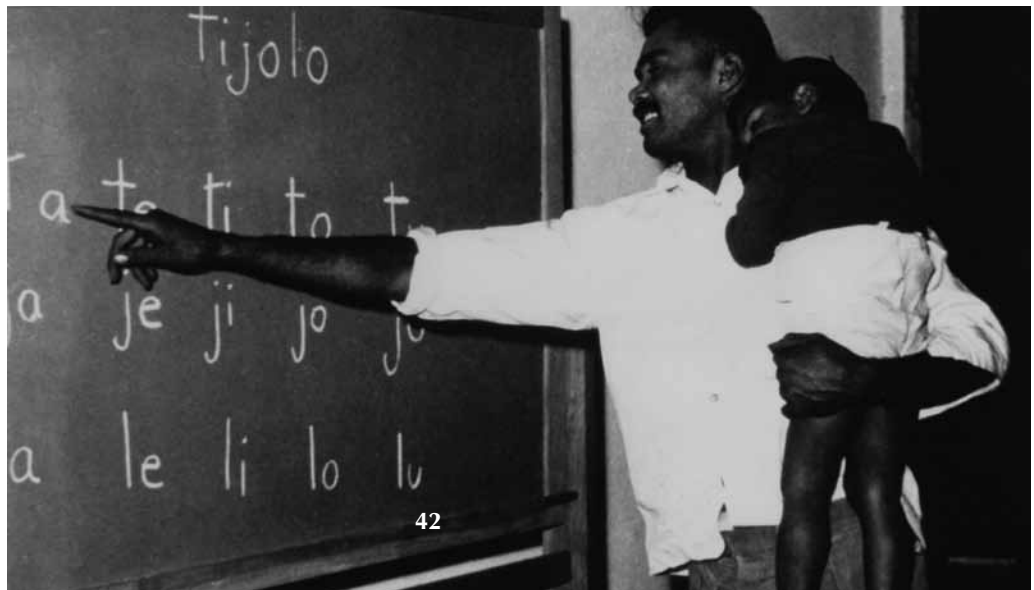
Paulo Freire com o filho caçula Lutgardes, em Nova Iorque, em 1969

A proposta de descrever parte da existência de Paulo Reglus Neves Freire é, por si mesma, tarefa muito difícil, posto que agregam-se ao seu legado 43 títulos de doutor *honoris causa*; destes, 38 recebidos em vida e os demais recebidos por sua viúva, Ana Maria Araújo Freire, em diversos países. Escreveu dezenas de obras que foram traduzidas em diversos idiomas, possui também seis prêmios internacionais e inúmeras cátedras que lhe foram dedicadas. Logo, mesmo que a proposta seja de um recorte temporal de momentos que foram determinantes para o início de sua obra escrita, este texto se limita a referências bibliográficas do autor entre os anos de 1964 até e no ano 1969, quando de seu exílio no Chile. Há ainda, neste texto, a interferência de outros pesquisadores de sua obra.

O motivo que levou Paulo Freire para o exílio no Chile é pano de fundo do cenário político-econômico do Brasil no início da década de 1960 e que já se alastrava nos governos de cunho populista desde a década de 1930, quando o País começava a sofrer forte pressão do capitalismo internacional para adotar uma política econômica de expansão industrial. Adotar uma política social que desse conta de manter, e com a expectativa futura de ampliar o mais rápido possível, este modelo econômico era condição imperativa para que o Brasil avançasse em sua economia; porém, como afirma Severino (1986, p. 89):

> Esta política de massas foi sendo tolerada até que sua radicalização começou a criar obstáculos mais diretos ao controle, pelo capital internacional, do desenvolvimento da economia brasileira. Esse foi o real motivo da derrubada do Governo Goulart em 1964, pelo empresariado nacional associado ao capital internacional, que se utilizou dos militares e de outros segmentos médios da sociedade, insuflados pela pregação anticomunista.

Esta pregação anticomunista fez parte de um pacote de ações orientadas pela nova ideologia educacional que atacou violentamente a base cultural brasileira e a substituiu por uma concepção instrumentalista de educação que foi organizada, como afirma Martins (apud SEVERINO, 1986, p. 91), "intencionalmente em função do crescimento econômico". Assim, este Estado autoritário e intervencionista organizou-se de forma a incrementar diferentes mecanismos de repressão que atingiram, entre outros, aqueles que estavam envolvidos com uma proposta educativa que veiculasse qualquer orientação ideológica diferente à população trabalhadora.



Alfabetizando soletra a palavra tijolo. Sobradinho, 1963

Justamente neste cenário, Paulo Freire desenvolvia uma experiência inovadora no contexto educacional brasileiro. Esta experiência nasceu no Movimento de Cultura Popular (MCP), criado em Recife, Pernambuco, no início dos anos de 1960; era um movimento de intelectuais e de artistas e, dentro do MCP, Paulo Freire passou a coordenar os projetos que se chamavam Círculos de Cultura e Centros de Cultura.

Estes projetos, que se somaram a outros, oriundos do Movimento de Educação de Base (MEB), foram alvos diretos da ação repressora do novo regime ditatorial, pois representavam a ideologia de esquerda, preocupada com a formação cultural da classe trabalhadora, e foram combatidos a qualquer preço, sob a justificativa de se constituírem em um ensino subversivo.

Sua concepção de educação e, logicamente, sua proposta educacional, que havia mostrado resultado altamente positivo na experiência em Angicos (RN), consistia em afirmar que todo ato educativo é um ato político; assim sendo, a educação contém a potencialidade da transformação da sociedade por intermédio de uma consciência crítica da realidade, tarefa que tanto o educador como o educando devem assumir no ato educativo.

Com estes pressupostos de educação, passou a ser conhecido como "educador popular progressista", e sua proposta educacional chegou à esfera federal por meio do convite do ministro da Educação Paulo de Tarso Santos que, tão logo assumiu o Ministério, convocou Paulo Freire para elaborar um projeto nacional de alfabetização.

Assim, nascia o Programa Nacional de Alfabetização, que tinha Paulo Freire como coordenador de um projeto auspicioso, pois acenava para uma alfabetização politizadora de cerca de cinco milhões de adultos.

Esta educação politizadora, também chamada de problematizadora, proposta por Paulo Freire, não poderia ser vinculada à nova ideologia que o Estado intervencionista adotara para manter a hegemonia político-econômica. Assim, em 14 de abril, duas semanas após o golpe de Estado que depôs o presidente João Goulart, o programa foi extinto, e em 16 de julho de 1964, aliás, dia do aniversário de sua primeira esposa, Elza Maia Costa de Oliveira (falecida em 1986), Paulo Freire foi preso. Sobre esta marcante experiência, ele fez o seguinte relato:

> Era manhã cedo, quando chegaram dois policiais, se identificaram e disseram que deveria acompanhá-los. Me vesti, tomei um cafezinho, me despedi da Elza e fui. Passamos rapidamente pela Secretaria de Segurança Pública, pela Polícia, e de lá me levaram para o quartel. [...] não levei nada. Fui com a roupa do corpo. Aquela era a minha primeira prisão (FREIRE, 1987a, p. 42)

Suas cadeias[3] foram, como ele relata em diversas de suas obras, "momentos de intenso aprendizado", compartilhado ora com seus parceiros de cárcere, ora com seus algozes em diferentes contextos, ora também somente com suas ideias, quando dos momentos na solitária (cela especial para acomodar somente um preso). Destas experiências, em particular, ele comenta:

3. Sobre estas experiências vividas nas cadeias por onde Paulo Freire passou, ver Freire e Betto (1991).

Paulo Freire com a esposa Elza e os filhos Joaquim e Lutgardes. EUA , 1969

> Passei 75 dias na cadeia. Lá, tive diferentes experiências, relativas aos tipos de cela e aos tipos de relacionamento humano com as pessoas na prisão e com as pessoas que nos puseram na prisão, muitas coisas (FREIRE; SHOR, 1986, p. 77).

Ao ser libertado e de volta ao convívio da esposa e de seus cinco filhos, Paulo Freire fora incentivado a deixar o Brasil. Este relato revela que esta não era sua intencionalidade, pois afirma que

> [...] nesse momento recusava a ideia de deixar o País. A Elza, muito mais realisticamente, já achava que eu devia sair do Brasil. Depois é que eu descobri que não havia condições de ficar mesmo. Quando cheguei ao Rio, vários amigos me sugeriram que saísse, e foi no mesmo dia que me decidi e pedi asilo na embaixada da Bolívia (FREIRE, 1987a, p. 68).

Seu exílio teve início na Bolívia, onde permaneceu por pouco tempo até desembarcar no Chile. Sobre o porquê do exílio não iniciar logo no Chile, há um de seus relatos que revela também sua postura humorada mesmo quando do enfrentamento da adversidade, afinal, fora para o exílio sozinho e pela primeira vez em 20 anos passaria um aniversário de casamento longe da esposa e do convívio dos filhos.

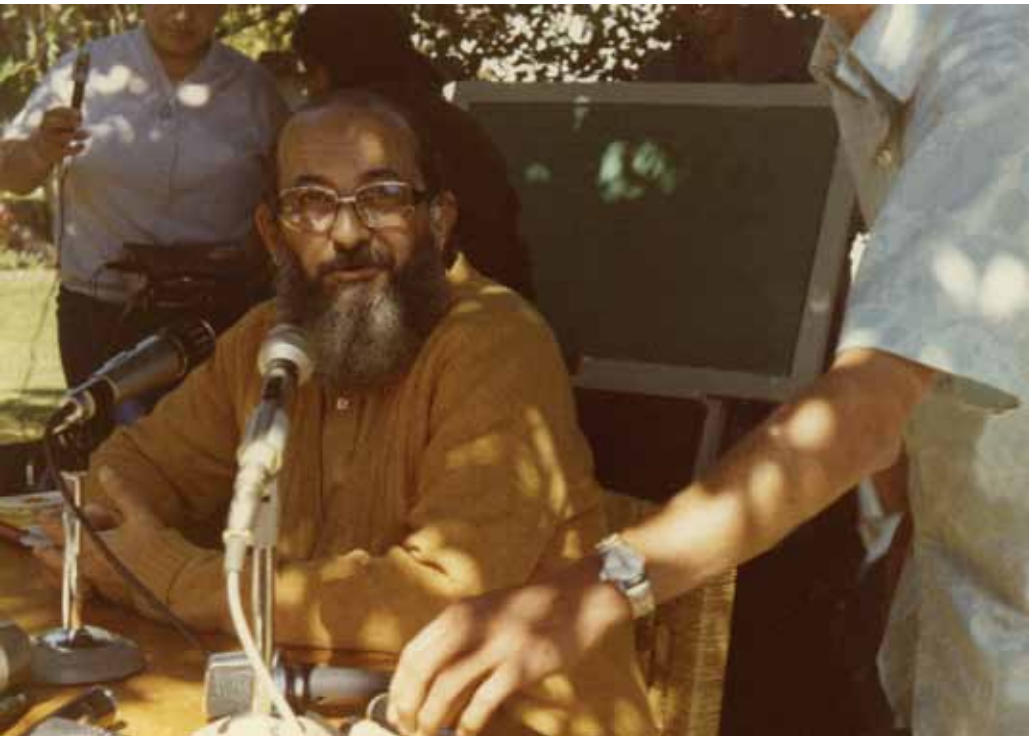
> Haroldo Carneiro Leão, um grande amigo a quem lamentavelmente nunca mais vi, fez algumas sugestões junto ao embaixador do Chile, do governo imediatamente anterior ao de Eduardo Frei. Mas o embaixador disse que não estavam dando asilo porque não estava havendo fuzilamento. Eu até disse depois, quando cheguei no Chile e contei isso: Mas o embaixador pensava que eu porventura estaria pretendendo asilo para o meu cadáver? (p. 68-69).

Tão logo chegou ao Chile, Paulo Freire já se engajou em um trabalho que o colocava à frente de novas lutas pela educação popular, porém, estas lutas agora seriam travadas em outro território. Sobre seu primeiro trabalho em solo chileno, ele assim o relata:

> Se bem me lembro, chegamos em Arica numa sexta-feira, e na segunda fui levado por Tiago de Mello e pelo Strauss ao gabinete de Jacques Chonchol, do Instituto de Dessarrolo Agropecuario. Apesar de minha dificuldade em entender o castelhano do Jacques, tivemos um papo muito cordial, e saí do seu gabinete contratado como assessor dele, para o que eles chamavam lá de Promoción Humana. [...] No fundo, o que comecei a fazer era um trabalho de educação popular, que tanto podia se dar ao nível da pós-alfabetização como da alfabetização também (FREIRE, 1987a, p. 81).

É importante descrever o contexto político-social do Chile no momento em que Paulo Freire lá chegou, pois este também se mostra como fator determinante de sua postura frente à educação e aos movimentos populares. Sobre este cenário, ele comenta:

> É bom lembrar que quando cheguei ao Chile havia uma verdadeira euforia com a subida da democracia cristã ao poder; havia uma verdadeira convicção em grande parte das gentes em torno do êxito do que era considerado a terceira via para toda a América Latina. Enfim, foi tudo isso que levou a juventude democrata cristã a ir renunciando ao discurso democrata cristão e a se radicalizar, ora para o partido socialista, marxista, ora para o partido comunista. Ou criando novos grupos revolucionários (FREIRE, 1987a, p. 85).



Cuernavaca (México), em seminário do Centro de Documentação (Cedoc), 1971

Dentre estes novos grupos, destaques para o Movimento Independente Revolucionário (MIR) que era composto, como ele afirma, de uma juventude que sempre estava à esquerda de qualquer coisa, mas sempre com lucidez. Havia também o Movimento de Ação Popular Unitária (Mapu) e a esquerda cristã, ambos compostos por dissidentes da democracia cristã.

Comentando sobre como a influência de suas ideias, em meio ao novo governo de democracia cristã que se estabelecia no Chile, foi chegando aos grupos que se mostravam cada vez mais radicais por perceberem que na democracia cristã havia traços significativos de uma burguesia modernista, Paulo Freire afirma que esta radicalização que se desencadeou no país, proveniente principalmente da ala jovem da democracia cristã, com quem trabalhava diretamente, não se deu por sua influência, mas que "todos estes grupos que se formaram nesse período de alguma forma aproveitaram, cada um a sua maneira, algumas das minhas propostas" (FREIRE, 1987a, p. 86).

Na tentativa de demonstrar como, de alguma forma, suas propostas chegaram a esses grupos revolucionários, destaco o relato que Paulo Freire faz de uma experiência realizada em um local chamado *Población Nueva Habana*, cujo controle das ações sociais estava a cargo do MIR. Ele assim o descreve:

> Eu me lembro de uma noite inteira que passei numa población, como eles chamavam, Población Nueva Habana, que resultara de uma grande área da periferia de Santiago por uma quantidade enorme de famílias. [...] Fui recebido sem problemas, como companheiro. Ajudado pelo MIR, política e pedagogicamente, aplicavam o método e queriam conversar comigo (FREIRE, 1987a, p. 86).

Sobre a reciprocidade da aprendizagem entre Paulo Freire e os movimentos revolucionários, pode-se destacar que houve um aprendizado tanto no que diz respeito à disposição para a militância destes grupos organizados como também sua capacidade de articulação com os anseios da massa trabalhadora.

Pequena comunidade pesqueira, na República Democrática de São Tomé e Príncipe, que escolheu como tema gerador o termo "Bonito", nome de um peixe da região, 1975

Comentando sobre esta capacidade de mobilização do MIR, Paulo Freire destaca que havia um intenso trabalho organizacional de cunho pedagógico-político e que este se materializava em diversos projetos educativos que atendiam as áreas populares, como o aproveitamento de velhas carrocerias de ônibus doados pelo governo e que foram transformados em locais para aprendizagem. Nas palavras de Paulo Freire (1992, p. 39), os ônibus-escolas se enchiam de alfabetizandos que aprendiam a ler a palavra através da Leitura do Mundo.

Em meio a este engendramento de forças de esquerda que se articulavam contra a direita estabelecida no Chile é que Paulo Freire compreende melhor o cenário marcado pelas lutas que se travaram no Brasil e lhe impuseram o exílio. Para expressar como esta vivência no exílio lhe servira de pano de fundo para visualizar o que seria uma verdadeira posição progressista, vejamos como ele admite este aprendizado:

> Os quatro anos e meio que vivi no Chile foram assim anos de um profundo aprendizado. Era a primeira vez, com exceção da rápida passagem pela Bolívia, que eu vivia a experiência de tomar distância geograficamente, com consequências epistemológicas, do Brasil [...]. No fundo, eu procurava reentender as tramas, os fatos, os feitos em que me envolvera. A realidade chilena me ajudava, na sua diferença com a nossa, a compreender melhor as minhas experiências e estas, revistas, me ajudavam a compreender o que ocorria e poderia ocorrer no Chile (FREIRE, 1992, p. 43-44).

Este aprendizado, esta compreensão de mundo que foi se apreendendo no Chile e que tinha como contraponto nossa realidade brasileira, foram gestando uma de suas obras de maior destaque, que foi a *Pedagogia do Oprimido*, que é fruto destas reflexões, deste repensar o Brasil vivenciando as lutas estabelecidas em solo chileno, que literalmente conheceu muito bem. Quanto a este "apreender", fruto de suas "andarilhagens", Paulo Freire fez o importante destaque:

> Percorri grande parte do país em viagens em que aprendi realmente muito. Aprendi fazendo parte, ao lado de educadores e educadoras chilenas, de cursos de formação para quem, nas bases, nos assentamentos da reforma agrária, trabalharia com camponeses e camponesas, a questão fundamental da leitura da palavra, sempre precedida pela leitura de mundo (FREIRE, 1992, p. 44).

A imersão na cultura chilena evidentemente não se resumia somente ao conhecimento geográfico do país, mas incluía sua preocupação em captar melhor e cada vez mais aguçadamente as diferenças culturais, que naquele momento histórico não se limitavam somente a sua percepção, uma vez que outros intelectuais também migraram para o território chileno buscando refúgio político. Dentre estes que se exilaram, estavam cubanos, mexicanos, bolivianos, argentinos, venezuelanos, paraguaios e europeus, que tornaram Santiago, à época, como Paulo Freire afirma, o melhor centro de ensino e de conhecimento sobre a América Latina daquele período.

O somatório desta vivência e sua contribuição na formulação da trama que se expressa em sua obra *Pedagogia do Oprimido* pode ser novamente observado quando afirma que:

> O respeito às diferenças culturais, o respeito ao contexto a que se chega, a crítica à "invasão cultural", à sectarização e a defesa da radicalidade de que falo na *Pedagogia do Oprimido*, tudo isso é algo que, tendo começado a ser experimentado anos antes no Brasil e cujo saber trouxera comigo para o exílio, na memória do meu próprio corpo, foi intensamente, rigorosamente vivido por mim nos meus anos de Chile (FREIRE, 1992, p. 44).

Conhecedor da trajetória deste educador e da importância de sua experiência de exílio no Chile, Moacir Gadotti (1996, p. 72) assevera sobre o engajamento de Paulo Freire nos projetos de alcance social e em que medida este envolvimento contribuiu para o refinamento de seus pressupostos educativos:

> O momento histórico que Paulo Freire viveu no Chile foi fundamental para explicar a consolidação da sua obra, iniciada no Brasil. Essa experiência foi fundamental para a formação do seu pensamento político-pedagógico. No Chile, ele encontrou um espaço político, social e educativo muito dinâmico, rico e desafiante, permitindo-lhe reestudar seu método em outro contexto, avaliá-lo na prática e sistematizá-lo teoricamente.

Em seu trabalho no *Instituto de Desarrollo Agropecuario*, Paulo Freire registrou como fora importante o envolvimento com todos à sua volta. Destacou a importância das trocas que se desenvolveram entre ele e a equipe de trabalho, mas ressaltou que as experiências que tivera na educação de adultos no nordeste brasileiro também foram com eles compartilhadas. Foi contundente a este respeito ao afirmar:

> O que de início considerei fundamental foi que aprendesse um mínimo de realidade do país. Nesse primeiro momento, então, discutia quase diariamente com os educadores chilenos que participavam dos diferentes departamentos do Instituto; discutíamos a questão da promoção humana como eles chamavam. O que para mim era um trabalho de educação popular. Fazíamos seminários constantes em torno disso. Além disso, falava a eles da prática que tinha tido no Brasil (FREIRE, 1987a, p. 82).

Para um registro mais acentuado de como as experiências vividas aqui no Brasil com a alfabetização de adultos foram levadas por Paulo Freire para a cultura chilena, destaco um de seus relatos que envolve a utilização dos mesmos recursos didáticos empregados nos Círculos de Cultura no Brasil. Assim ele relatou:

> Quando chegou o momento de fazer as primeiras experiências com alfabetização, propus a um grupo de educadores chilenos que aplicássemos, a título de pesquisa, em certas áreas rurais, os slides que

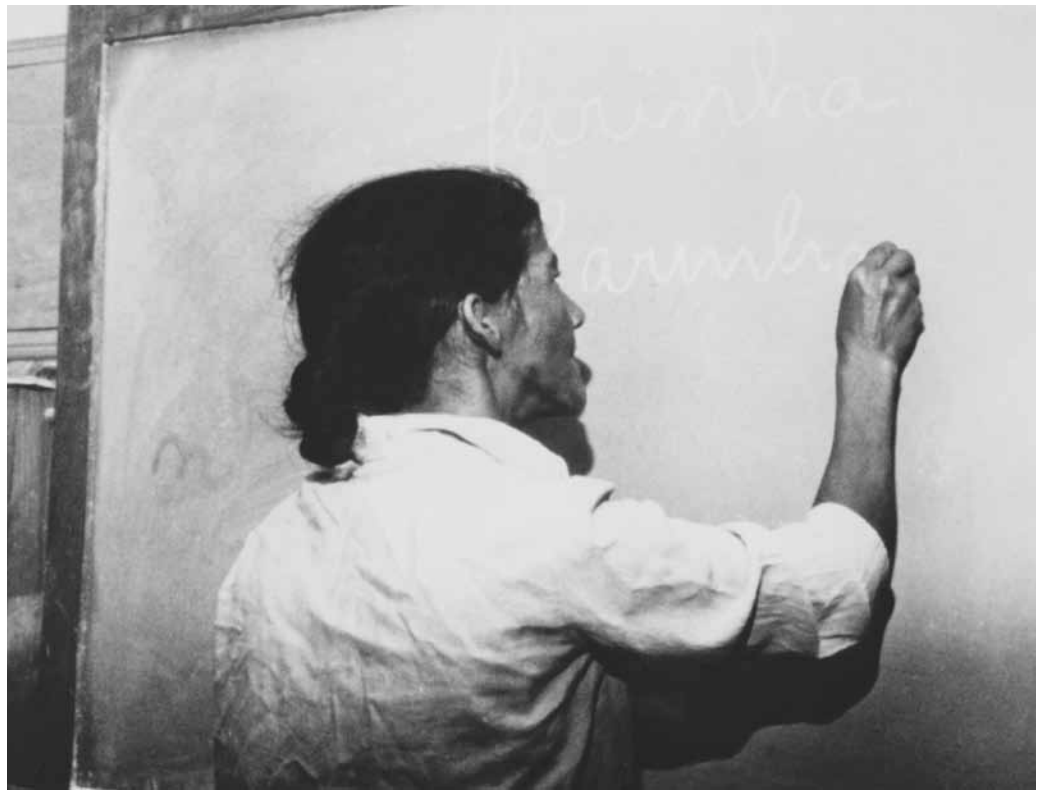
> usara no Brasil, em que se discutiam cultura, natureza, trabalho etc. Enfim, toda aquela parte introdutória de que tenho falado em meus livros. [...] Fomos então a uma primeira área camponesa com os slides. Era apresentado pelo educador chileno como um brasileiro que, no momento, estava exilado no Chile, morando em Santiago e trabalhando com eles. Depois o educador dizia que eu trouxera uns slides do Brasil, portanto, de outra realidade, mas que de qualquer forma gostaríamos de saber o que eles achavam (FREIRE, 1987a, p. 83).

Na sequência da descrição desta experiência fecunda, pode-se afirmar que o período do exílio no Chile não contribuiu somente para um aprimoramento de suas formulações que poderiam ter ficado somente no campo teórico; algumas delas, de fato, se materializaram lá mesmo, no exílio, não somente pelo seu envolvimento crescente com os movimentos populares e seu trabalho específico com a proposta de alfabetização, mas com a sua escrita, que se tornou produtiva e, de lá, lhe projetaria para o mundo.

A obra *Pedagogia do Oprimido*, que estava sendo gestada quando de seu primeiro contato com a realidade chilena, foi concluída enquanto ele ainda estava exilado, mas, antes de publicá-la, foi lá no exílio que Paulo Freire escreveu outras obras, com destaque para o seu primeiro livro, intitulado *Educação como Prática da Liberdade*. Esta obra foi fruto da tese elaborada para o concurso em uma cátedra na Universidade de Pernambuco. Foi também no Chile que Paulo Freire reviu os escritos originais da tese que havia ficado no Brasil quando de sua imediata partida.

Após a revisão que fez de todo o texto, aproveitou a companhia de outros intelectuais que ali estavam para lhe imprimir um parecer crítico, com destaque para Álvaro Vieira Pinto e Francisco Weffort, este último, inclusive, é quem elabora a introdução desta obra.

Reunião de alfabetizadoras, entre elas, Madalena Freire, 1963



Alfabetizando de Sobradinho (DF), 1963

> Aquele foi um período de intensa produtividade, pois além de assessorar diversas ações e projetos no Chile, concentrou-se na escrita, como ele mesmo destacou: "como escrevi nesse período! Cheguei até a contar, escrevi 1600 páginas em um ano e meio, manuscritas" (FREIRE, 1987a, p. 94).

Publicou também outra obra, *Ação Cultural para a Liberdade*, que é fruto de experiências somadas em outro trabalho de assessoria que desenvolveu no Chile, desta vez na *Corporación de la Reforma Agraria* (Cora). Seu registro foi assim descrito:

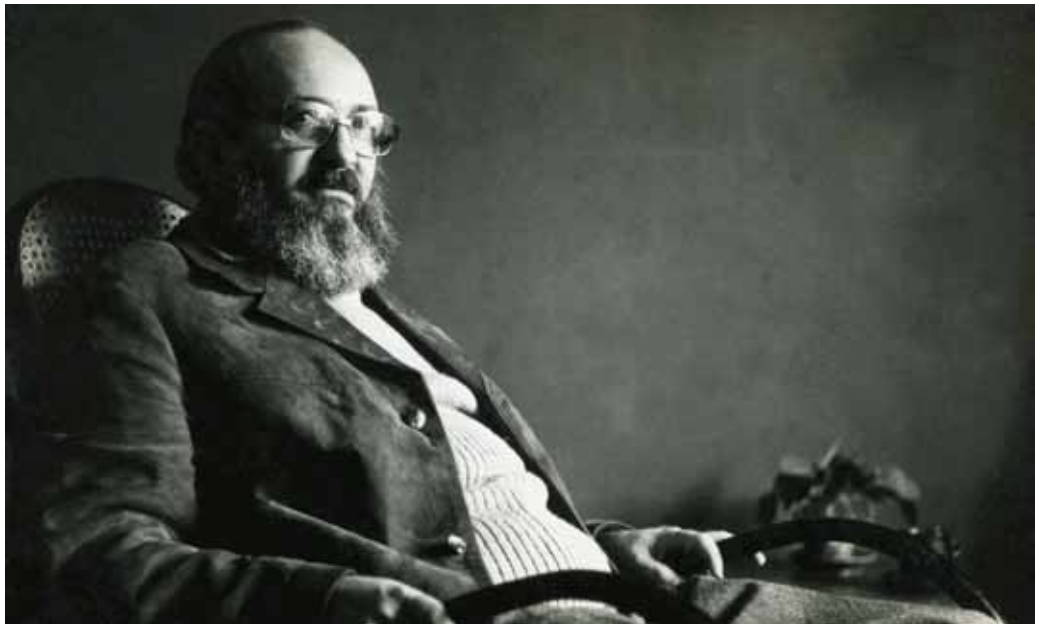
> Para todo encontro a que ia, escrevia um texto. Por exemplo, durante o tempo em que trabalhei no ICIRA, dei assessoria técnica às equipes que trabalhavam na Corporación de la Reforma Agraria (Cora). Foi quando escrevi todos os textos que estão no Ação cultural para a liberdade. Enfim, quase todos os meus textos foram tão vivenciados que, de vez em quando, me ponho a pegar um ou outro e, folhando aqui e ali, faço uma espécie de viagem ao ontem, entende? Revivo todos os momentos (FREIRE, 1987a, p. 96).

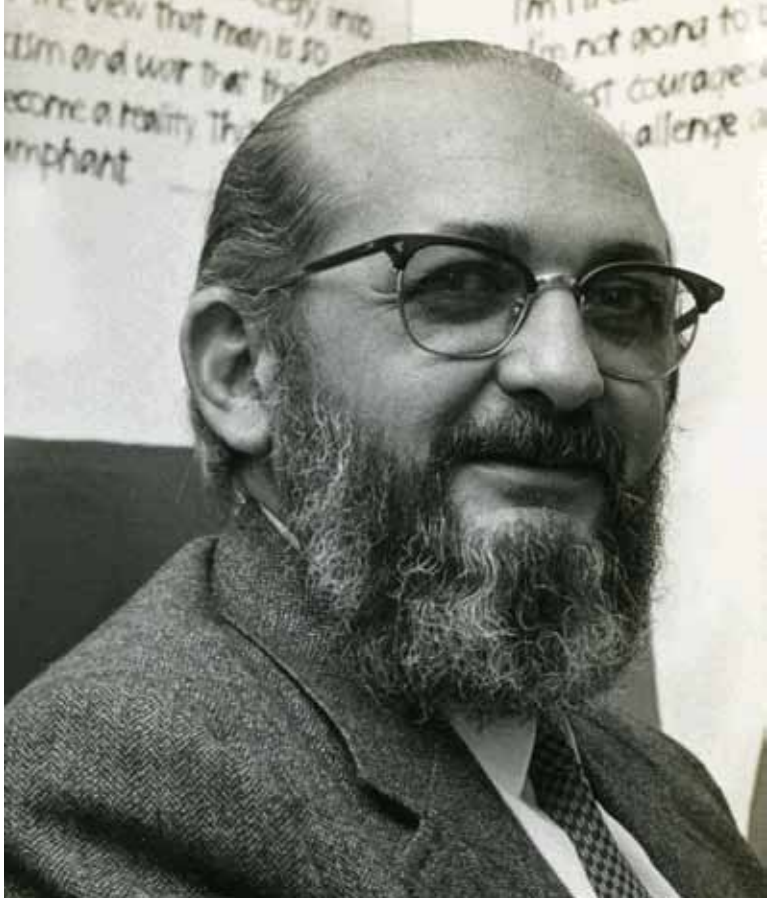
De fato, estas expressões revelam como Paulo Freire ficou encharcado por toda a influência cultural recebida e trocada na experiência do exílio. Daí, para a elaboração de sua obra de maior vulto, a *Pedagogia do Oprimido*, não levou muito pois "eu comecei, e depois tomei um certo gosto pela escrita. Foi a partir daí que escrevi e emendei a *Pedagogia do Oprimido*" (FREIRE, 1987a, p. 96).

Nos últimos dois anos de exílio, Paulo Freire atuou no *Instituto de Capacitación e Investigación en Reforma Agraria* e aponta este período como um dos mais produtivos momentos de sua experiência no exílio, pois já havia adquirido amplos saberes da realidade local que a experiência nos outros empreendimentos em que se envolveu lhe proporcionou. Destacou como contribuidores destes saberes adquiridos a participação ativa em discussões e debates com Marcela Gajardo, chilena que, após o período do exílio, nos anos de 1992, atuava como pesquisadora e professora da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, e com o brasileiro, sociólogo e professor, José Luiz Fiori. Sobre estes, Paulo Freire (1992, p. 53) se prestou ao elogio público quando disse que "com eles debati vários momentos da *Pedagogia do Oprimido* ainda em processo de redação. Não tenho por que negar o bem que a amizade de ambos me fez e a contribuição que a inteligência arguta deles me trouxe".

Há ainda muitos outros nomes a serem citados pela colaboração direta que tiveram ao inserirem-se na proposta dialógica de Paulo Freire (1987b, p. 68), pois estes certamente comungaram de seu pressuposto de que ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo. Para alguns, entre outros tantos de convívio, ele agradeceu:

> Agora, tantos anos depois e cada vez mais convencido do quanto devemos lutar para que nunca mais, em nome da liberdade, da democracia, da ética, do respeito à coisa pública, vivamos de novo a negação da liberdade, o ultraje à democracia, a enganação e a desconsideração da coisa pública, [...] gostaria de referir os nomes de todos quantos me animaram com sua palavra, expressando-lhes o meu muito obrigado: Marcela Gajardo, Jacques Chonchol, Jorge Mellado, Juan Carlos Sampaio, Raúl Velozo, Pell, chilenos. Paulo de Tarso, Plínio Sampaio, Almino Affonso, Maria Edy, Flávio Toledo, Wilson Cantoni, Ernani Fiori, João Zacariotti, José Luiz Fiori, Antonio Romanelli, brasileiros (FREIRE, 1992, p. 62).





Na tentativa de referendar, ainda mais uma vez, como o conjunto das vivências no período de seu exílio foram determinantes para a sua projeção como um dos mais importantes intelectuais que a América Latina produziu para pensar, discutir e propor ações educativas que perpassam o puro e simples pensar a educação por ela mesma, mas implica localizá-la, situá-la no contexto em que se engendra com os homens e com as lutas que os homens travam em seu momento histórico, destaco ainda o que pode ser uma entre muitas outras sínteses destes saberes adquiridos que forjaram este educador durante o período de exílio no Chile. Vejamos como ele descreveu esta experiência:

> No fundo, em última análise, minha passagem pelo Instituto de Desarrollo Agropecuario, pelo Ministerio de Educación, pela Corporación de la Reforma Agraria, meu convívio com suas equipes técnicas, através de quem me foi possível ter rica experiência em quase todo o país, com um sem-número de comunidades camponesas, de entrevistar seus líderes; a própria oportunidade de ter vivido a atmosfera histórica da época, tudo isso me explicava dúvidas que trouxera para o exílio, aprofundava hipóteses, me assegurava posições. Foi vivendo a intensidade da experiência da sociedade chilena, da minha experiência naquela experiência, que me fazia repensar sempre a experiência brasileira, cuja memória viva trouxera comigo para o exílio, que escrevi a *Pedagogia do Oprimido* entre 1967 e 1968 (FREIRE, 1992, p. 53).

Assim, após um período de atividade tão intensa, compartilhada entre outros homens que juntos se faziam sujeitos no mundo e com o mundo, Paulo Freire escreveu sobre a saudade desse tempo:

> Em casa, em Santiago, não foram raras as vezes em que, tal forma envolvido pelo trabalho, gratificado por ele, eu me surpreendia com o sol iluminando o pequeno quarto que transformara em biblioteca, na rua Alcides de Gasperi, 500, Apoquito, Santiago. Com o sol e com os pássaros, com a manhã, com o novo dia. Olhava então pela janela o pequeno jardim que Elza fizera, as roseiras que ela plantara.
> Não sei se a casa estará lá ainda, pintada de azul como era à época. Não poderia repensar a *Pedagogia do Oprimido*, sem pensar, sem lembrar alguns dos lugares onde a escrevi, mas, sobretudo, um deles, a casa onde vivi tempo feliz, e de onde parti do Chile, carregando saudades, sofrido por partir, mas esperançoso de poder responder aos desafios que esperavam por mim (FREIRE, 1992, p. 61-62).

Portanto, se de fato, como nos ensinou em conversa com Myles Horton (FREIRE; HORTON, 2003), o caminho se faz caminhando, Paulo Freire trilhou os desafios em outras frentes, em outros solos, em outras culturas, até o 2 de maio de 1997, dia em que seu corpo morreu, morreu quando escrevia um texto de perplexidade e de indignação sobre um ato de extrema violência praticado por jovens do Brasil, País que tanto amou. Um País que tem tanto ainda a aprender com sua obra, com a sua existência.

Referências

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

_____. *Pedagogia da esperança*: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. *Pedagogia do Oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____; BETTO, Frei. *Essa escola chamada vida*: depoimentos ao repórter Ricardo Kotscho. 7. ed. São Paulo: Ática, 1991.

_____; GUIMARÃES, Sérgio. *Aprendendo com a própria história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____; HORTON, Myles. *O caminho se faz caminhando*: conversas sobre educação e mudança social. Organizado por Brenda Bell, John Gaventa e John Peters. Tradução Vera Lúcia Mello Josceline. Notas de Ana Maria Araújo Freire. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

_____; SHOR, Ira. *Medo e Ousadia:* o cotidiano do professor. 5. ed. Tradução Adriana Lopez. Revisão técnica de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

GADOTTI, Moacir. *Paulo Freire*: uma biobibliografia. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire; Brasília, DF: Unesco, 1996.

SEVERINO, Antonio J. *Educação, ideologia e contra-ideologia*. São Paulo: EPU, 1986.

Paulo Freire com seu filho Lutgardes e o amigo Betinho com seu filho Daniel, no Canadá, 1978

7

Paulo Freire no Conselho Mundial de Igrejas em Genebra[4]

Balduíno A. Andreola
Professor Titular aposentado da UFRGS
Docente da Escola Superior de Teologia (EST)

Mário Bueno Ribeiro
Mestre em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo

4. A elaboração deste artigo resultou, parcialmente, de pesquisa financiada pelo CNPq. Contou com a colaboração técnica de Joel Luis Dumke e de Mônica Bardem, estudantes de teologia na Escola Superior de Teologia (EST), bolsistas do CNPq.

Já se escreveu que *Pedagogia do Oprimido* não significa apenas um livro, o mais importante de Paulo Freire, mas sim um grande projeto coletivo que, como tal, já não pertence a Paulo Freire, porque está sendo repensado e recriado por milhares de educadores e milhões de outras pessoas, em todos os quadrantes da terra, somando-se a uma utopia planetária de que "um outro mundo é possível" (ANDREOLA, 2001, p. 43).

O fator decisivo e mais importante desta universalidade da obra de Paulo Freire foi sua atuação durante dez anos no Conselho Mundial de Igrejas (CMI). Paulo Rosas (2003, p. 33), grande amigo e companheiro de lutas desde o início, no Recife, escreveu: "A partir de Genebra, Paulo projetou-se na história da educação no século 20 como um cidadão do mundo".

Danilo Streck (2001, p. 33), um estudioso da obra de Paulo Freire amplamente reconhecido, declara:

> Poderíamos, por exemplo, perguntar se estaríamos falando da universalidade de Paulo Freire se não tivesse havido o exílio e, dentro deste, a peregrinação por vários países da América até chegar a Genebra, onde encontrou um espaço de atuação que o colocou em contato com as experiências de libertação em todos os continentes, especialmente na África, onde a problemática da descolonização amplia a visão de libertação.

A ida de Paulo Freire para o CMI foi uma opção radical e histórica. Tendo decidido, em 1969, que era chegado o momento de ir embora do Chile, poderia responder, sem pestanejar, a um convite que muitos considerariam irrecusável, de ir para os Estados Unidos. O aceite significaria a porta para uma carreira universitária brilhante e rendosa. Ele já estivera nos Estados Unidos, em 1967, a convite de seis universidades daquele país, e numa viagem mais rápida, em 1968. Paulo Freire não desprezou o novo convite. Propôs à universidade americana de Harvard sua permanência de um ano, mas ao mesmo tempo declarou que sua opção definitiva era pelo CMI, cujo convite chegara pouco depois do convite americano.

Numa entrevista com Claudius Ceccon, em 1978, Paulo Freire (1978b, p. 11) declarou:

> Em 1969 eu voltei e aí eu já era matéria do New York Times. Nessa altura eu já tinha o original de Pedagogia do Oprimido terminado, que só saiu em setembro de 70. Foi exatamente neste intervalo que fui convidado para Harvard. Quando voltei ao Chile da primeira viagem comecei a receber convites para os Estados Unidos. Foi uma coisa muito engraçada. Porque recebo a carta de Harvard e oito dias depois recebo a daqui do CMI. Harvard me propunha estar lá em abril de 69, e o Conselho me propunha estar aqui em setembro. Resolvemos fazer uma contraproposta aos dois. A Harvard para ficar até fins de 69 e ao Conselho para ir no começo de 70. Os dois aceitaram e foi bom porque eu queria muito ter a experiência nos Estados Unidos.

Em outra entrevista, em 1994, ele explicita o motivo de seu interesse por uma estada de aproximadamente um ano nos Estados Unidos: "Foi muito importante viver quase um

ano nos Estados Unidos, porque eu tive a possibilidade de ver de perto o bicho na toca" (FREIRE, 1994, p. 8-9).

Quanto à opção de ir para o Conselho, na entrevista do Pasquim, Paulo Freire (1978b, p. 10) esclarece:

> Eu preferia vir para o Conselho, porque o problema de ser professor para mim não se coloca. Eu me acho professor numa esquina de rua. Eu não preciso do contexto da Universidade para ser um educador. Não é o título que a universidade vai me dar que me interessa, mas a possibilidade de trabalho. E naquela época eu sabia que o Conselho ia me dar a margem que a universidade não me daria. Eu temia, ao deixar a América Latina, perder o contato com o concreto e começar a me meter dentro de bibliotecas e começar a operar sobre livros, o que não me satisfaria e me levaria à alienação total. Não me interessa passar um ano estudando um livro, mas um ano estudando uma prática diretamente. O Conselho me dava esta oportunidade.

Parece-nos importante indagar as motivações mais profundas e decisivas que levaram Paulo Freire a aceitar o convite do Conselho Mundial. O prender-se às estruturas da universidade e aos rituais da academia tornaria difícil sua fidelidade aos "condenados da terra", aos oprimidos. Os depoimentos dele, já citados, deixaram claro que ele via na escolha do Conselho Mundial o caminho para esta recepção universal de sua proposta. Nos Estados Unidos, as oportunidades não podiam ser as mesmas. Já se sabia muito bem lá que Paulo Freire era visto como altamente subversivo, sendo por isso silenciado pela ditadura, com respaldo total do governo americano. Tudo o que se estava construindo no Brasil e na maioria dos países da América Latina, era frontalmente contrário aos interesses imperialistas americanos. Os mentores intelectuais e políticos de tais processos, vistos como altamente perigosos nos próprios países e por isso presos, torturados, cassados, exilados ou executados, eram considerados também radicalmente contrários aos interesses americanos na região.

Ao lado de Ivan Illich (no meio), em Genebra, 1971

Paulo Freire declarou, em 1978, que "queria muito ter a experiência nos Estados Unidos". Em 1994, dirá que "foi muito importante" aquela permanência, porque lhe deu "a possibilidade de ver o bicho na toca". Ele temia se trancar em bibliotecas, absorvido apenas em livros. "Ver o bicho na toca", sim, mas deixar-se trancar na toca, não. Preferia ser "professor numa esquina de rua", a se encarcerar na sala de aula de uma universidade americana. Ele sabia muito bem e o diz: "O Conselho ia me dar a margem que a universidade não me daria". E o Conselho lhe possibilitou realmente ser professor em todas as esquinas do mundo. Não o quis em Genebra para burocratizá-lo em algumas salas do Departamento de Educação do Conselho. Deu-lhe, pelo contrário, condições as mais favoráveis para que, a partir do Conselho Mundial, pudesse desenvolver, pessoalmente, ou em conjunto com a equipe do Instituto de Ação Cultural (Idac), uma ação ampla e muito variada, em numerosos países de todos os continentes.

A respeito de sua chegada a Genebra, Paulo Freire confessa:

> A primeira coisa que me preocupava era saber até que ponto eu ia me mover bem num contexto diferente, sobretudo no contexto do trabalho, que era uma casa de fé, uma casa ecumênica – na verdade é ou foi, durante o tempo que estive lá (FREIRE; GUIMARÃES, 2000, p. 104).

Depois dessa confissão de expectativa e quase de medo, Paulo Freire continua:

> Nunca ninguém me perguntou, no Conselho Mundial, em dez anos, se eu era isso ou aquilo, do ponto de vista religioso. Nunca eu fui chamado pelo secretário geral – que era assim uma espécie de papa – para me dizer "se acautele!" ou "modere um pouco o seu discurso!", nada! Eu nunca talvez tenha sido tão livre, enquanto trabalhador, quanto fui lá (FREIRE; GUIMARÃES, 2000, p. 104).

Ao se falar em "opção radical" por parte de Paulo Freire, trata-se de compreender, por um lado, o que está nas origens (arqueologia) das opções e da trajetória de Paulo Freire e, por outro, o que lhe dá sentido como projeto histórico, como futuro, como esperança, como dimensão de utopia, da qual Paulo Freire nunca desistiu. O filósofo argentino G. Cirigliano (1995, p. 1-17), referindo-se a muitos dos que, voltando dos diferentes "exílios", desistiram da luta e perderam a palavra, com relação a Paulo Freire proclama: "Sostengo que Paulo Freire ha quebrado el tiempo del destiempo porque no ha perdido la palabra, y eso es una hazaña en nuestro continente".

Depois de citar Cirigliano, não posso esquecer uma frase de Ernani M. Fiori, que refere Paulo Freire (1992, p. 287), com emoção, da última conversa com o amigo, pouco antes de sua viagem definitiva, em 1984: "Paulo, estou feliz porque não paraste".

Mas não é possível compreender o sonho, a utopia, a esperança de Paulo Freire até o fim, sem conhecer a "arqueologia" do seu sonho, sem descobrir, na sua biografia, na sua trajetória, os tempos fundantes, capazes de explicar as origens remotas e as razões existenciais de sua práxis libertadora. Citarei o próprio Paulo Freire e depois Mounier. No livro *Conscientização*, Paulo Freire (1979, p. 14) escreve:

> Em Jaboatão perdi meu pai. Em Jaboatão experimentei o que é a fome e compreendi a fome dos demais.
> Em Jaboatão, criança ainda, converti-me em homem graças à dor e ao sofrimento que não me submergiam nas sombras da desesperação. [...]
> Em Jaboatão, quando tinha dez anos, comecei a pensar que no mundo muitas coisas não andavam bem. Embora fosse criança comecei a perguntar-me o que poderia fazer para ajudar aos homens.

A lembrança da fome, a sua e a dos outros, recorre com frequência em falas, entrevistas e livros de Paulo Freire. Foi uma experiência triste, ligada à grande crise econômica de 1929. Na entrevista à Folha de São Paulo, já citada, o tema da fome aparece já na manchete: "Educação pela fome" (FREIRE, 1994, p. 8-9). Quando Paulo Freire se referiu à mudança de sua família de Recife para o então Bairro de Jaboatão, o repórter observou: "Em outros livros seus o senhor conta que nessa época conheceu a fome". E Paulo Freire (1994, p. 8) concorda:

> É, falo sistematicamente dessa experiência da fome e de milhares de outras fomes que conheci. Minha experiência dramática resultou do fato de que a família de classe média em que nasci sofreu o impacto da crise do capitalismo universal, a crise de 29.

Não parece exagero retórico dizermos que a experiência de Jaboatão representa a "arqueologia" da "Pedagogia do Oprimido". Naquele longínquo 1931, o menino Paulo Freire, com dez anos de idade, começa "a pensar que no mundo muitas coisas não andavam bem", e formula para si uma pergunta do tamanho do mundo: "Embora fosse criança comecei a perguntar-me o que poderia fazer para ajudar aos homens" (FREIRE, 1979, p. 14).

Certas coisas não se explicam. As especulações abstratas, racionalizações eruditas, análises sociológicas e pretensões científicas de tudo explicar, são tentativas inúteis. A esta altura só me resta citar Mounier (1961, p. 132-133) que, em 1935, escrevia:

Da esquerda para a direita: Hugo Assmann, Arturo Ornella, Paulo Freire, Carlos Tunnerman (Ministro da Educação da Nicarágua) e Fernando Cardenal (diretor da Cruzada Nacional de Alfabetização), 1979

> A experiência e a proximidade da miséria, eis o nosso batismo de fogo [...]. A miséria passou, com seu cortejo de grandezas. Eis a chave. Quem não experimentar primeiramente a miséria como uma presença e uma queimadura dentro de si, nos levantará objeções vãs e polêmicas inúteis.

É importante lembrar que Mounier exerceu uma influência decisiva, na década de 1950 e início dos anos de 1960, no Brasil e em outros países da América Latina, nos cristãos de esquerda, que buscavam um caminho de inserção política nos movimentos de luta por uma transformação das estruturas injustas. Um dos que mais intensamente participaram desta mobilização, aqui no Brasil e, depois, no exílio, Luís Alberto Gomes de Souza, escreveu que a sua geração tinha em Maritain seu grande inspirador, mas ao descobrir Mounier abandonou Maritain. A concepção de Igreja e das suas relações com o mundo, em Maritain, era de cristandade, enquanto que a de Mounier era de laicidade. Trata-se, em poucas palavras, de uma Igreja voltada para si, ou de uma Igreja voltada para o mundo, através da participação ativa dos leigos cristãos nas estruturas laicas da cidade dos homens.

As razões mais profundas das opções e dos compromissos radicais de Paulo Freire e de Mounier são análogas, fundamentando-se, para ambos, na sua fé cristã.

Não basta a consciência lúcida dos grandes problemas, da pobreza, da miséria, da fome e de todas as formas de opressão no mundo. Tal visão pode absorver-se inteiramente em análises sociológicas ou em militâncias revolucionárias, inspiradas mais pelo ódio do que pelo amor. O "algo mais" que não é algo apenas, mas a razão mais profunda das opções de Paulo Freire, como fora também de Mounier, ele a explicita na famosa entrevista ao Pasquim, em 1978.

Paulo Freire na sua despedida do Conselho Mundial das Igrejas, em Genebra, 1979

Paulo Freire e Elza Freire em Guiné-Bissau, 1974

> Eu tenho que confessar o seguinte: eu fui empurrado aos córregos do Recife, às zonas urbanas do Recife, urbanas e rurais, indiscutivelmente por minha postura cristã, católica [...] e por certa camaradagem que eu sempre estabeleci na minha vida com Cristo, entende, até hoje. Não tenho porque renunciar. E realmente fui lá por isso. Eu digo isso também com humildade. Quer dizer, eu me sentia responsável por aquela defasagem tremenda entre a maneira como eu podia e estava vivendo e a maneira como milhões de meus irmãos viviam (FREIRE, 1978b, p. 8).

Tentamos esclarecer, neste artigo, as razões que levaram Paulo Freire a optar pelo CMI, de preferência aos convites honrosos de universidades americanas. Mas não é tudo. Mesmo no CMI, ele fez uma nova opção preferencial. Em 1978, ele afirmou: "Eu sou capaz de amar enormemente qualquer povo". Na sua escolha, houve, porém, um amor de predileção. Quando Sérgio Guimarães lhe perguntou de que maneira ele conciliava suas atividades em Genebra com os problemas da alfabetização em vários outros países, Paulo Freire deixou clara sua opção:

> [...] nesses anos de vida em Genebra, tenho tido contatos, ora em Genebra, ora em Paris, ora em certas cidades alemãs com grupos que trabalham com trabalhadores imigrantes em alfabetização. Mas sem nenhuma inserção maior. É que, no fundo, sobretudo quando a gente chega à idade em que eu estou hoje, a questão das opções, a questão de uma entrega maior se coloca.
> No momento, por exemplo, me é absolutamente importante, fundamental, este aprendizado que a África me oferece. Eu não tenho muito tempo, o meu limite existencial lamentavelmente começa a dizer: "Olha, Paulo, cuidado!" Então, entre ficar tocando uma coisinha aqui, tocando uma coisinha lá, e passar a me dedicar mais rigorosamente a um certo tipo de estudo, eu tenho que optar pela coisa mais importante (FREIRE; GUIMARÃES, 2000, p. 48).

Um dos aprendizados fundamentais, para Paulo Freire, foi o de respeitar a cultura das comunidades africanas e determinados condicionamentos históricos, sem impor modelos ou precipitar as coisas. O exemplo mais eloquente foi o de saber aguardar o momento oportuno para propor às autoridades da Guiné-Bissau o problema de que não era possível alfabetizar o povo na língua do colonizador. Sobretudo em se tratando das populações camponesas, imensamente majoritárias, que sempre haviam rejeitado o idioma do opressor. Paulo Freire se autorizou a propor a discussão deste problema ao presidente da Guiné-Bissau somente depois que o mesmo promoveu um seminário, por ele proposto, para o qual foram convidados representantes dos cinco países africanos lusófonos.

A relação de Paulo Freire com a África foi de empatia profunda. Ele amou a África com amor de predileção. Os motivos são claros. Ele os descreve, em Cartas a Guiné-Bissau, numa linguagem altamente poética:

> Falei da Tanzânia para salientar [...] o quanto me foi importante pisar o chão africano e sentir-me nele como quem voltava e não como quem chegava.
> Este sentir-me em casa, no chão africano, se repetiu, em certos aspectos de maneira ainda mais acentuada, quando [...] visitei, com a equipe do Instituto de Ação Cultural - IDAC pela primeira vez a Guiné-Bissau. Poderia dizer: quando "voltei" à Guiné-Bissau (FREIRE, 1978a, p. 14).

O olhar de Paulo Freire é um olhar de amorosidade, de encantamento. O oposto do olhar de Hegel, um olhar que expressava apenas preconceito e desprezo total.[5] Trata-se também de uma "descoberta" totalmente diferente da "descoberta" dos colonizadores. Eles "descobriram" literalmente a África, a "desnudaram" totalmente, para estuprá-la, para saqueá-la de todos os seus bens e entregá-la, depois de quinhentos anos, ensanguentada e faminta, ao assalto da ganância institucionalizada, no mercado globalizado.

A obra de Paulo Freire sofreu e continuará sofrendo muitas críticas. O que não é possível questionar, porém, são opções radicais, como a dele, fundamentadas em valores que transcendem o alcance da ciência e da filosofia, situados no nível da fé e do amor. Paulo Freire concluiu sua longa entrevista ao Pasquim falando sobre o amor. Depois de rechaçar a insinuação de que amor é conceito burguês, ele o afirma como dimensão essencial ao ser vivo, e por isso proclama: "Nesse sentido é que eu digo que a revolução é um ato de amor" (FREIRE, 1978b, p. 11).

Freire lembra o Conselho Mundial de Igrejas como "uma casa de fé, uma casa ecumênica...". Só o Conselho Mundial de Igrejas teria como oferecer a Paulo Freire aquelas condições que Sérgio Guimarães denominou, jocosamente, com uma metáfora genial: "Europa, aeroporto para o mundo" (FREIRE; GUIMARÃES, 2000, p. 97). De lá, daquela "casa de fé", ele pôde partir para todos os caminhos do mundo, levado pela sua fé "na criação de um mundo em que seja menos difícil amar"[6].

5. Sobre esta visão profundamente preconceituosa de Hegel a respeito da África e da América Latina, basta folhear o livro Lecciones sobre la Filosofia de la Historia Universal (Madrid: Alianza, 1999). São as aulas ministradas por Hegel na Universidade de Berlim. Sobre o assunto, ver Andreola (2002, p. 123-144).

6. Frase final da obra de Paulo Freire, *Pedagogia do Oprimido*.

Referências

ANDREOLA, Balduíno A. Dos preconceitos de Hegel ao diálogo das civilizações. In: _____. *Educação, Cultura e Resistência*: uma abordagem terceiromundista. Santa Maria: Palotti/Itepa/EST, 2002. p. 123-144.

_____. Pedagogia do Oprimido: Um Projeto Coletivo. In: FREIRE, Ana Maria Araújo (Org.). *A Pedagogia da Libertação em Paulo Freire*. São Paulo: Unesp, 2001. p. 43-46.

CIRIGLIANO, Gustavo F. J. De la palabra conciencia de-la-opresión a la palabra proyecto de-la-esperanza: Entrevista. *La Educación*, Washington, DC, año 39, v. 120, n. 1, p. 1-17, 1995.

FREIRE, Paulo. *Cartas a Guiné-Bissau*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978a.

_____. Conscientização: Teoria e Prática da Libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. Tradução Kátia de Mello e Silva. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979. Tradução de: FREIRE, Paulo. *Conscientisation*: Recherche de Paulo Freire. Document de travail. Paris: Inodep, 1971.

_____. Educação pela fome: Entrevista. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 25 maio 1994. Caderno VI, p. 8-9.

_____. Depoimento de um grande amigo. In: Ernani M. FIORI. *Textos Escolhidos*. Porto Alegre: L&PM, 1992. v. 2. p. 273-287.

_____. Paulo Freire, no exílio, ficou mais brasileiro ainda. Entrevista com Claudius Ceccon e Miguel Darcy de Oliveira. *Pasquim*, Rio de Janeiro, n. 462, p. 7-11, dez. 1978b. Edição Especial: As grandes Entrevistas Políticas II.

_____. Pedagogia do Oprimido. 18. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

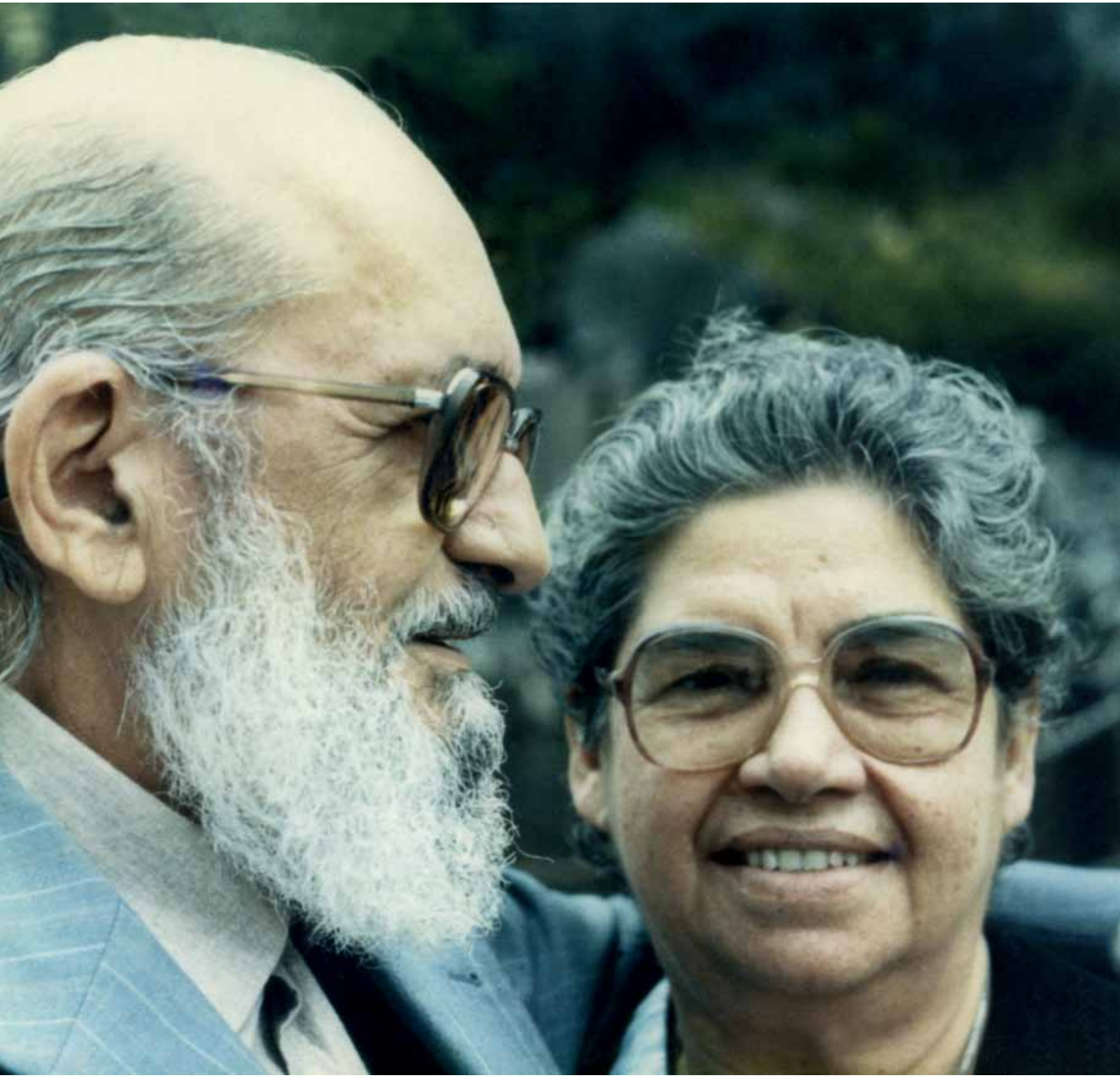
_____; GUIMARÃES, Sérgio. *Aprendendo com a própria história II*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MOUNIER, Emmanuel. *Révolution Personnaliste et Communautaire*. Paris: Éditions du Seuil, 1961. v. 1.

ROSAS, Paulo. *Papéis avulsos sobre Paulo Freire*. Recife: Centro Paulo Freire – Estudos e Pesquisa, Universitária da UFPE, 2003. v. 1.

STRECK, Danilo. *Pedagogia no encontro de tempos*: Ensaios inspirados em Paulo Freire. Petrópolis: Vozes, 2001.

* Artigo publicado anteriormente em Estudos Teológicos: Revista do Instituto Ecumênico de Pós-Graduação em Teologia, da Escola Superior de Teologia, São Leopoldo, RS, ano 45, n. 2, p. 107-116, 2005. O texto está disponível também *online* na ATLA Database, 250 S. Wacker Dr., 16th Flr., Chicago, IL 60606, e-mail: atla@atla.com, home-page: <http://www.atla.com>.



8

Elza Freire, setembro de 1977

O momento em que saí, deixando o meu pai com minha mãe, sabendo que não teria mais oportunidade de vê-los e realmente cortando tudo para enfrentar uma nova vida sem dar a mim mesma o direito de pensar na que havia deixado. Era como se tivesse tido a coragem de dizer: não existe daqui pra cá.

Elza Freire, Dagoberto Linhares (professor de violão) e Joaquim Freire, na França.

Como se tivesse tido a coragem de dizer: não existe daqui pra cá

Quando saí, senti realmente que não voltaria mais, de maneira nenhuma. Talvez isso me tivesse dado um certo corte, não pensar mais em volta nem no que tinha deixado. Viver uma outra vida, diferente da que tinha passado. Talvez o momento mais duro tenha sido esse. O momento em que saí, deixando o meu pai com minha mãe, sabendo que não teria mais oportunidade de vê-los e realmente cortando tudo para enfrentar uma nova vida sem dar a mim mesma o direito de pensar na que havia deixado. Era como se tivesse tido a coragem de dizer: não existe daqui pra cá.

O jovem saindo do seu país sofre muito mais, porque afinal de contas está num processo de realização. Na minha idade já tinha a vida realizada. O que me faltava? Cinco anos para a aposentadoria. Tinha vinte e um anos de magistério e dez como diretora de escola.

Já havia tido todo um tempo, toda uma carreira, já havia feito algo. Fiz o que queria, o que pensei, porque realmente fiz bem, talvez isso tenha me dado uma capacidade de amadurecimento, uma certa tranquilidade na vida, uma espécie de desprendimento do que ficou realizado. Penso assim porque gostosamente me realizei.

Politicamente eu não tinha problema nenhum

Paulo saiu primeiro, foi para a Bolívia já com cargo no Ministério da Educação. Em janeiro de 65, eu e os filhos fomos encontrá-lo no Chile. Politicamente eu não tinha problema nenhum. Para sair do Brasil pedi licença sem vencimentos por dois anos no meu trabalho. Passado esse tempo, deveria reassumir. Mas estava no Chile com a família e realmente era difícil, pois teria que passar mais dois anos trabalhando no Brasil e depois pedir outra licença. Então preferi pedir demissão, senão seria demitida por abandono de cargo.

Nem cheguei a pensar em voltar ao Brasil, em terminar a minha carreira. Achava realmente que seria um corte para a família, não só para Paulo como companheiro, como também para os nossos cinco filhos que eram ainda pequenos. O menor tinha cinco anos. No exílio, se a gente não tivesse o mais possível a unificação, a junção da família, todo o bloco em família, isso quebraria mais, daria mais perda em si.

Creio que se tivesse ficado no Brasil, talvez sentisse mais a perda da aposentadoria. Fora, como se diz, enchi a minha vida com um outro mundo, compreende? E como já disse, aquele mundo eu apaguei, realmente borrei da minha vida, foi realizado, aconteceu.

A coisa que realmente a gente sente é no outro dia quando amanheci no Chile, não ter trinta e cinco professores nem 600 alunos, que era a população do meu grupo escolar.

Isso eu realmente senti. Mas creio que compensei um pouco me realizando com uma coisa que nunca tinha tido: a vivência como dona de casa, mas como dona de casa realizando o trabalho. Eu tinha vivência de dona de casa, mas administrativamente, sabia fazer e mandava que fizessem, mas não fazia, porque tinha o problema da escola, as seis horas de trabalho. Com uma semana de chegada ao Chile, tínhamos geralmente 25, 15, 30 pessoas para almoçar ou jantar...

Vivemos muito na família grande

No Chile recebíamos jovens que vinham se instalar, mas que ainda não tinham família, que no momento não tinham trabalho, então tínhamos a visita e a presença deles. É claro que ficavam para o almoço, para o jantar e à noite esticavam um pouco mais; isso me ajudou muitíssimo. Eu realmente via nisso uma grande vantagem, não para os que vinham, mas sim para mim... porque realmente preenchia a lacuna do magistério. Eles se sentiam recebendo, mas eles é que me davam. Então, veja você!
Vivemos muito, como se diz, na família grande, porque cada um que chegava era como se chegasse um da família. A gente vivia e participava, a necessidade, o conseguir do outro, isso ajudou muito dando uma certa integração entre nós brasileiros.

Não pensei em trabalhar fora de casa no Chile porque não tinha tido, depois de casada, o gosto realmente de ser dona de casa. Para mim foi um prazer, porque sempre, todas as manhãs quando saía pro trabalho, uma coisa me chamava a atenção: era que todos estavam em casa, na sua casa, e eu tinha o que fazer fora e não tinha aquela oportunidade de saborear a vida da casa.

Talvez por isso eu tenha uma certa culpa por ter assumido todo o trabalho doméstico. Como antes de sair do Brasil eu tinha uma vida muito ativa, me sobrava bastante energia e vitalidade. Precisava me gastar e talvez isso, de certa maneira, explique eu fazer tudo porque não me era tão pesado, e sim vantajoso, compreende? Tanto me encanta o trabalho fora quanto o trabalho dentro de casa.

Quando as filhas estavam sempre dividiam, mas depois que foram casando foram ficando os homens... e os homens não foram educados para fazer. Agora funciona bem. Aqui em Genebra tudo é muito fácil, muito rápido, compra-se tudo muito pronto, muito feito. Quando saio ou quando tenho outra coisa que me impede de fazer, eles têm que fazer e fazem. Acho que agora, no ponto em que estou, com a família reduzida, já consigo harmonizar as duas coisas. Não sei por que, mas uma das coisas que mais me refaz emocionalmente é fazer a comida. Um verdadeiro *relax*!

Encontro da família Freire na casa de Madalena Freire e Francisco Weffort, 1982

Elza e Paulo com o filho do amigo Martin Carnoy, em Califórnia (USA), 1985

A primeira professora da família fui eu

Escolhi ser professora por mim mesma, desde cedo, talvez como afinidade com a minha professora primária. Realmente eu gostava como ela cuidava dos alunos.

A gente era um pouco diferente do comum. O pai dava muito mais liberdade para a gente, podíamos sair, tínhamos possibilidades de ter amigos, ele preferia mesmo que a gente tivesse amigos, que os amigos do meu irmão fossem amigos nossos. Porque assim, dizia ele, a gente entendia melhor a vida e não teria oportunidade de ter medo de homem, porque no nordeste a moça fica sempre assustada. Isso nos deu uma certa liberdade de visão.
O pai permitiu que trabalhássemos muito cedo. Antes mesmo de terminar o curso Normal eu já ensinava particular. De forma que isso me deu uma capacidade de experiência muito grande, um projeto de realização pessoal. Papai não nos dava mesada, dizia que fizéssemos nossa própria mesada, nossa própria vida. Foi muito bom porque nos deu uma base de economia e de orçamento na vida.

A minha grande preferência é realmente trabalhar com criança, porque acho que é um mundo criativo. Acho que há algo de descoberta na criança. Daí ter feito minha parte toda de ensino primário com o jardim de infância, com o último período do jardim de infância, com o início da alfabetização, a classe preliminar. Garotos até sete anos me encantam muito mais que os maiores. Mas para não esquecer o programa do primário, tinha alunos particulares para o exame de admissão.

Quando já tinha feito o Normal e já estava casada, surgiu a possibilidade para quem tivesse esse curso, de fazer um outro intermediário e depois medicina. A princípio senti assim uma certa vontade, mas depois vi que acarretaria custo, coisa de ter que ficar no hospital, plantão... Eu gostaria de ter feito, mas traria problemas para a família.

Realmente me especializei em alfabetização

Fizemos juntos, Paulo e eu, o trabalho de alfabetização no Nordeste. Fiquei com a parte metodológica, com a elaboração da coisa. A paróquia em que morávamos nos cedeu uma sala, reunimos cinco operários que moravam perto e à proporção que íamos elaborando, íamos testando.

Como conhecíamos bem a área, o bairro em que vivíamos, isso deu muita possibilidade de ver se dava resultado ou não. Vimos que certas coisas eles não entendiam, eliminamos algumas palavras mais difíceis e percebemos que haveria vantagem em utilizar palavras que tivessem três sílabas e não só duas, pois davam oportunidade de gerar outras palavras.

Não posso chamar isso de descoberta porque eu tinha a prática do curso primário com as crianças. Realmente me especializei em alfabetização e durante praticamente dez anos eu alfabetizei. Nessa fase, estava alfabetizando por palavração. Eram vinte e oito palavras geradas do mundo da criança e estavam dando um resultado fabuloso. Então, nós pensamos: e se transferíssemos para o mundo do adulto, como seria? Eu não tinha prática de adulto, tinha alfabetizado vários, mas isoladamente, não com palavras geradoras, só pela análise sintática. Fui verificando que dava certo, porque o adulto se interessava tanto pelas palavras geradoras do seu mundo, como a criança se interessava por bola, pelas palavras dos jogos do mundo dela. Por incrível que pareça, o adulto visualizava mais rápido que a criança. Na parte escrita é o inverso, uma dificuldade tremenda, muito maior que a da criança que tem mais capacidade motora. Os primeiros resultados foram impressionantes. Muitas vezes não acreditava que o adulto tivesse visualizado e pensava que ele já sabia qualquer coisa, que já tinha estado na escola. Depois chegamos à conclusão que realmente pegavam mais rápido.

Foi muito interessante essa fase. Não fizemos por cartaz. Na hora, fazíamos o desenho e escrevíamos também a palavra. Ainda não tínhamos a fase do debate, a gente conversava e de acordo com as palavras que eles iam soltando e repetindo, a gente fazia a palavra geradora da noite. Depois é que fomos vendo que podíamos fazer o debate, debate esse que dava a consciência da coisa.

Passamos a estender a campanha, foi a fase de Angicos, no Rio Grande do Norte. Eu só participava na elaboração porque não podia fazer a viagem por causa da escola. Ia e voltava rápido quando tinha férias, porque uma coisa que eu fazia muita questão era de não pedir licença. Esperava que isso me facilitasse a aposentadoria. Meu único tempo de licença foi o de maternidade.

Paulo Freire
e família com
amigos do Idac, RJ

A criatura estruturada, viva mesma... essa continuou

Para mim o exílio foi muito mais positivo do que negativo. Foi uma outra experiência de vida que serviu para a gente entender mais a vida, se doar mais ao mundo, ter mais compreensão com o outro. Uma abertura maior mesmo, de coração. Enquanto estávamos no Brasil não tínhamos essa preocupação com o outro assim tão forte.

Uma das primeiras coisas que passamos a ter no Chile era não ver só a nossa família, a de cada um que chegava era família também. Acho que uma das coisas que o exílio dá fortemente é ver o outro. Quando a gente está no próprio país, a gente está tão acostumada, tem tudo, nem pode imaginar porque o outro está reagindo daquela forma. Fora não. Fora, a gente tem realmente que ver o problema do outro, tem de casar os filhos, tem de casar com outro que não é da sua nacionalidade, você passa a compreender mais. Acho que o choque de valores serviu para a gente poder observar mais o outro, o mundo, e talvez até valorar mais nossos valores.

Talvez pelo fato de eu ter saído na idade em que saí, já havia uma consolidação da maneira de ser, de querer, de pensar, de encarar a vida. Pode ser que não tenha sido pela idade, mas talvez por temperamento meu, por resolvido que seja, pensado que seja, vivido que seja, à aquilo. Há talvez, uma solidificação da coisa. Os valores permaneceram, os mesmos valores, a mesma percepção da vida.

É verdade que a troca de país facilitou com que realizássemos a abertura que já tínhamos sem causar, não digo escândalo, mas contradição dentro da família. No Brasil seria difícil, já por uma circunstância dos parentes, dos tios, das tias que começavam a sentir que as nossas filhas tinham uma maneira de ver diferente. A mais velha já dizia que quando fizesse dezesseis anos alugaria o apartamento dela. Isso dava um certo susto às tias: "Mas como! Se você tem casa, pai, mãe, vai morar no seu apartamento?..." Saindo, nós não tivemos problema, nesse caso foi melhor, porque as meninas puderam ter uma experiência de vida com mais liberdade e compreensão, o que seria difícil se tivéssemos ficado no Brasil.

Elza e Paulo na sua primeira casa em Recife, 1944

Com a saída, o corte existiu mais na parte material da não volta, porque a criatura estruturada, viva, eu mesma... essa continuou. O corte talvez tenha sido uma defesa, uma espécie de preparação para uma nova etapa que a gente sabia que tinha de enfrentar. Quando tivemos que sair, eu senti que não teríamos possibilidades de volta imediata, de volta àquela vida. Os filhos sentiram a saída materialmente. Mas viam em nós uma certa segurança, uma estabilidade, estávamos livres de uma situação, não atingida mais. Paulo não corria mais o perigo iminente da prisão. Logo após 64 a coisa foi difícil...

Quando a gente sai do país por motivo político, ao chegar a outro país a gente se sente refeita de espírito. Na época em que chegamos ao Chile, o chileno recebia o brasileiro como um irmão; aquilo emitiu um bem-estar, uma segurança, uma troca de afetividade tão grande que isso suavizou muito a nossa saída do Brasil. Há uma espécie de gratidão que a gente sente por aquele povo que nos acolheu, e isso é muito reconfortante. Senti isso mais no Chile, creio que pelo fato da vida estar cortada mais recente. Quando saímos do Chile estávamos refeitos, já se sabia que tínhamos possibilidade de viver em outro país que não fosse o nosso.

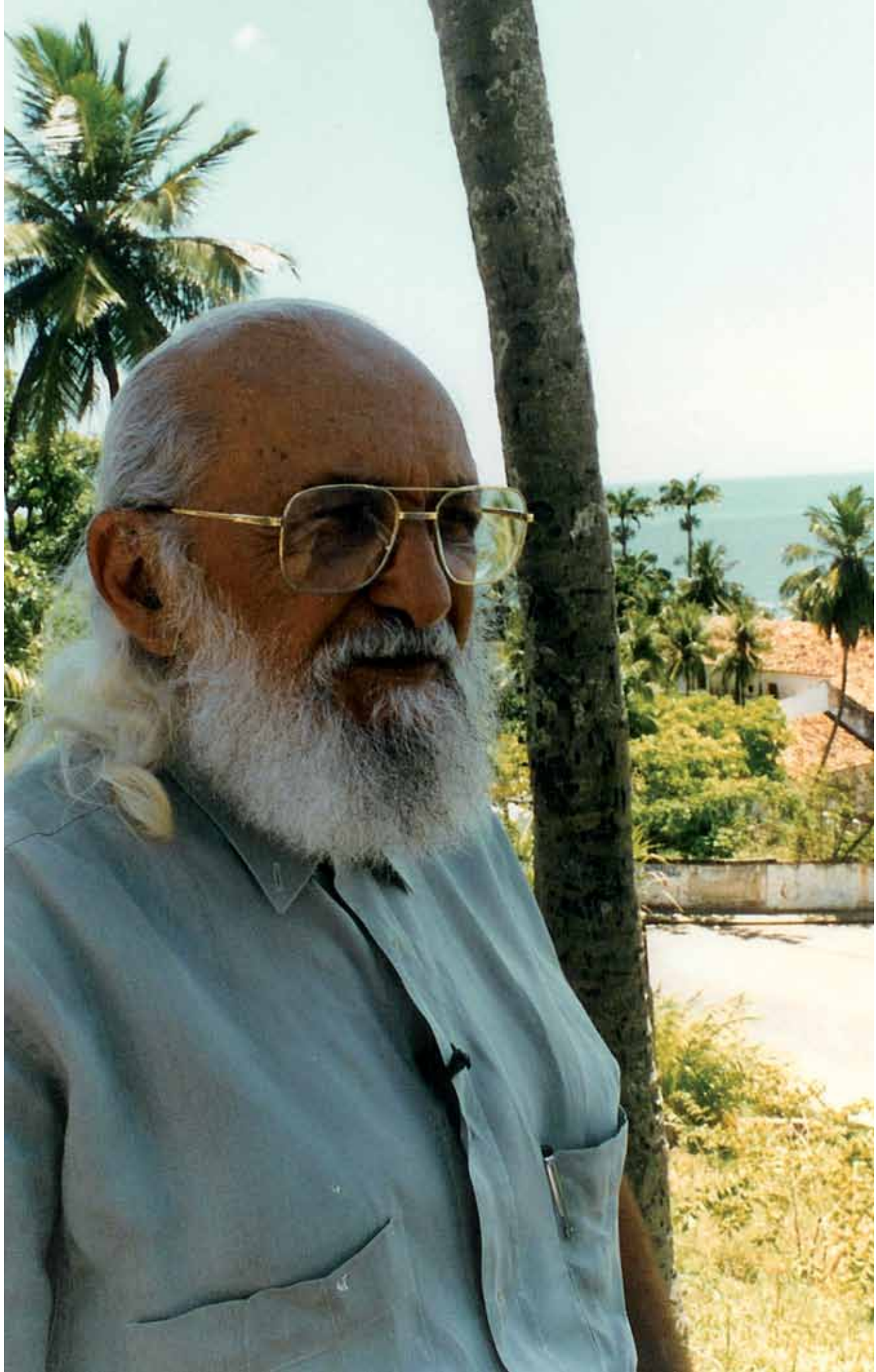
Fomos para os Estados Unidos... Eu preferia ter ficado no Chile, porque o Chile para mim foi ótimo, teve a facilidade da língua. Eu não falava inglês, era uma língua realmente nova para mim. Acontece que a proposta que fizeram para Paulo, como professor visitante em Harvard, era interessante, e nós sentíamos o Chile caminhando para uma situação difícil, principalmente para nós estrangeiros. A oportunidade seria vantajosa para Paulo... realmente foi. Abriu a porta para a possibilidade de mais conhecimentos e mesmo para ir trabalhar no Conselho Mundial das Igrejas. Nos Estados Unidos, sabendo que era para passar só um ano, eu não trabalhei. Fiquei realmente dona de casa, assisti a cursos na Universidade, classes de inglês... Vi logo que não dava para passar muito tempo. Tudo caríssimo. Mesmo assim fizemos bons amigos que ainda conservamos hoje, muito bons... e gostei de ver o povo, principalmente o jovem americano, aquilo me encantou. Completamente diferente, aquilo me fez um bem... era uma outra juventude que eu podia comparar com a minha.

Aquela alegria do jovem americano me fazia tremendamente bem e ainda faz quando chego lá. Senti que lá a mulher talvez se imponha mais. Pelo que vivi no Brasil, acho que a mulher era talvez menos valorada. Não sei se agora será diferente, certos movimentos, uma tomada de consciência maior...

Quando nós chegamos a Genebra, o contrato de Paulo no Conselho não dava direito de que a esposa trabalhasse. Só depois, quando ele não conseguiu renovar o documento de viagem chileno que tinha e pediu asilo na Suíça, é que nós recebemos autorização de trabalho.

Nesses últimos anos vivi uma retomada de trabalho que para mim tem sido interessante. Refiro-me ao trabalho de alfabetização com africanos, uma outra realidade. Já posso comparar com o que fizemos no Brasil.

FREIRE, Elza. Elza Freire, setembro de 1977. In: COSTA, Albertina de Oliveira et al. *Memórias das Mulheres do Exílio*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982. p. 200-206.



9

Paulo Freire, no exílio, ficou mais brasileiro ainda

Pasquim nº 462

Claudius Ceccon
Caricaturista, arquiteto e jornalista
Diretor do Centro de Criação de Imagem Popular (CECIP)

Miguel Paiva
Cartunista e escritor

Reunião de formação com alfabetizadores, Angicos, 1963

Claudius Ceccon - *Pra começar com o papo, eu acho que seria bom apresentar você aos leitores que não te conheceram, que tinham dez anos, oito, sete, cinco anos em 1964 quando você deixou o Brasil e que ouvem falar de você. Então Paulo, onde, quando e de quem você nasceu?*

Paulo Freire - Em primeiro lugar eu gostaria realmente de agradecer a vocês essa oportunidade que me dão de estabelecer, possivelmente, um primeiro diálogo mais informal com um grupo de jovens brasileiros entre os quais eu incluo sobrinhos meus, que só entraram em contato comigo através de livros. Eu não tenho nenhuma pretensão que seja muito séria, mas de qualquer maneira é um contato formal.

Claudius - *O microfone é todo seu.*

Freire - Eu nasci no Recife em 1921 e de vez em quando eu fico até um pouco triste quando jornais dizem que eu nasci em 1920 e me tiram um ano.

Claudius - *Fazem você ficar velho.*

Freire – Exato. Eu quase protesto. Mas foi no dia 19 de setembro, no bairro da Casa Amarela, na estrada do Encanamento, 724.

Claudius - *E esse encanamento foi feito?*

Freire - Esse encanamento no meu tempo nem existia. Eu fui um menino da geração dos lampiões e uma das coisas que eu mais gostava na minha vida era ver o homem do lampião, como a gente chamava, com aquela vara no ombro, e que marchava com uma dignidade fantástica, com a sua chama na pontinha da vara dando luz à rua. Eu sou, portanto, de uma geração que viu e participou, como espectador, pelo menos, de um mundo de modernização. Mas vivíamos numa casa grande, com um quintal enorme, que na época dava para duas ruas, uma era a do Encanamento e a outra era a rua de São João. No meio das duas, o quintal ligando-as, era o meu mundo. Cheio de árvores, de bananeiras, cajueiros, fruta-pão, mangueiras. Eu aprendi a ler à sombra das árvores, o meu quadro negro era o chão, meu lápis um graveto de pau.

Miguel Paiva - *E quem eram seus pais?*

Freire – Meu pai me marcou tanto que, tendo morrido em 1934, eu o tenho ainda como uma presença hoje. Era um homem realmente aberto. Para minha humilhação, falava fluentemente francês. Ele acharia muita graça hoje do filho dele vivendo há sete anos em Genebra e pedindo "chômage" no lugar de *fromage*...

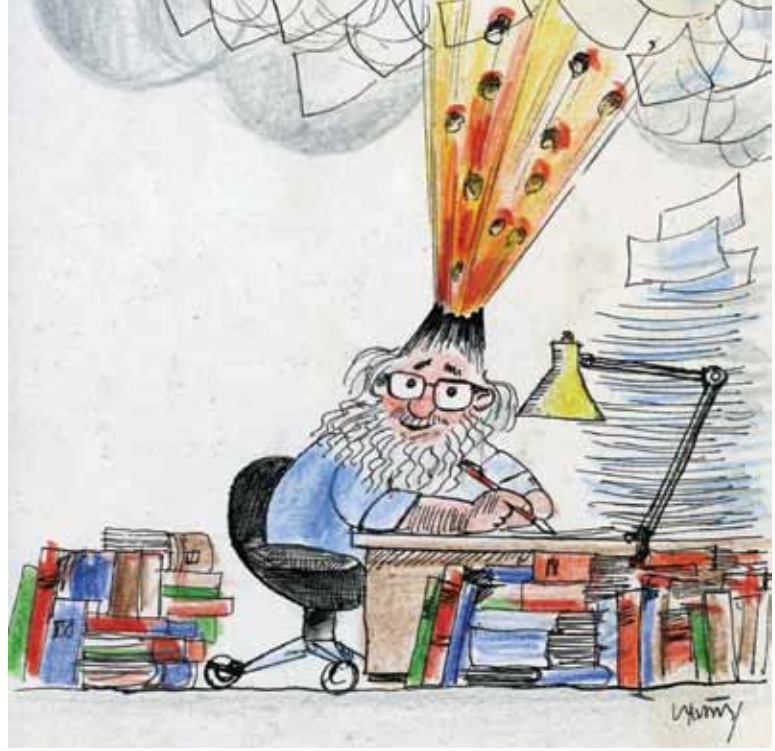
Claudius - *E o que ele fazia?*

Freire - Sentou praça no Exército. Sofreu um acidente e teve de se reformar muito jovem, com trinta e poucos anos, como capitão. Nós, os quatro filhos, passamos a gozar de sua reforma, na medida em que ele ficava em casa. Ele trabalhava muito em casa com marcenaria, e fazia tudo que queria, cadeiras, gaiolas. Eu me lembro que eu e meu irmão mais velho éramos os mais fracos assistentes dele.

Claudius - *Vocês eram quantos?*

Freire - Éramos quatro. Três homens e uma mulher. Eu era o caçula, mas um caçula não mimado. Eu diria sem medo de errar que essa foi uma das grandes lições dos dois, a quem eu presto agora a minha homenagem saudosa porque minha mãe morreu, há dias. Morreu sem que eu a pudesse ver. Foi uma mulher excepcional também.

Claudius - *Você se correspondia com ela?*



Paulo Freire em ilustração do amigo Claudius Ceccon

Freire - Muito, muito... Eu passei 13 anos de exílio, escrevendo com grande assiduidade. E escrevia de todas as partes do mundo, de Fiji, de Guiné, Papua, da Austrália, da Índia, da África, dos Estados Unidos, de todo lugar. Às vezes, pelo excesso de trabalho, eu limitava a correspondência, mas aí ela me escrevia e protestava. Reclamava e dizia: "O que há? Você parece até que está ficando rico" (risos).

Miguel - *E com que idade ela morreu, Paulo?*

Freire - Morreu agora, com 85 anos. Eu estou perdendo assim toda a minha família, sem poder vê-los. Quando eu estava no Chile, perdi um tio, que era um grande amigo meu, um homem extraordinário, o Lutgardes. Era um grande advogado do Rio de Janeiro.

Claudius - *Sua mãe trabalhava?*

Freire - Minha mãe, como se diz no Brasil, tinha as prendas domésticas.

Miguel - *Mas depois da morte do seu pai ela ficou vivendo com a pensão dele?*

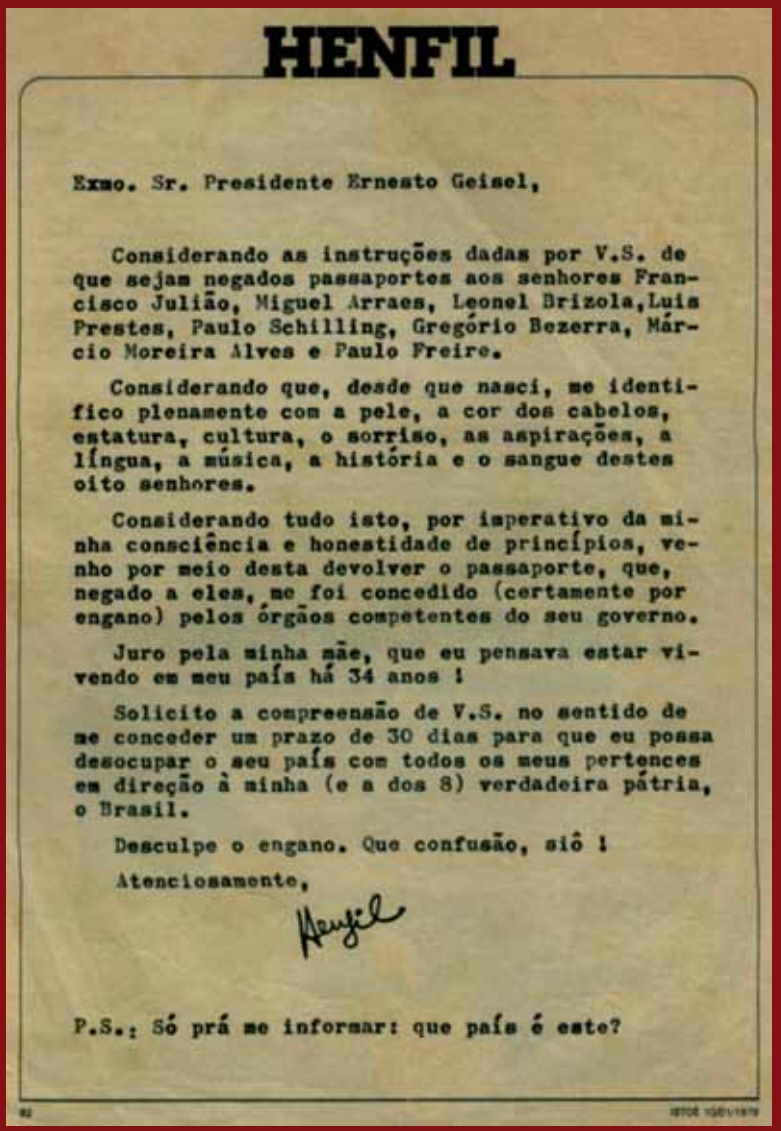
Freire - Mas era uma pensão irrisória. Eu não sei quanto seria hoje, mas a pensão era de 80 mil réis. Não dava para coisa nenhuma e nós vivemos uma etapa dificílima. Mesmo quando meu pai ainda era vivo.

Miguel - *Era dura a vida de vocês?*

Freire - Eu tive a experiência da fome. Neste livro que estou escrevendo eu falo um pouco disso. Eu sei o que significa ter fome. O sujeito que faz dieta para ganhar um corpo mais bonito não sabe o que é fome, porque esse tipo de fome existe e não existe na medida em que a gente sabe que pode superar. Mas a outra, a que entra sem pedir licença, essa é dura.

Miguel - *Com fome e tudo, você viveu uma infância feliz?*

Freire - Olha, apesar da fome, foi muito feliz. Essa fome a gente até que conseguia matar de vez em quando furtando os quintais alheios, roubando jaca, roubando manga, roubando banana. Eu, junto com meu irmão Temístocles, conhecia



HENFIL

Exmo. Sr. Presidente Ernesto Geisel,

Considerando as instruções dadas por V.S. de que sejam negados passaportes aos senhores Francisco Julião, Miguel Arraes, Leonel Brizola, Luis Prestes, Paulo Schilling, Gregório Bezerra, Márcio Moreira Alves e Paulo Freire.

Considerando que, desde que nasci, me identifico plenamente com a pele, a cor dos cabelos, estatura, cultura, o sorriso, as aspirações, a língua, a música, a história e o sangue destes oito senhores.

Considerando tudo isto, por imperativo da minha consciência e honestidade de princípios, venho por meio desta devolver o passaporte, que, negado a eles, me foi concedido (certamente por engano) pelos órgãos competentes do seu governo.

Juro pela minha mãe, que eu pensava estar vivendo em meu país há 34 anos !

Solicito a compreensão de V.S. no sentido de me conceder um prazo de 30 dias para que eu possa desocupar o seu país com todos os meus pertences em direção à minha (e a dos 8) verdadeira pátria, o Brasil.

Desculpe o engano. Que confusão, sió !

Atenciosamente,

Henfil

P.S.: Só prá me informar: que país é este?

Carta de Henfil "devolvendo" seu passaporte como protesto à negação desse documento a Freire e outros brasileiros, pela ditadura militar

perfeitamente a geografia desta fome, que era a geografia dos quintais dos outros. E então, quantas vezes a gente escondeu cachos de banana em buracos secretos.

Claudius - *Cavernas de Ali Babá*.

Freire - Exato. A gente acomodava as bananas em folhas secas e mornas que aceleravam a maturação. Naquela época, na minha escola primária eu não sabia quanto era 4 vezes 4, nem sabia a capital da Inglaterra, mas sabia, primeiro, a geografia desta fome; segundo, eu sabia calcular muito bem em quantos dias eu devia voltar para pegar a banana madura que eu tinha colocado no meu esconderijo.

Claudius - *Era a cultura da fome.*

Freire - Exato. Evidentemente eu não sabia explicar aquilo, mas há fatos muito interessantes, por exemplo, que eu analiso no tal livro. Nem meu pai quando vivo ainda, com essa crise toda, tirou a gravata do pescoço, nem a família se desfez de um piano alemão onde minha tia tocava Beethoven e Bach.

Claudius - *Era isso que eu queria: situar a sua fome.*

Freire - Fome de uma família pequeno-burguesa, que lutava fantasticamente para não perder a sua posição de classe.

Miguel - *É a fome desesperada.*

Freire - Isso. Então o que acontece? A gravata no pescoço do meu pai e o piano alemão na sala de visitas não eram expressões, a primeira da moda masculina e a segunda do gosto artístico de minha tia. Eram expressões de classe. E não era possível perder a expressão de classe, porque aí significava marchar diretamente para os mocambos dos alagados, de onde jamais voltaríamos. Era, eu acredito, uma reação inconsciente. Minha família nunca fez um seminário interno para discutir porque o piano ficava lá. Mas o fato é que ficou, e até hoje. Está lá, velho, comido de bichinho, guardado como uma espécie de um templo.

Miguel - *Hoje seria manter o carro.*

Claudius - *Você ia à escola?*

Freire - Claro. Escola pública: França, capital Paris, Inglaterra, capital Londres, e a professora dizia pra mim: "Paulo, repete, repete que você aprende". E eu repetia, fechava os olhos, mas é evidente que aquela geografia não tinha nada a ver com a minha.

Claudius – *Eu gostaria de te fazer uma pergunta. As mais recentes teorias dizem que não se ensina às crianças, elas aprendem sozinhas. Eu queria que você comentasse um pouco isso, com base na tua experiência.*

Freire – Não é por acaso que se discute muito isso, na psicopedagogia, por exemplo, mas essa tua pergunta é mais sobre a teoria do Conhecimento. Eu tenho impressão que é preciso um pouco esclarecer essa afirmação: Não se ensina à criança. A criança aprende. Essa afirmação coloca bem o papel do educador e do educando. Eu também sou muito radical na análise dessas relações, mas a minha convicção é a seguinte: tomando a educação como um ato do conhecimento, qualquer que seja a relação educacional, a que se dá informalmente no lar, e a que se dá formalmente na escola, é impossível escapar ao ato de conhecimento que se processa: tanto o educador como o educando são sujeitos do conhecimento. O erro de uma pedagogia tradicional e reacionária está, um deles, em que

o objeto do conhecimento é posse do educador. O educador possui o objeto do conhecimento e transfere, no modo ideal que ele acha que conhece. O educando, então, castrado na possibilidade de recriar o objeto, de penetrar no objeto, apoderar-se, aprender o objeto, recebe...

Claudius - *Sofre.*

Freire - Você disse muito bem: o educando sofre o ato de conhecer. Ele come o objeto. Isso é o que Sartre chamou, ironicamente, de filosofia alimentar.

Claudius - *Piaget diz que tudo o que você ensina a uma criança, você a impede de descobrir.*

Freire - Eu gostaria de comentar isso. Eu acho que, em primeiro lugar, a criança deve experimentar-se. Minha filha Madalena anda fazendo umas pesquisas a esse respeito; quando a criança vem à escola, ela antes de ler a palavra lê o mundo, o seu contexto. Ela vem para a escola com uma leitura global. A grande tarefa do educador é aprofundar esta leitura, possibilitar inclusive que os campos desta leitura se ampliem. O que eu defendo é uma presença. A presença do educador.

Claudius - *O educador está lá como um recurso.*

Freire - Mas não só como recurso. Ele está lá cumprindo uma tarefa que lhe cabe também, que é reconhecer o que conhece, na busca que o educador faz. Aí é que eu acho que está uma dimensão riquíssima de uma teoria do conhecimento. O educador, por sua experiência intelectual, por sua sistematização maior do que o educando, coloca diante do educando, mediando os dois, um certo objeto de conhecimento, um objeto de conhecimento que ele, previamente, conhece. Mas no momento em que o educando, desafiado nessa situação de conhecimento, começa a desvelar o objeto, o educador que desvelou antes, redesvela o objeto no desvelamento que o educando faz.

Claudius - *O que acontece é exatamente o oposto do que você está dizendo. O educador entra na sala de aula, transfere o seu conhecimento, o que é muito*

mais cômodo. A classe fica quieta, ele fala e depois toma a lição, passa dever ou dá uma prova, e com isso ele afere o que foi retido daquilo tudo. Isso está se transformando no método da múltipla escolha. Como se para cada pergunta houvesse apenas uma resposta certa. Por que acontece isso com os professores? Porque eu acho que é extremamente ameaçador para um professor pôr-se em questão diante da pergunta de um garoto. Aí é que está o nó do negócio. É entre uma verdade absoluta, imóvel, eterna, e uma outra coisa, que é a descoberta comum.

Freire - Eu acho o seguinte, Claudius. Eu concordo inteiramente com a sua crítica, mas eu acho que podemos correr o risco de, ao criticar essa teoria do conhecimento que está aí implícita e explícita nessa prática pedagógica e docente, chegar ao outro extremo, que é o extremo da negação do papel do educador enquanto sujeito também do conhecimento.

Claudius - *É bom lembrar isso, mas não é bem isso que eu estou dizendo.*

Freire - Eu sei, mas esse outro extremo levaria a uma espécie de espontaneísmo pedagógico, e como não há pedagogia que não seja política, se cai no espontaneísmo político, também. O papel do professor seria quase o de uma figura anedótica dentro da sala. Essa não é a defesa que eu faço. Pelo contrário, eu acho que o educador é sujeito junto com o educando, com mais experiência e aprendendo na aprendizagem que o educando faz. É um processo constante, contínuo. Agora, é mais difícil, porque não é burocrático. Isso implica a invenção, a reinvenção do educando, amplia a atividade do educando e, portanto, a humildade do educador. Ele precisa também dizer que não sabe, ter coragem de dizer, porque a partir do momento que ele diz que não sabe ele abre a possibilidade de saber. A grande diferença entre o homem e o animal ou a árvore é que a árvore sabe também, mas possivelmente, não sabe que sabe. E nós sabemos que sabemos e sabemos que não sabemos. Não foi por acaso que o velho Sócrates disse isso há alguns anos.

Claudius - *Cara meio subversivo, esse Sócrates. Deve estar na lista negra em vários países.*

Freire - Eu nunca tive esse problema de dizer que não sabia. Eu comecei a ser professor com 19 anos de idade e nunca tive medo disso.

Claudius - *Voltando à infância. Sendo de uma família pequeno-burguesa, você não podia ir pra escola descalço. Como é que você resolvia esse problema?*

Freire - Eu me lembro, por exemplo, que, já na adolescência, quando me foi possível entrar no ginásio com 15 anos de idade, quando os meus camaradas de geração cujas famílias tinham condições estavam começando a faculdade, eu estava começando o meu primeiro ano de ginásio, escrevendo rato com dois erres.

Claudius - *E a que se deve esse atraso?*

Freire - À forma e à impossibilidade total de entrar numa escola secundária. Me lembro muito bem da peregrinação que fez minha mãe pelas escolas à procura de um colégio particular que me recebesse gratuitamente. Finalmente ela encontrou o Colégio Oswaldo Cruz; é por causa dos seus responsáveis que eu estou dando essa entrevista hoje. O diretor era o Aluísio Araújo, por quem tenho uma profunda admiração. Ele vai fazer agora 80 anos, e eu vou chamá-lo pelo telefone para dar o meu abraço de gratidão. Ele só queria que eu fosse

estudioso. E era o que eu era. Eu comecei a entender as coisas com 18 para 19 anos, quando eu "voltei a comer" de novo.

Claudius - *Fale um pouquinho da sua geração. Recife é um centro cultural importantíssimo no Brasil.*

Freire - Eu participei da chamada geração de 45. Eu aí estudava Direito.

Claudius – *Você é advogado?*

Freire – Bacharel. Mas a minha geração participou de toda aquela fase do fim do Estado Novo, guerra, essa coisa toda. Essa geração tinha um desafio histórico, que era sobretudo um desafio liberal. Era a chamada redemocratização. Um negócio um pouco parecido com o de hoje.

Claudius - *Você não é o único a dizer isso.*

Freire - Não havia algo mais do que isso. Muita ingenuidade em tudo, uma ingenuidade que a gente descobre hoje, mas que no momento era uma crítica.

Claudius - *E você viveu intensamente essa época?*

Freire - Vivi, apesar de não ter tido um envolvimento maior. Eu sempre fui político, mas não necessariamente membro de um partido. Mas sempre com um interesse profundo na vida política do País. Foi exatamente neste período que eu encontro Elza, que foi um dos encontros mais criadores na minha vida. Encontro Elza como professor particular dela e disso deu aí cinco filhos e alguns netos. Nós estamos com 33 anos de casados e a cada dia a gente descobre uma coisa nova.

Claudius - *Como é que era a Elza?*

Freire - A Elza era fabulosa, e continua. É uma presença permanente na minha vida, de estímulo. Por exemplo, quando eu estava preso no Brasil, depois de 64, Elza me visitava levando às vezes panelas de comida para todos os companheiros de cela. Ela jamais disse para mim: "Puxa, se tu tivesses meditado um pouco... se tu tivesses evitado certas coisas, não estarias aqui". Jamais. A sua solidariedade comigo foi total e continua a ser.

Claudius - *Já que você toca nesse assunto, eu tenho a impressão que você, 14 anos depois, consegue falar desapaixonadamente de um período que foi muito traumatizante e que está na origem desse seu andarilhar pelo mundo. Acho que a maior parte dos leitores, justamente, tem muito pouco conhecimento do que significa exatamente o método Paulo Freire, tão falado no mundo inteiro.*

Freire - Eu tenho até minhas dúvidas se se pode falar de método. E há, há um método. Aí é que está um dos equívocos dos que, por ideologia, analisam o que fiz procurando um método pedagógico, quando o que deveria fazer é analisar procurando um método de conhecimento e, ao caracterizar o método do conhecimento, dizer "mas, esse método de conhecimento é a própria pedagogia". Entendes? O caminho era o caminho epistemológico. Evidentemente, tem gente que descobriu isso. Por exemplo, há duas teses, uma no Canadá e outra na Holanda, quase com o mesmo nome, "o ato de conhecimento em Freire", em que a preocupação dos que escreveram as teses não foi outra senão a de esmiuçar a teoria do conhecimento que está lá e a sua validade ou não. Esse é o *approach* que eu acho correto. Então, não é o método no sentido se é ba-be-bi-bo-bu. Se o sujeito ler direitinho os textos que eu tenho escrito, sobretudo os recentes, sobre

Paulo Freire e esposa Ana Maria Araújo Freire, visitando escola em São Paulo, em 1989

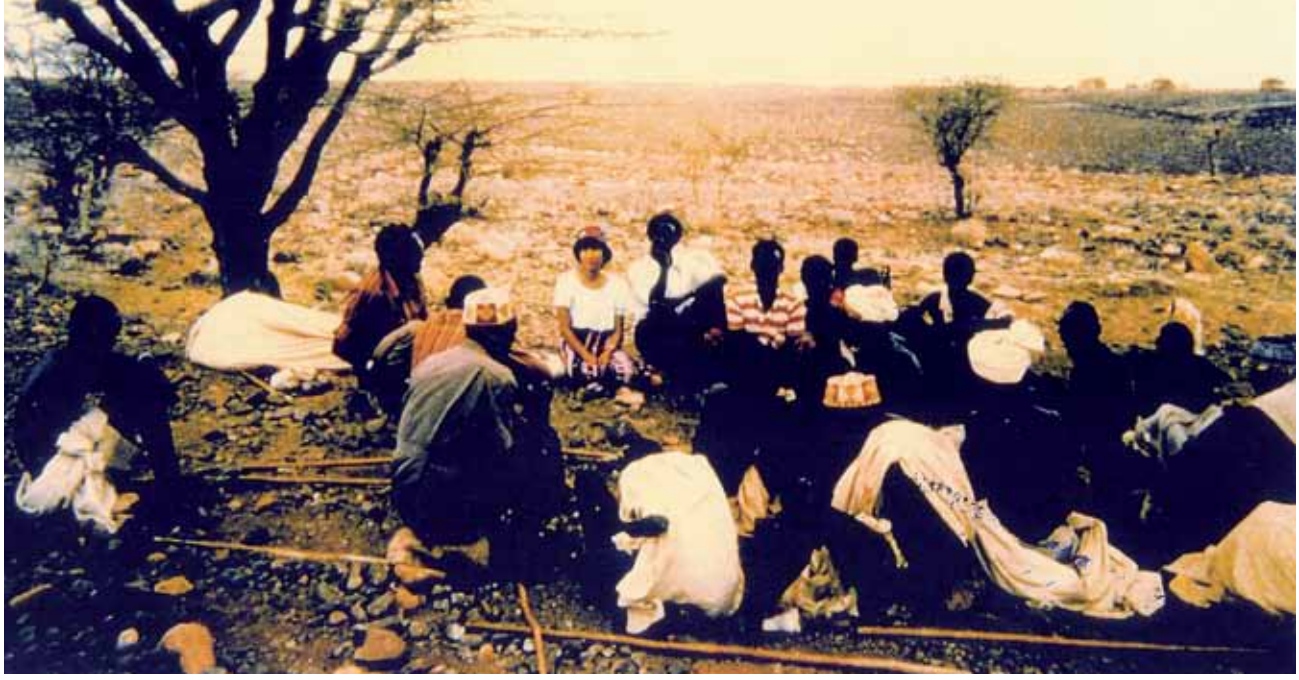
o problema da alfabetização, ele descobre que o que eu estou fazendo é teoria do conhecimento. A alfabetização enquanto um momento da teoria do conhecimento.

Claudius - *O que fez, pouco a pouco, criar o seu método?*

Freire - Eu tenho que confessar o seguinte: eu fui empurrado aos córregos do Recife, às zonas urbanas do Recife, urbanas e rurais, indiscutivelmente por minha postura cristã, católica... e por certa camaradagem que eu sempre estabeleci na minha vida com Cristo, entende, até hoje. Não tenho porque renunciar. Isso eu tenho dito abertamente, em qualquer que seja o contexto. Não tenho porque renunciar. E realmente fui lá por isso. Eu digo isso também com humildade. Quer dizer, eu me sentia responsável por aquela defasagem tremenda entre a maneira como eu podia e estava vivendo e a maneira como milhões de meus irmãos viviam. Então, se eu fosse arquiteto talvez eu tivesse marchado para discutir com os camponeses, com os operários sobre a maneira melhor de fazer os mocambos. Se eu fosse médico, teria partido para o problema da saúde preventiva. Mas eu fui como educador. Eu comecei com o que nós hoje chamaríamos e chamamos na Guiné Bissau, animação cultural. Eu trabalhei, em primeiro lugar, no trabalho de ação católica em paróquia do Recife. Trabalhei com escolas, com adultos, mas a nível de ação cultural, uma espécie assim de paradoxal pós-alfabetização. Quer dizer, um trabalho de educação com analfabetos, mas discutindo uma temática, que poderia ser considerada uma temática daqueles que já liam. O que se passou? Ocorreu o seguinte: eu consegui com os jovens com quem eu trabalhava – isso já nos anos 1959, 1960 e 1961 – e antes mesmo, eu conseguia discutir com grupos de operários, e às vezes de camponeses, uma temática que vinha deles. Foi aí que eu fiz as primeiras análises, as primeiras pesquisas do que passei a chamar depois de universo temático.

Claudius - *Acho que é muito importante sublinhar, Paulo, que você não se considerava o dono da verdade. Você discutia os problemas com a comunidade local, não é?*

Freire - Os problemas nasciam lá! Os caras alinhavam o que gostavam de discutir. E o meu trabalho depois era o descobrir gente capaz de ter o diálogo sobre aqueles diferentes temas pois eu necessariamente não podia discutir sobre tudo, eu não era



Círculo de Cultura: uma das aproximadamente 80 classes de povos nômades do deserto do Quênia que seguem o método Paulo Freire, 1985

enciclopédico. Me lembro que convidei certos amigos meus, professores de economia, por exemplo, de sociologia, que tomavam o troço, a discutir com caras analfabetos. Foi aí que eu comecei a usar ajudas visuais, projetando slides de esquemas, de desenhos, com codificações. O resultado foi o seguinte: eu observei que o povo começava a sistematizar, a organizar o seu pensamento em torno da análise da realidade. Quer dizer, ao analisar a sua realidade, discutindo a temática que eles mesmos sugeriram, eu observei que esses grupos começavam a assumir uma posição altamente crítica, rigorosa na análise. Eu observei isso na universidade e vi que nem sempre os estudantes pensavam tão rigorosamente quanto os caras lá dos mocambos. Um dia eu perguntei: Se esse negócio é possível ao nível pós-alfabetização, independente de ser só analfabeto, por que não é possível fazer o mesmo na alfabetização? Então houve um lapso de tempo em que eu meditava muito, eu pensava tremendamente todo dia em casa, e comecei a estudar tudo quanto era cartilha que havia no Brasil e fora do Brasil. Nesse tempo eu tive uma ideia um pouco louca que era a de tentar trabalhar com o analfabeto projetando figuras simples e pondo o nome, o substantivo que nomeava a figura embaixo e insistindo com o analfabeto no sentido de ele me dizer qual era aquela figura, e depois estabelecer uma relação entre aquela figura e o nome que estava embaixo. A minha ideia era verificar se era possível ou não que ele introjetasse o nome, a palavra, associada à imagem da figura para, numa etapa posterior, tentar extrojetar as palavras que foram introjetadas. Eu fui levado a fazer isso por um fato muito interessante: o meu menino mais moço, que é um homem hoje de 19 anos, tinha dois anos, e havia um reclame na televisão de Nescau em que aparecia a lata do Nescau e havia uma cançãozinha que dizia: “Nescau, Nescau...”, não me lembro mais do resto. Um dia eu ia com ele sentado no meu colo e quando o jipe fez uma curva numa rua, havia um imenso placar trepado em cima de uma dessas estaçõezinhas de tomar ônibus, com a lata de Nescau, e quando o jipe voltou, ele olhou e disse “Nescau, Nescau”, e cantou a cançãozinha. Quer dizer, ele leu a palavra. Então isso me deu mais força ainda. Aí eu fiz a minha primeira experiência com “Mãe”. Era a nossa cozinheira, uma mulher formidável, que

continua lá no Recife. Eu perguntei a ela se ela gostaria de dar uma contribuição, me ajudando a procurar um caminho melhor de ajudar o povo brasileiro a ler e a escrever. Ela disse que aceitava. Aí então eu a levei para a minha biblioteca e projetei um menino sentado e escrito embaixo: **menino**. Eu disse: Maria, o que é isso? Ela disse: "É um menino". Eu disse: "Ok, é um menino". Então eu tirei aquele desenho e apresentei o segundo: o mesmo menino, escrito embaixo: **meni**. Deixei projetado algum tempo e disse: o que é isso?, e ela disse: "é um menino", de novo. Eu disse: "Mas então tem alguma diferença grande em tudo isso que está aí na parede? Tem alguma diferença em relação ao que eu projetei antes?" Ela disse: "Tem, aqui tá faltando um pedaço". Aí eu projetei um terceiro desenho, que tinha escrito **meno**. Aí eu disse: "E agora, Maria?" E ela disse: "Agora falta o do meio". Apresentei um outro, **nini**. E ela disse: "Agora falta o princípio". Quando ela disse isso, ela disse: "Dotô, tô com a cabeça doendo" (risos). "Mãe", eu disse, "a cabeça dói porque tu trabalhaste agora diferentemente. Tu trabalhas o dia todo nessa casa, lavas tudo e não te cansas. Mas, agora, esse trabalho é diferente. Se eu fizer o teu trabalho eu me canso. Mas uma coisa que está errada é que eu não faço o teu e tu não fazes o meu. E um dia vai chegar em que eu faço o teu e tu fazes o meu. E a gente cansa menos". Eu agradeci a ela e ela me deu um cafezinho. Aí eu disse a mim mesmo: não tem nada de introjetar e extrojetar, o negócio é na base da compreensão crítica da palavra. E aí fui em frente. E comecei a fazer as primeiras experiências já a nível assim crítico. O primeiro grupo com quem eu trabalhei me deu resultados extraordinários. E nunca mais parou. Mas você vê o seguinte aí: que aí a questão não era somente técnico-metodológica, mas a questão de fundo aí é a capacidade de conhecer, associada à curiosidade em torno do objeto. Essa é a minha insistência. O resto são os melhores meios de que tu te serves para ajudar a curiosidade de saber. É a curiosidade que tem que ser estimulada... É a reinventividade.

Miguel - *Eu fico contente com isso porque é exatamente o método que eu estou usando continuamente com o Diego, meu filho. Eu diariamente sento com ele e meu bloco e aí desenho a mamadeira dele, o carrinho, e ele diz tudo. Eu faço o carro, ele diz "cao, cao", eu faço a mamadeira ele diz "leite".*

Freire - Então nós trabalhávamos nessa época com o projetor, exatamente pela maior mobilidade que o instrumento me dava. Quer dizer, você não poderia naquela época de maneira nenhuma estabelecer uma lista de slides. Eu tive que ir buscando através da prática. Eu ia fazendo minhas notas. E a coisa ia marchando. E em poucos dias os caras venceram, venceram umas 4 ou 5 palavras. E começaram a me dar susto. E por outro lado, a me convencer do acerto em que eu estava. Então, depois dessa primeira experiência, eu me convenci de que era inviável fazer o processo de alfabetização a partir de palavras geradoras que eu escolhesse, a meu critério. Na primeira experiência eu levei minhas palavras. Por intuição pura eu usei palavras de lá mesmo. Mas por intuição mesmo. Não que eu estivesse já seguro disso. Mas depois dessa primeira experiência eu me convenci que era absolutamente inviável a continuidade do processo sem ter ponto de partida que era uma investigação por simples que fosse, da palavra geradora, que eu chamei de universo mínimo vocabular. Na *Pedagogia do Oprimido,* num pé de página, falo do tema gerador e remeto o leitor à *Educação como Prática da Liberdade* para ver o que eu disse sobre

palavra geradora. E nesse pé de página eu dicotomizei o indicotomizável. Eu separei o tema gerador da palavra geradora e na verdade isso não existe. Em 1971, um jovem holandês me mandou uma carta em que dizia "Professor Freire, na minha *vemoire* eu critico uma ingenuidade sua que eu gostaria de colocar nesta carta: quando o senhor distingue tema gerador de palavra geradora. Me parece uma contradição, porque, inclusive na sua prática, isso não existe, mas existe na sua teoria, então o senhor errou quando teorizou a prática". Fantástico! Eu escrevi para o menino na mesma hora, dando meus parabéns a ele e dizendo "olha, eu só não retifico isso nas outras edições porque eu quero que os outros caras descubram o que você descobriu".
Logo depois, quando eu fui à Holanda, eu convidei-o a ir na universidade onde eu ia. Na presença dele eu o citei agradecendo a crítica que tinha me feito. Ele ficou acanhado, no meio daqueles professores todos. Sabe, ele tinha feito uma crítica a um professor, e o professor aceitava. Mas a partir daquela primeira experiência eu comecei a fazer a investigação. Eu me lembro, por exemplo, que a segunda experiência maior, no sentido de testar a coisa para andar, foi feita numa repartição da Prefeitura do Recife.

Claudius - *Quem era o prefeito?*

Freire - Já era o Arraes. Isso deve ter sido em 1960, 1961, e fui com um amigo lá e entramos em contato primeiro com o diretor desse treco, e tivemos uma reunião com os operários, colocamos o problema e perguntamos se alguém deles topava. Vinte e cinco toparam. Então eu voltei lá depois, com esse amigo, e tivemos um bate-papo duns 40 minutos conversando, em que registrávamos uma série de palavras, e inclusive tomamos nota de todos os nomes dos instrumentos de trabalho. Montamos o programa para essa experiência, com toda uma temática que eu via ali. Eu me lembro que um dia... Eu falava sobre essas experiências nas aulas de universidade, aos alunos. Dava notícia a eles e os caras não acreditavam. Disseram "Não, Paulo, não dá". Eu disse "Então vamos fazer o seguinte: vocês querem ir lá comigo? Agora, não vai tudo de uma vez, senão vai chocar. Primeiro eu vou avisar a eles, amanhã, que vai um grupo de cinco estudantes visitá-los". Avisei e eles disseram: "Tá bem". No outro encontro levei cinco estudantes e eles ficaram impressionados porque eles tinham um livro de Machado de Assis e pediram para um cara ler uma página. Ele disse "O que quer dizer isso?" e o cara disse lá à maneira dele. E tinha um mês e meio. Apliquei muitos testes de avaliação de leitura. Eu me lembro que um dos testes que apliquei era o seguinte: eu projetei sete desenhos, sete latas de cozinha escrito sal, açúcar, veneno. Aí eu projetei o slide e disse "Por favor, leiam isso aí silenciosamente". Dei frações de segundos para eles lerem. Aí eu disse, "Eu quero fazer uma laranjada. Tenho a laranja, tenho a água, tenho o copo. Espremi, tá pronta. Eu preciso botar o açúcar. Qual é a lata?" O cara foi direto no açúcar, lá na tela, e apontou. Aí eu disse "o que é que aconteceria se uma criança filha minha de 4 anos, sozinha em casa, botasse na laranjada o conteúdo que está nesse frasco da ponta?" O cara deu uma gargalhada: "Ah, virava lolôca!..." Eu disse "Por quê?", "Porque isso é veneno".
Outro teste que eu fiz para eles nessa época era de poste de ônibus, que é muito importante. O analfabeto se sente perdido. Tinha umas avenidas grandes com postes de ônibus com o nome. E os ônibus com placas "Casa Forte", "Casa Amarela", "Beberibe", vários bairros do Recife, vários ônibus assim. Então eu disse "Eu quero vir para casa, moro aqui, qual é o ônibus

Ato contra a censura nas escolas. Frei Betto (um dos autores censurados na administração anterior), a prefeita Luiza Erundina e Paulo Freire, 1989

que eu tomo?" O cara, pá! "Casa Forte". Em um mês e meio! Nesse mesmo centro eu fiz uma segunda experiência com oito. E houve um caso dramático: uma das senhoras tinha a oposição sistemática do filho e do marido a que ela estudasse. Mas ela resolveu lutar. Um dia ela chegou junto a mim, depois de um mês, e disse "Eu fui à casa de uma amiga, ela não estava e eu escrevi o meu primeiro bilhete". Na primeira experiência houve um caso lindo, de um dos alunos que escreveu Lina no quadro negro e começou a rir, um riso nervoso. Eu perguntei, por que é que tu ris? "Ora, esse é o nome da minha mulher. E é a primeira vez que eu escrevo". São esses pormenores, que são profundamente humanos, que não podem ser esquecidos por um revolucionário. Uma revolução que esquece que um homem ri nervosamente ao escrever o nome de sua mulher é uma revolução frustrada.

Miguel - *Qual era a importância da parte gramática nesse seu início de experiência?*

Freire - Eu, naquela época, já estava convencido da parte gramatical, e hoje estou muito mais, de que, durante a etapa da alfabetização, o que tu deves fazer primeiro é estimular ao máximo a expressividade oral do alfabetizando. E não inibi-lo de maneira nenhuma com a tua linguagem, mas é partir da linguagem dele e estimulá-lo no poder de expressar-se e de expressar as suas relações com sua realidade, com seu mundo. É o desenvolvimento da oralidade, associando-se logo com a escrita, o domínio da palavra. O papel, por exemplo, que têm as sílabas na constituição da palavra e o papel da palavra na estrutura do pensamento. É a compreensão crítica do próprio pensamento. Tu não podes ter pensamento e linguagem sem realidade concreta.

Miguel - *Vocês se ocupavam também da parte de aritmética?*

Freire - No Brasil nós demos pouca ênfase a isso. Hoje, na África, damos muita importância a esse aspecto. Não sou eu que estou fazendo, mas estou estimulando teoricamente isso. Preparar a pós-alfabetização, onde tu já incluis aritmética, inclusive também como auxiliar a organização crítica do pensamento. Nós estamos trabalhando num texto de aritmética para São Tomé, Elza, o nosso genro, que é físico-matemático,

e eu. O meu papel é redigir as partes que são necessárias de linguagem. Eu tenho impressão de que esse caderno vai ser muito bom. O título dele é *Terceiro Caderno de Cultura Popular - Nosso Povo, Nossa Terra - Trabalho, Produção e Conta*. Eu escrevi uma introdução mostrando duas coisas. Primeiro que o povo já sabe fazer conta porque trabalha. Segundo, que conta tem que ver com política. Eu mostro a diferença da adição, divisão, multiplicação entre a época colonial e hoje. Esse caderno é para a pós-alfabetização. O domínio das quatro operações básicas bem feitas e medições de tempo e espaço também. Então, na etapa da alfabetização, ainda tu introduzes o que eu chamaria de uma leitura diversificada e superficial da realidade, através da decodificação da temática girando em torno das palavras geradoras. Fundamentalmente, na alfabetização tu já tens um ato de conhecimento, em que tu propões ao alfabetizando assumir o papel de sujeito do próprio conhecimento dele.

Claudius - *Voltando ao Brasil, como é que você chegou à oficialização desse método e à campanha nacional de alfabetização?*

Freire - A oficialização se deu antes da campanha nacional, a nível da Universidade de Recife do chamado Serviço de Extensão Cultural. Fazíamos, então, a investigação já com uma equipe bem grande, bem boa, da qual participava o Costa Lima, por exemplo. Eu me lembro que ele deu alguns seminários na Universidade Católica do Recife analisando o universo vocabular do povo. Ele levava do SEC as pesquisas e na universidade ele colocava para os estudantes os problemas de teoria literária. Eram uns seminários muito bons. Depois veio a campanha nacional, eu me desloco para Brasília e aí...

Claudius - *Quer dizer que foi de Recife para Brasília diretamente?*

Freire - Não, antes disso eu fui para o Rio Grande do Norte, onde fizemos a primeira grande experiência, na cidade de Angicos.

Claudius - *Aí já era a aplicação do chamado "método"?*

Freire - Isso foi feito através da Secretaria de Educação do Estado em convênio com a Universidade do Recife. Uma das exigências que eu coloquei foi que a liderança dessa campanha ficasse na mão da União dos Estudantes de lá e, por coincidência, caiu nas mãos do Marcos Guerra, que era estudante de direito, e ele coordenou todo esse esforço. O Marcos tem uma capacidade extraordinária de organização. É um cara que pensa e pratica. O trabalho da equipe do Recife foi o de ir a Natal capacitar a equipe de Marcos, que partiu depois para Angicos. O primeiro trabalho dessa equipe foi fazer o universo vocabular da região. Nunca me esqueço que a primeira palavra geradora de Angicos foi "belota", uma corruptela de borlota, que é exatamente esse negócio de pôr em rede, em cortina. Por que isso? Nessa região se trabalhava muito com couro e eles usavam nos rebenques exatamente uma borlota, mas que o povo chama belota. Essa foi a primeira palavra geradora, de uma riqueza extraordinária, em ambos os aspectos, sociológicos e linguísticos, porque ela introduzia três famílias silábicas, a do ba-be-bi-bo-bu, e do la-le-li-lo-lu, e a do ta-te-ti-to-tu. Ela em si abria a possibilidade de criação de novas palavras. Depois dessa seleção feita, os meninos foram e passaram a morar lá. Um mês depois tinha trezentas pessoas lendo e escrevendo. Uma das minhas curiosidades hoje seria a de voltar a

Angicos e procurar descobrir essas pessoas, conversar com elas para saber se continuam lendo e escrevendo ou se caíram no analfabetismo regressivo.
A coisa explodiu a nível nacional quando o presidente foi lá com todo seu ministério fazer o encerramento desse curso. Então se noticiou e tal, às vezes com muitas coisas inventadas. Eu tive que lutar muito para convencer os jornalistas a não fazer sensacionalismo, exatamente porque era um trabalho sério que tinha que ver com o povo. Se a gente mistificasse a gente trabalharia contra. Realmente colaboraram. Foi nessa época que saiu artigo muito bonito de Hermano Alves, que se chamava *Angicos 40 graus, 40 horas*. Era muito quente lá. Foi a partir daí que a coisa veio para o plano nacional, quando Paulo de Tarso foi ministro e me convocou. O primeiro trabalho foi o de capacitação de equipes centrais em cada capital do País, para a multiplicação de quadros e imediatamente pondo na prática. Mas o tempo foi pouco.

Claudius - *Isso foi em...*

Freire - Em 1963. Em junho de 1963.

Claudius - *É, o tempo foi pouco mesmo.*

Freire - Foi pouco, mas deu para implantar a coisa em todo o País. O negócio era tão extraordinário que não podia continuar. Num estado como Pernambuco, que tinha naquela época o número de, pode não ser exato, 800 mil eleitores, era possível em um ano passar para 1 milhão e 300 mil. Um estado como Sergipe, que tinha 300 mil eleitores, podia passar em um ano a 800 mil. E assim em todos os estados do Brasil. O que poderia ocorrer é que, para a sucessão presidencial, nós poderíamos ter no processo eleitoral, já que a lei não admitia o voto do analfabeto, facilmente 5 ou 6 milhões de novos eleitores.
Ora, isso pesava demais na balança do poder. Era um jogo muito arriscado para a classe dominante. Não que você pudesse afirmar categoricamente que esses 6 milhões votariam na oposição. Mas era um risco. Um dia eu disse ao ministro: "Ministro, se fosse uma questão apenas de fabricar eleitores, se a minha

questão fosse apenas dar uma resposta ao antidemocratismo da lei brasileira, de proibir que um analfabeto vote, o que seria realista, mas seria atender à lei que exigia apenas que o sujeito assinasse o nome, e para assinar o nome nós precisamos mais do que 4 horas, se fosse assim, nós podíamos fazer aqui milhões de eleitores em um ano. Agora eu, ministro, me recuso a isso". Possivelmente me recusaria de novo. Essa conversa com o ministro foi muito importante e eu enfatizo que a posição do ministro era igual à minha.

Miguel – *Seria o mesmo erro de encarar o povo como instrumento, como objeto.*

Freire – Exato. E eu me recusava e me recuso a isso. Eu sou radical, e o ministro concordou inteiramente. É evidente que nós pensávamos, na época, em pós-alfabetização. Eu dizia "Ministro, a gente tem que correr o risco de não aprofundar os níveis de conhecimentos dos primeiros que vão se alfabetizando, exatamente para não cair num elitismo também. Aí eu poderia pegar uma fração dessa gente e fazer cinco anos de trabalho sério e deixar o resto". A minha proposta era extensiva.

Claudius – *Mas eu acho que esses problemas teriam sido colocados se a experiência não tivesse sido interrompida. Uma outra observação é que o governo da época tinha vários componentes dentro dele e, justamente por ser um governo que conciliava essas várias correntes, permitia esse tipo de liberdade. Não havia uma orientação rígida, única, e isso permitiu que esses 6 milhões que entrariam no páreo eleitoral iriam desequilibrar a balança do poder.*

Freire – O Weffort disse isso no prefácio de meu primeiro livro. Não era o pedagogo ou subversivo, mas sim o contexto social em si. O pedagogo refletia isso.

Claudius – *Acho que seria interessante se constituir esse contexto social. Ao mesmo tempo em que essa campanha de alfabetização se fazia, havia uma série de coisas que estavam acontecendo: a luta pelas reformas de base, havia as ligas camponesas que cresceram muito. Eu me lembro de um amigo que estava nos Estados Unidos, que me disse que todo dia tinha na televisão alguma coisa sobre as ligas camponesas no nordeste. E parece que havia um certo medo, uma certa histeria nos Estados Unidos de que houvesse uma nova Cuba no nordeste. Pela linguagem como isso era feito a gente pode, quem sabe, pensar que das duas uma: ou eles realmente estavam por fora ou então esse exagero da importância do poder das ligas camponesas era feito para justificar alguma coisa que viria depois. Eu tenho impressão de que tudo isso que se falava, esse poder das ligas, foi desmentido pelo que aconteceu em 1964. Em 1964, os relatos estão aí, foi um castelo de cartas que se desfez, porque não havia, na realidade, nenhuma organização e nenhum preparo. Eu acho que é muito importante voltar àquele período e mostrar que essas modificações todas, que na época eram chamadas de revolução, pensava-se fazê-las através do voto, pelo processo democrático.*

Miguel – *Mas aí chegamos em 1964.*

Freire – Exato. Aí vejo o golpe. Eu preferi ficar. Eu tive chance de sair, em Brasília mesmo, através de uma embaixada, mas preferi não ir. E não me arrependo, sabe. O que eu coloquei para mim naquela época era o seguinte: uma grande parte da juventude brasileira acreditou nisso e é impossível dissociar essa crença nesse esforço, de mim. Eu estou metido nesse treco, como um testemunho disso. Eu disse, eu não sou mártir, nem quero ser, e farei tudo dentro dos limites da dignidade para não virar mártir, agora

o que eu quero é sair do Brasil antes de testemunhar que fiquei e de assumir essa responsabilidade. E para mim foi ótimo. Talvez se eu tivesse saído do Brasil direto sem a experiência mínima que eu tive de cadeia, sem a experiência global que tudo isso implicou, eu talvez tivesse chegado ao exílio sem uma marca necessária para continuar a trabalhar. Eu talvez tivesse chegado ao exílio com o sonho impossível de um retorno breve, exatamente por não ter me experimentado no bojo mesmo da violência que se instaurava. E a passagem por esse bojo, mesmo pequena, mesmo não demasiado traumático – foi traumática para um intelectual que dava aula e que associava prisão à roubo e à crise e que de repente se vê preso e fica meio confuso. Não roubei nem matei e estou aqui. De maneira que essa experiência me amadureceu um pouco. Foi fundamental ao exílio. Eu via em outros que tinham saído sem viver essa experiência, que a reação era diferente. Eu até dizia volta, se entrega e depois sai de novo.
Mas depois chegou um momento em que eu confesso que me cansei de ser chamado, de estar respondendo a perguntas e vi que não tinha condição de ficar lá. A única coisa que eu sabia fazer era exatamente o que eu não podia fazer. E então eu preferi continuar vivo e entregar-me a uma espécie assim de morte lenta, ou de cinismo. Eu não via no momento uma possibilidade de ficar sem morrer de um ponto de vista ou de outro.

Claudius – *Morrer no sentido figurado.*

Freire – É, e até mesmo no outro. Adoecer de tal modo que chegasse até a morrer mesmo. Então resolvi ir embora. E o exílio então me deu essa outra grande lição. Na medida em que tu te experimentares no teu contexto, historicamente, socialmente, na medida em que tuas raízes entraram neste contexto, em primeiro lugar, nunca mais deixa de pertencer a esse contexto e, em segundo lugar, jamais pertences só a ele. Eu sinto em mim um pedaço de raiz ultrapassando o meu sapato. Onde quer que eu esteja. Essa fala arrastada do nordestino que continua, o gosto da comida, a minha visão do mundo, a minha linguagem.

Claudius – *De Recife para o mundo.*

Freire – Não como a Rádio Jornal do Comércio. Mas é preciso também que se explique isso, porque parece muita falta de modéstia, um treco profundamente cabotino, falar de minha universidade, como se eu fosse aqui um cara que se pensa um homem do mundo no sentido que se dá, quando se diz isso. Não, o que eu quero dizer é que sou, existencialmente, um bicho universal. Mas só sou porque sou profundamente recifense, profundamente brasileiro. E por isso comecei a ser profundamente latino-americano e depois mundial. Eu sou capaz de querer bem, enormemente, a qualquer povo.

Claudius – *Darcy Ribeiro teve uma frase na entrevista que ele deu ao* Pasquim *que é "Eu não sei se esse é o lugar, mas esse é certamente o melhor povo para se fazer uma nação".*

Miguel – *E aquela história de quando você estava preso no Recife que um tenente queria que você alfabetizasse os soldados?*

Freire – É verdade. Isso saiu até num jornal. Uma noite eu estava no meu quartinho e chegou um jovem oficial, em cuja cara não percebia nenhuma intenção provocativa, nada, era só um puro idealismo, mas esse jovem tenente, cujo nome não me lembro, talvez seja um major ou general hoje, e se ele ler isso talvez se lembre, e seja talvez menos ingênuo, mas ele me disse: "Professor Paulo Freire, já que o senhor está aqui, há muito recruta analfabeto,

Angicos, 1963

porque então não aproveitar, enquanto o senhor está preso, para alfabetizá-los?" Eu disse então "Meu caro tenente, eu estou preso exatamente por causa disso".

Claudius – *Você então saiu do Brasil e foi para Bolívia? Você ficou muito tempo lá, não é?*

Freire – Não, não. Em primeiro lugar eu tenho problema com a altitude. Eu chego a La Paz e passo mal. Eu sou um homem de Recife. Seis metros acima do nível do mar. De repente me põe lá em cima, em La Paz, a quatro mil metros, e eu começo a passar mal e quase vou à coma. Veio médico e tudo. Depois comecei a me recuperar. Mas era terrível. Um livro pesava na minha mão. Tanto que quando eu desci ao nível do mar, em Arica, no Chile, e pus o pé no chão, eu espantei todos os passageiros gritando, "Viva o oxigênio!". Aí eu podia carregar malas e tudo. Mas quando eu cheguei à Bolívia – eu ia trabalhar para o governo de lá – vinte dias depois houve o golpe de Estado que derrubou o Paz Estenssoro. Não fui molestado, nem os outros brasileiros, mas era inviável ficar lá. Então eu fui para o Chile, coincidindo com a posse do Frei e fui convidado para trabalhar com o Jacques Chonchol, que é um homem extraordinário. Ele era diretor de um instituto de desenvolvimento agropecuário. Ele era a grande cabeça da reforma agrária.

Claudius – *Era do partido Democrata-Cristão?*

Freire – Era católico. Ficamos muito bons amigos, até hoje. Posteriormente ele veio a ser ministro de Agricultura do Allende. Ele desenvolveu um trabalho excepcional no Chile, nas duas épocas, mas evidentemente um certo radicalismo do Jacques, não sectarismo, levou-o a sair da Democracia-Cristã. Mas no Chile eu trabalhei quatro anos e meio, aprendi muito...

Miguel – *Só para situar melhor, foi de 1964 a 1968?*

Freire – Eu saí do Chile em 1969. Depois eu fui para a Universidade de Harvard.

Claudius – *Conta essa história pra gente.*

Freire – Bem, depois de um largo tempo no Chile, eu comecei a perceber, e conversava com Elza a respeito, que eu era muito feliz no que estava fazendo, mas eu dizia para a Elza: "Nêga, eu acho que esse pessoal do Chile assumiu o trabalho e quanto mais longe eu ficar, melhor. Isso vai acontecer na África e talvez nos doa muito". Chega-se a um ponto em que a ligação afetiva é muito grande, é coincidente com os objetivos do povo, do governo, mas que é melhor sair. Eu achei que aquele era o tempo do Chile, conversei com os meus amigos e coincidiu também com a não renovação do meu contrato com a Unesco. Nesse mesmo período eu comecei a receber cartas me convidando para as universidades.

Claudius – *Que livros você já tinha publicado nessa época?*

Freire – Só o *A Educação como Prática da Liberdade*. Foi escrito num intervalo de cadeia e reescrito no Chile. Eu estava preparando a Pedagogia do Oprimido.

Claudius – *Mas esse livro estava publicado em português?*

Freire – Só em português, mas com uma enorme repercussão nos Estados Unidos, e parte da Europa.

Claudius – *Como assim?*

Freire – Não era o livro, mas artigos que escreviam a respeito. A gente começava a estudar essa história desde a época do Brasil. Quando eu fui pela primeira vez aos Estados Unidos, em 1967, eu confesso que fiquei assustado. Sabiam tudo a meu respeito.

Claudius – *Você foi e voltou?*

Freire – Fui convidado para ir aos Estados Unidos. Veja só, de repente me chamam os seguintes lugares: Ford University, New York University, Princeton University, Harvard, Columbia e outra que eu não me lembro. Engraçado é que na primeira viagem eu não sabia nem dizer *good morning*. Eu falei em português e em espanhol, ora com tradução, ora sem tradução. Foi interessante, porque essas universidades, além do convite que fizeram, sabendo do meu caso no Brasil, do processo e tudo o mais, me escreveram depois, oficialmente, respaldando o meu trabalho e agradecendo a contribuição enorme que eu tinha dado. O advogado me pediu esse treco todinho e eu mandei. Ele usou esse material e disse: "Olha, eu não duvido da polícia brasileira, mas acredito muito na polícia americana, e é interessante como esse homem tão subversivo no Brasil foi fazer conferências nas universidades americanas". É claro, não é? O contexto americano é outro. Ele resiste a qualquer ideia nova, mas esse advogado usou muito bem a coisa.

Miguel – *E em que deu esse processo, Paulo?*

Freire – O resultado foi: arquive-se o processo por inépcia da denúncia.

Claudius – *Quer dizer que teoricamente você pode voltar?*

Freire – Posso, teoricamente, e ia voltar.

Miguel – *Você era acusado de quê?*

Freire – Eu era acusado de subversivo e tenho a impressão que de ignorante, o que não é crime.

Claudius – *Mas e aí, quando foi que você voltou aos Estados Unidos?*

Freire – Em 1969, eu voltei e aí eu já era matéria do New York Times. Nessa altura eu já tinha o original da *Pedagogia do Oprimido* terminado, que só saiu em setembro de 1970. Foi exatamente nesse intervalo que fui convidado para Harvard. Quando eu voltei ao Chile da primeira viagem, comecei a receber convites para os Estados Unidos. Houve uma coisa muito engraçada, porque recebo a carta de Harvard, me propondo dois anos lá, e oito dias depois eu recebo a daqui do Conselho Mundial de Igrejas. Harvard me propunha estar lá em abril de 1969 e o Conselho me propunha estar em setembro. Resolvemos então fazer uma contra-proposta aos dois. A Harvard para ficar até fins de 1969 e ao Conselho vir no começo de 1970. Os dois aceitaram e foi bom porque eu queria muito ter a experiência nos Estados Unidos. Eu preferia vir para o Conselho, porque o problema de ser professor pra mim não se coloca. Eu me acho professor numa esquina de rua. Eu não preciso do contexto da universidade para ser um educador. Não é o título que a universidade vai me dar que me interessa, mas a possibilidade de trabalho. E naquela época eu sabia que o Conselho ia me dar a margem que a universidade não me daria. Eu temia, ao deixar a América Latina, perder o contato concreto e começar a me meter dentro da biblioteca e a operar sobre livros, o que não me satisfaria e me levaria à alienação total. Não me interessa passar um ano estudando um livro, mas um ano estudando uma prática diretamente. O conselho me dava essa oportunidade. Então o que ocorre? Eu chegava à Índia, por exemplo, e encontrava lá um grupo de estudantes que me dizia: "Olha, nós conseguimos uma edição do teu livro, mimeografamos, estudamos dois meses e resolvemos ir para a prática, e é a prática que nós tivemos que queremos contar". Então eu passava duas ou três horas conversando com esses meninos e eles dizendo "Tu escrevestes esse livro foi para nós, porque é a mesma coisa".

Claudius – *Eu bem que desconfiava que o Brasil tá ficando parecido com a Índia...*

Freire – Então eu podia começar a teorizar com eles, a prática deles. Não é por coincidência que esse livro, escrito em 1968 mas só publicado em 1970, primeiro em inglês e logo depois em espanhol, no Brasil só tinha saído quatro ou cinco anos depois, e esse livro, depois desse tempo todo, continua a ser publicado em várias línguas...

Claudius – *Você sabe em quantas?*

Freire – Em 14 línguas.

Miguel – *Quantas dela você fala, Paulo?*

Freire – Nenhuma. Eu falo português do nordeste, um pouco de inglês do nordeste e um pouco mais de espanhol do nordeste também. E leio francês. Então, eu pude ler o meu livro. Não consegui, veja você, em italiano; eu tenho muita dificuldade. O resto é inviável.

Miguel – *E o Idac, Paulo, o que é?*

Freire – O Idac, Instituto de Ação Cultural, é um grupo de pesquisa que criamos em 1971. Foi o resultado da busca de uma possibilidade de continuar uma reflexão sobre o real e o concreto. Que era, inclusive, vital. Havia em nós quatro, do grupo inicial, uma quase certeza de que ou encontrávamos o caminho de uma prática

no concreto ou feneceríamos em torno de conjunturas e propósitos de conceitos. O meu desejo na época era, e eu disse a eles, que eu participaria, com limitações, mas que eles iriam ter muito mais trabalho do que eu. O que eu gostaria é que isso nascesse e crescesse sem necessitar de mim, mas me tendo também. Que não fosse algo criado em torno de mim para criar um mito e alimentar um mito, que eu não queria. No início se pensava que ia ser fácil, depois via-se que não era, mas o Idac se afirmou pelo trabalho sério da equipe. As solicitações eram tantas a um certo momento que o Idac corria o risco de virar um instituto de seminários, o que não era a nossa intenção. Ao mesmo tempo era preciso pensar na sobrevivência. Até que em 1975 surgiu essa grande oportunidade de encontro com a África. Então, nós recebemos uma carta falando do interesse que tinha o governo da Guiné-Bissau em uma colaboração nossa.
Foi um momento muito rico esse de cartas e respostas. As respostas demoravam muito. O tempo africano é outro. A minha carta foi em fevereiro e só veio a resposta em abril. Mas a gente sabia que não era desinteresse, era o processo de luta em que estava o governo. Não dava pra ficar fazendo carta. Foi bom porque a gente aproveitou para estudar juntos em seminários muito sérios, internos. Estudamos os textos do Amílcar Cabral, conversávamos com todo mundo que vinha de Guiné. Uma das coisas que a gente procurou evitar ao máximo foi a de que a nossa memória fosse interferir no projeto da Guiné. A gente teria que fazer um esforço também para esquecer, em certo sentido, o antes feito para não dar a esse antes feito uma validade universal que pudesse ser transplantada para a Guiné. As experiências não se transplantam, se realizam. Mas isso nos levou também a estudar tantas outras experiências de alfabetização em várias partes do mundo, não necessariamente de que participávamos, pelo contrário, experiências que não tinham nada que ver com a nossa. Até que chegou a primeira visita à Guiné-Bissau e daí pra cá as sucessivas. As oportunidades que a gente teve de ver que, apesar de a gente não se reconhecer expertos internacionais, em vários campos de trabalho a gente pôde dar uma assessoria. Dela resulta um aprendizado enorme, em que aprendemos nós que estamos ensinando e aprendem eles que estão ensinando também a nós. Isso tem nos dado um enriquecimento enorme no que significa uma transição histórica de uma sociedade. A problemática, às vezes dramática, desde a falta de uma máquina de escrever até os vestígios da velha ideologia interferindo no processo de desenvolvimento do País. Tudo isso a gente está estudando, anotando, refletindo, além de outras contribuições como essa do Centro Audiovisual que o Claudius propôs que se criasse, numa perspectiva funcional. Ele propunha o centro não como uma fábrica de materiais, mas como um setor engajado no próprio setor de educação. Não era um departamento especializado em fazer slides, mas um departamento para acompanhar o processo de transformação e de desenvolvimento da sociedade.

Miguel – *O Idac, em relação à Guiné, se comporta como o educador em relação ao educando. Ensinar aprendendo e aprender ensinando?*

Freire – É exatamente isso.

Claudius – *É preciso dizer também que nós estamos aprendendo enormemente. Se bem que desde o princípio era muito claro pra nós que a gente não vinha trazendo nada pronto. Eu acho que a realidade confirmou e ultrapassou de muito os pressupostos que tínhamos.*

Miguel – *O entrosamento entre vocês e os africanos é satisfatório?*

Freire – Existe, por exemplo no caso da Guiné, o ponto em que a equipe nacional começa a voar por ela mesma e a ganhar a sua autonomia, o que nos dá uma alegria enorme ao ver que o trabalho funcionou. Nesse momento, a equipe nacional tem atitudes de adolescente que mata o pai. Disso eu já tenho uma larga experiência na minha vida. Quando eu vejo um jovem muito aderido a mim, ao que eu faço, eu digo: esse daqui a dois anos está me "matando". Mas me matando no sentido mau. Está me negando comigo mesmo. Tenho críticas a mim que me dão essa convicção. O cara me critica, usando a minha linguagem ainda, usando o meu discurso, mas para se libertar de mim me nega. Essa é uma atitude falsa, errada. É uma atitude ainda de imaturidade. Mas é positiva.

Miguel – *Freud explica.*

Freire – Em parte.

Claudius – *Paulo, o que é que o exílio te ensinou?*

Freire – Não é fácil dar uma explicação do que o exílio foi para mim como aprendizagem. Eu não tenho me detido para tomar distância dele e refletir sobre ele. Eu estou nele. Mas alguns pontos a gente pode mostrar. Um deles é a compreensão da diversidade cultural. A compreensão das diferenças. E como é diferente! Como tu não podes fazer juízo de valor a expressões culturais! A tua experiência com outros espaços históricos e culturais termina te ensinando até universalizar, rompendo a tua paroquialidade. Tu deixas de ser uma mente paroquial. Isso então significa uma abertura maior a outras formas de estar sendo. De outro lado, o exílio possibilita também a tomada de distância, não só geográfica, mas no tempo do teu contexto original. Então tu readmiras o teu contexto e ao fazer isso descobres uma série de outras coisas. Muitos brasileiros passaram a ser mais brasileiros a partir do exílio. Foi exatamente a tomada de distância que deu melhor o perfil do objeto da reflexão.

Claudius – *Você está quase agradecendo ao exílio?*

Freire – Pois é. Outra coisa, que eu encontrei também nos textos de Amílcar Cabral, e que o exílio te ensina, é a dialética entre a paciência e a impaciência. É viver intensamente sem a ruptura das categorias. Viver impaciente, pacientemente. Pobre do exilado que não aprende essa lição. O exílio é a melhor universidade nessa matéria. Eu acho que sou doutor nessa cadeira. O que ocorre se tu rompes a dialética entre a paciência e a impaciência? Ou tu rompes em favor da paciência e ela vira anestesia e tu ficas historicamente anestesiado numa paciência eterna que leva a sonhos impossíveis de um paraíso que não existe. Se ela se rompe no sentido da impaciência, tu cais num ativismo, num voluntarismo que te leva ao desastre. Então, o único caminho que tem é viver a harmonia contraditória.

Miguel – *Em nível pessoal, íntimo, você se defende do fato de sentir falta do Brasil ou encara a coisa de modo dialético também?*

Claudius – *Você fez tudo para não se exilar, não é verdade?*

Freire – Exato. Tu podes encontrar uma escapatória. Quanto tu não vives essa dialética, podes cair no escapismo. Podes cair na racionalidade que leva necessariamente a negar o conflito que o exílio te põe. O primeiro conflito que o

exílio te põe é que vives uma realidade de empréstimo. Uma vida provisória. A realidade é emprestada. A minha primeira realidade, radical, é a brasileira. O exílio me dá outra. Se eu não sou capaz de compreender a realidade de empréstimo, ao mesmo tempo que sigo pensando a realidade original, então eu me alieno. Com medo de me alienar, definitivamente, eu posso começar a ter o sonho impossível de um retorno, que eu marco todo o Natal: O próximo eu vou passar lá. E eu passo dez meses no trem do sonho do Natal e ele não chega nunca. Isso te leva a um mundo de conjecturas puramente cerebrais. Aí tu vês chuva quando há sol ou sol quando há tempestade.

Miguel – *O contrário disso também é o mesmo problema. Pensar que nunca mais vai voltar e que é isso mesmo, nada vai mudar.*

Freire – É claro, desde que você pense assim em termos de uma pura autodefesa, aí estás errado. Perdes a objetividade e aí não podes mais equilibrar paciência e impaciência. A minha posição é a seguinte: eu não apenas quero, mas penso em voltar. Mas há uma diferença nesse pensar em voltar hoje do pensar em voltar de antes. Houve um certo período no meu exílio em que eu admitia, não como escapatória, mas como dado concreto, eu admitia que o meu limite existencial não correspondia ao limite histórico que me possibilitasse o retorno. Eu hoje penso diferente. Eu acho que o meu limite existencial vai corresponder ao meu retorno. O problema que eu me ponho é se o espaço que se possibilitar para uma andarilhagem pelo Brasil é apenas o espaço de uma volta de visita, ou não. Eu tenho a impaciência do retorno, que é moderada pela paciência de exílio.

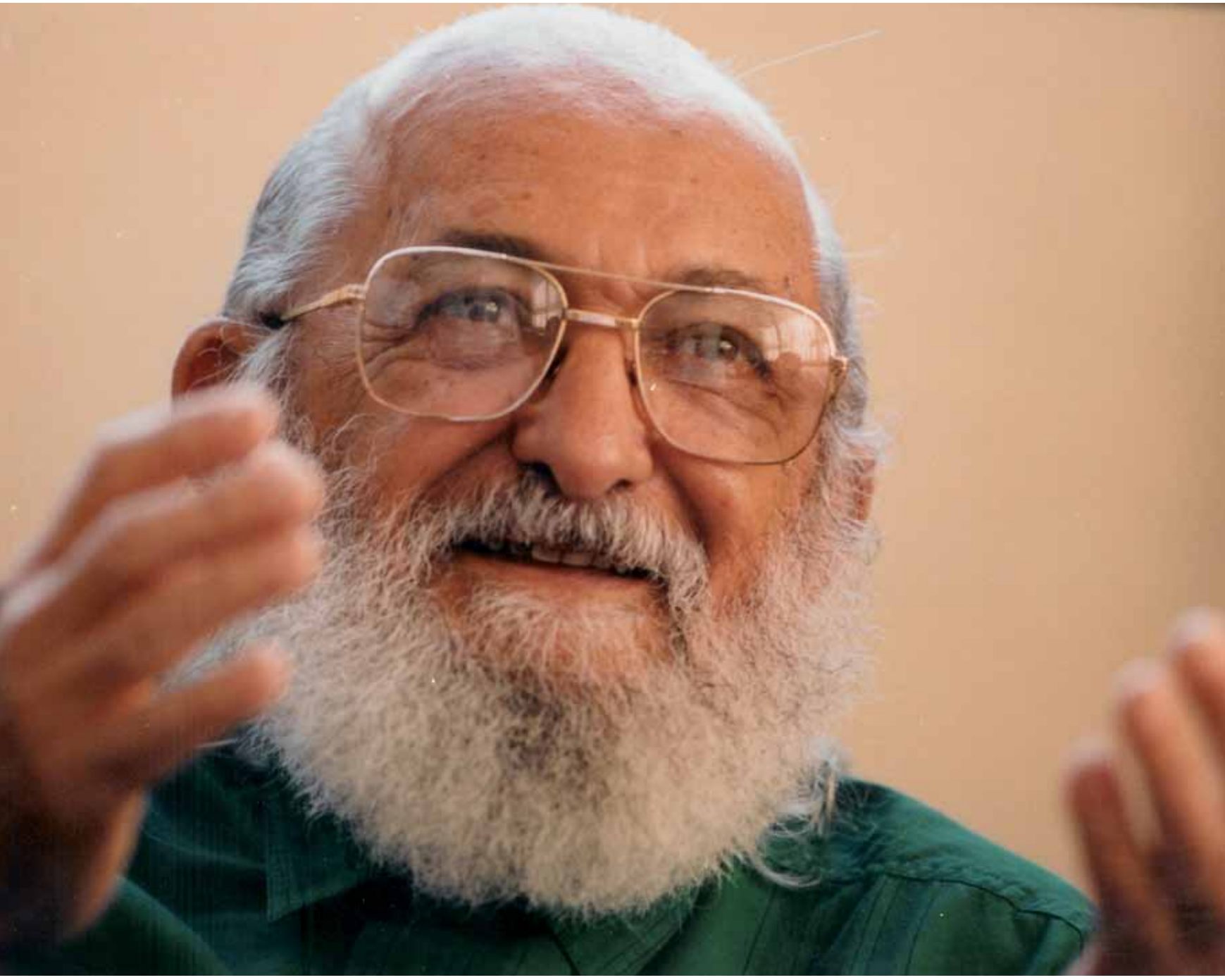
Miguel – *Eu percebi em você uma grande ligação, ou real ou na memória, ao elemento família. Seus pais, seus tios e Elza. Qual é o seu conceito de família?*

Freire – Eu vou procurar ser o menos repetitório possível nessa história. Fazer nenhuma ligação entre família, direito e propriedade. Mas eu quero te dizer que, na verdade, o meu primeiro universo é a minha família mesmo. Eu estaria errando, contudo, se pusesse o interesse de minha família acima dos interesses sociais do povo do meu País ou de outro. Agora, tem uma coisa, foi no meio da família que me constituiu e onde eu me constitui com debilidades e positividades, que eu aprendi a compreender a problemática geral. Para mim é imprescindível a afetividade e o amor. Eu tenho, aliás, recebido muitas críticas, sobretudo da América Latina, porque eu falo muito de amor e amor segundo essas críticas é um conceito burguês. Em primeiro lugar eu não admitiria que foram os burgueses que inventaram o amor. Eles podem ter a propriedade das fábricas, mas do amor não. O amor é uma dimensão do ser vivo e que ao nível do ser humano alcança uma transcendência espetacular. Nesse sentido é que eu digo que a revolução é um ato de amor.

Claudius e Miguel Paiva entrevistam em Genebra o homem que, se deixassem, ia alfabetizar o Brasil.

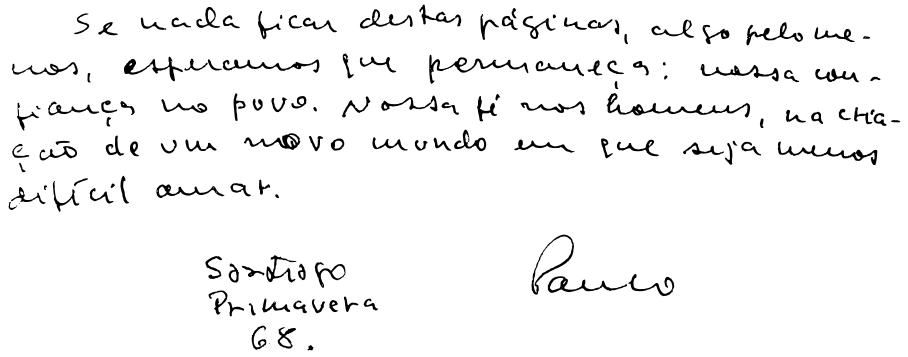
Referência

O PASQUIM, Rio de Janeiro, ano IX, n. 462, 5 a 11 maio 1978. Várias perguntas/respostas dessa entrevista compõem o corpo do trabalho biográfico de Ana Maria Araújo Freire, publicado em 2006, pela Editora Villa das Letras, com o título de Paulo Freire: uma história de vida. p. 246 a 251.



10

Pedagogia do Oprimido: 40 olhares



Se nada ficar destas páginas, algo, pelo menos, esperamos que permaneça: nossa confiança no povo. Nossa fé nos homens, na criação de um mundo em que seja menos difícil amar.

Paulo Freire, final dos manuscritos da *Pedagogia do Oprimido*.

1. Reinventando Paulo Freire 40 anos depois

Carlos Alberto Torres
Diretor-fundador do Instituto Paulo Freire de São Paulo, da Argentina e da Universidade da Califórnia em Los Angeles (UCLA). É também professor da Faculdade de Educação da UCLA.

Estamos celebrando 40 anos da publicação da *Pedagogia do Oprimido*. Intelectuais e militantes inspirados na visão de Paulo Freire nunca deixaram de celebrar o sucesso das lutas populares enquanto continuam com a crítica que faz sentido para suas vidas.
Estou convencido de que existem dois livros que marcam importantes desenvolvimentos da filosofia da educação no século 20: um é *Educação e Democracia*, de John Dewey, e outro é *Pedagogia do Oprimido,* de Paulo Freire.

Minha leitura de Paulo Freire, que começou muito antes da minha leitura de Dewey, foi uma leitura crítica, uma leitura não complacente, como o próprio Paulo Freire me disse ao apresentar-me seu amigo Moacir Gadotti, em 1986. Entretanto, só se critica aquilo que merece ser criticado. De acordo com o espírito da *Aufheben*, critica-se para conservar e para ultrapassar, como nos ensinaram Marx e Marcuse na sua filosofia da razão negativa. O próprio Paulo Freire dizia que não queria ser seguido, mas recriado, reinventado. Essas breves notas que seguem são algumas de minhas sugestões de como podemos reinventar Paulo Freire na democracia.

Karl Marx, em uma de suas passagens da *Contribuição à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, escreveu: "Todas as outras formas do Estado são definitivas, distintas e particulares; na democracia, o princípio formal é simultaneamente material; assim, somente a democracia une, verdadeiramente, o geral e o particular". Essa sentença de Marx, que pode abrir caminho para um verdadeiro tratado sobre a natureza da democracia, nos convida a pensar sobre as dificuldades inerentes nas formas democráticas como processos de participação e de representação política — e, sem dúvida, a pensar sobre as novas dificuldades que aparecem quando democracia e capitalismo estão associados. As formas democráticas de governo representam a única formulação possível em que os

direitos e as liberdades dos indivíduos e das comunidades, tanto no contexto nacional quanto no sistema global, podem ser respeitados.

Isto, certamente, explica por que Paulo Freire pensava as classes sociais, criticando e, ao mesmo tempo, celebrando a democracia. Num encontro privado que tivemos em sua casa, em meados dos anos 90, ele me disse com um traço de tristeza que, algumas vezes, não havia sido entendido porque foi criticado por não enfatizar suficientemente a questão das classes sociais, sendo considerado, por isso, como um pensador liberal democrático. Quando ele visitou o Chile, 20 anos depois de ter escrito *Pedagogia do Oprimido*, lá ele encontrou muitos daqueles que o haviam criticado duramente nos anos 1960 pela sua defesa da democracia e por sua análise limitada das classes sociais. Eles haviam abandonado completamente sua análise do ponto de vista da luta de classes e se tornaram defensores fervorosos do modelo neoliberal. Paulo Freire concluiu seu lamento com o seguinte: "Carlos, eu sempre tenho sido consistente ao postular, simultaneamente, a análise da luta de classes com a análise da democracia". Sua crença na necessidade de trabalhar a análise da luta de classes na democracia e a importância que ele dava à educação ligada à análise do Estado é, talvez, uma das lições fundamentais tanto do primeiro quanto do último Paulo Freire.

Estamos hoje diante de uma conjuntura em que se confrontam grandes possibilidades e grandes perigos. No campo da educação as reformas neoliberais se confrontam com as noções holísticas da educação, substituindo-as por modelos instrumentais e corporativos baseados nos valores do mercado. A questão que se coloca é como governo e sociedade posicionam-se diante dessas contradições, equilibrando o interesse individual e o bem comum. Reler *Pedagogia do Oprimido* no contexto dos efeitos das globalizações neoliberais em nossas sociedades pode ser o caminho mais apropriado para confrontar essa conjuntura em que o conhecimento instrumental foi estabelecido como o único caminho para a promoção das reformas educacionais. Reler *Pedagogia do Oprimido*, contextualizando suas teses centrais pode nos ajudar a redefinir os termos dos debates que estão acontecendo hoje na educação em geral. O que proponho é reinventar Paulo Freire hoje por meio de uma releitura da *Pedagogia do Oprimido*. Isso, a meu ver, tornou-se um mandato político e pedagógico que Paulo Freire nos deixou, para os tempos de hoje, no seu imenso desejo de poder viver num mundo mais humano, menos feio e mais amoroso.

Reunião da coordenação do Movimento de Educação de Jovens e Adultos da Cidade de São Paulo (MOVA-SP), 1989

2. Opção radical pelo oprimido

José Eustáquio Romão
Diretor-fundador do Instituto Paulo Freire, professor no Mestrado em Educação do Centro Universitário Nove de Julho (Uninove) e coordenador da Cátedra do Oprimido da UniFreire.

O que mais me impressiona na *Pedagogia do Oprimido*, de Paulo Freire, é sua atualidade, mesmo 40 anos depois de sua escrita. E isto se deve, certamente, às suas características de universalidade, como é próprio das grandes obras-primas da humanidade. A comprová-lo estão as contínuas edições em português e nos mais diversos idiomas do planeta. Contudo, para mim, sua marca mais impressionante, seja pela clarividência epistemológica, seja pela coragem política de seu autor, é o fato de ser, não uma "pedagogia para o oprimido", mas uma "pedagogia *do* oprimido", isto é, uma formulação a partir do ponto de vista dos esfarrapados da Terra, a quem ele dedica o livro. A implicação desta opção é radical, constituindo, no limite, uma verdadeira revolução paradigmática, na medida em que atribui aos dominados uma superioridade científica e epistemológica. Esta superioridade é explicitada na passagem em que Paulo Freire afirma: "Por isto é que somente os oprimidos, libertando-se, podem libertar os opressores. Estes, enquanto classe que oprime, nem libertam, nem se libertam" (*Pedagogia do Oprimido,* 17ª ed., p. 43). Estendendo-se este princípio aos demais campos da atividade humana, pode-se concluir que somente os oprimidos são capazes de desenvolver a humanização e, portanto, o processo civilizatório.

Com José Eustáquio Romão e Moacir Gadotti na inauguração dos "Arquivos Paulo Freire" em São Paulo, 1996

3. Fecundou toda uma geração de jovens

Rosa Maria Torres
Educadora, pesquisadora e especialista em Educação de Jovens e Adultos. É assessora do Centro de Cooperação Regional para a Educação de Adultos na América Latina e Caribe (Crefal). Criou e dirige o Instituto Fronesis.

Um dos livros de impacto mais importante e mais duradouro sobre a educação latinoamericana nas últimas duas décadas. Prenhe de ideias simples e, por serem simples, revolucionárias, *Pedagogia do Oprimido* fecundou toda uma geração de jovens que então procurávamos caminhos para mudar o mundo e para nos inserirmos na realidade de nossos povos. Foi a partir de Paulo Freire que, para muitos de nós, a educação surgiu como espaço vital, como uma alternativa de atividade política. 40 anos após sua publicação, *Pedagogia do Oprimido* continua em pleno vigor, tanto quanto a própria realidade que lhe deu motivo. Em pleno vigor, além do mais, por possuir o encanto desses livros que podem ser lidos por várias vezes, sempre encontrando-se neles novas ideias e novas sínteses.

4. Uma obra histórica e profética

Pedro de Carvalho Pontual
Doutor em Educação pela PUC-SP e pesquisador do Instituto Pólis,
preside o Conselho de Educação de Adultos da América Latina (Ceaal).

A *Pedagogia do Oprimido* de Paulo Freire é uma obra histórica e profética. Ela, ao seu tempo, inspirou o trabalho de todos aqueles que optaram por uma prática educativa inserida no processo organizativo popular; comprometida com a construção e fortalecimento dos movimentos sociais e suas entidades, organicamente vinculada ao projeto de libertação das classes populares. É uma obra muito atual, pois as categorias utilizadas por Paulo Freire já traduziam sua aguda percepção e fervoroso compromisso com a necessidade de uma pedagogia capaz de forjar um povo consciente e que seja sujeito da construção de uma sociedade livre de todas as formas de exploração e radicalmente democrática.

5. Repensar suas ideias num novo contexto

Sérgio Haddad
Professor da PUC-SP, é secretário executivo da Ação Educativa e
membro do Comitê Organizador do Fórum Social Mundial.

Pedagogia do Oprimido é um marco no pensamento do professor Paulo Freire. Produzido no exílio, quando estava no Chile, país que o reconheceu logo após o golpe militar no Brasil em 1964, o livro é um repensar de suas ideias e de sua prática a partir do novo contexto em que vivia. Em permanente diálogo com aqueles que o cercavam, exilados ou não, incorpora o marxismo às suas antigas influências cristãs e nacional-desenvolvimentistas, refazendo sua leitura da realidade dos povos do Terceiro Mundo. Aos oprimidos deposita sua confiança e seu trabalho intelectual de educador, ao construir uma pedagogia que é politicamente comprometida com a busca permanente de uma sociedade mais justa.

Paulo Freire e Mário Sérgio Cortella na transmissão de cargo de Secretário Municipal de Educação de São Paulo, 1991

6. Vida maiúscula

Mario Sérgio Cortella
Filósofo, professor titular da PUC-SP, doutor em Educação, orientado por Paulo Freire, com quem atuou na Secretaria Municipal de Educação de São Paulo e a quem sucedeu no cargo (1991-1992).

Por que Paulo Freire chamou a obra de "Pedagogia *do* Oprimido?" Poderia ter escolhido "Pedagogia *para* o Oprimido", dando ao texto um caráter ferramental, ou "Pedagogia *com* o Oprimido", deixando claro já no título a aliança necessária a ser feita com as vítimas.

Ora, há uma diferença entre falar *de* e falar *sobre*; quando se *fala de*, fala-se de dentro, como experiência pelo sujeito vivida; quando se *fala sobre*, fala-se de fora, como experiência pelo sujeito ouvida. Eu, que nunca fome senti, não posso falar *da* fome, e sim *sobre* ela; não posso falar nem *de* analfabetismo e nem *de* discriminação racial, pois são vivências de outrem. Paulo Freire, porém, mergulhara com tamanha intensidade e honestidade na vida de oprimidos que se tornara capaz de expressar-se como tal, no lugar de mera representação.

A *Pedagogia do Oprimido* é impregnada de Vida, vida sofrida, vida sem abundância, vida agredida, vida furtada. Por isso, viva a obra permanece, enquanto a vida de infindos homens e mulheres ficar no diminutivo. Viva, sim, após 40 anos, para que a Vida não se apequene.

7. Uma convocação para um mundo mais humano

Ana Maria Saul
Doutora em Educação, trabalhou com Paulo Freire na PUC-SP e na Secretaria Municipal de Educação de São Paulo. Coordena a Cátedra Paulo Freire na PUC-SP.

A *Pedagogia do Oprimido* é uma obra de referência que nos convoca, profundamente, para o compromisso com a vida, com a justiça e com a libertação. O livro continua a ser, neste milênio, uma matriz importante a inspirar a teoria e a prática de todos aqueles que assumem o compromisso com uma educação democrática e que proclamam o direito e o dever de mudar o mundo, na direção de um projeto social fundado na ética do ser humano e em princípios de justiça social e solidariedade.

Mais do que na época em que foi escrita, a obra nos compele ao engajamento na luta a favor dos esfarrapados do mundo, a quem Paulo Freire dedicou este livro. A oportunidade de ter trabalhado com Paulo Freire permite-me dizer do privilégio que tive de aprender, com o Mestre, mais do que o valor da opção pela educação crítico-transformadora. Em uma convivência de quase duas décadas aprendi, sobretudo, lições de vida com um homem que surpreendia, especialmente pela sua coerência.

8. A força que vem do exílio

Alípio Casali
Professor titular da Pós-Graduação em Educação da PUC-SP.

O primeiro contato que tive com um texto de Paulo Freire exilado foi precisamente o Capítulo II da *Pedagogia do Oprimido*, sob a forma de uma apostila rodada em mimeógrafo. Ainda hoje me vem o cheiro forte do estêncil e da tinta preta, a folha meio borrada, em cujo centro aparecia impresso em espanhol, com destaque de margem à esquerda, a célebre frase: *"Ahora nadie educa a nadie, así como tampoco nadie se educa a sí mismo; los hombres se educan en comunión, mediatizados por el mundo"*. Em espanhol, sim, como a maioria dos textos políticos clandestinos, naqueles anos de chumbo, provenientes do Chile, Peru, México, Cuba... Era o ano de 1973. Eu, um professor universitário iniciante e, no Ciclo Básico da PUC-SP, trazíamos textos de Paulo Freire para estudos com os alunos. Mas para multiplicar e distribuir esses textos, precisávamos reproduzi-los em mimeógrafo, sem identificação do autor, e estudá-los como se fossem textos anônimos. Para circular com os livros era prudente desencapá-los. Até que ponto chegava nossa prudência... ou nossa paranoia. Os censores militares já estavam instalados dentro de nós. Mas ali estava também uma contradição: era o próprio Paulo Freire exilado e clandestino quem nos dava forças para seguirmos na tarefa político-educativa que com ele mesmo aprendíamos. A história revelava-se nos fatos: de um lado, o obscurantismo dos poderosos opressores; do outro, a luz que vinha das sombras do exílio. A força da pedagogia dos oprimidos.

9. Aos que não se renderam à ideologia fatalista

Sílvia Maria Manfredi
Professora livre-docente da Unicamp, diretora do Instituto Paulo Freire (Itália).

O encontro com a pedagogia freiriana deu-se durante meu tempo de estudante de Pedagogia da USP (1964-1968). Datas marcantes na minha história de vida e na do Brasil. A primeira vez que ouvi falar em Paulo Freire foi quando o Centro Acadêmico da faculdade promoveu um curso de formação de coordenadores em alfabetização de adultos. Eram os primeiros anos da ditadura militar... A repressão cerrada se faria sentir a partir de 1968. Nesse curso promovido pelos ex-participantes da Operação Ubatuba, tive contato com os primeiros escritos de Paulo: *Educação e Conscientização* e sobre o "Método de Alfabetização". A formação foi seguida de outros encontros. Acabei por me integrar ao Movimento de Alfabetização (Move) auto-organizado e mantido por um grupo de estudantes universitários paulistas, que se propunham a levar a alfabetização para bairros operários de municípios do Estado de São Paulo.

A convivência como alfabetizadora, com grupos de trabalhadores, a leitura da *Pedagogia do oprimido*, forjaram em mim uma consciência crítica da realidade brasileira. Educaram-me política e profissionalmente. As lutas políticas nos diferentes espaços em que atuei como educadora, durante os anos 1970 a 1990, foram minha grande escola. Hoje, posso dizer que muitas das ideias de Paulo Freire foram o fio condutor de minhas opções de trabalho, como educadora e pesquisadora.

O mote da educação como canal de formação de consciências críticas e posicionadas, na ótica daqueles que vivem do trabalho, foi um farol que me conduziu a atuar e pesquisar em espaços educativos dos meios populares. Atuando em sindicatos, organizações, associações de trabalhadores, movimentos sociais, colaborei para a recriação e reconstrução de alguns conceitos e propostas pedagógicas contidas na *Pedagogia do Oprimido*. Assim, conceitos e práticas de problematização, diálogo, criticidade, democratização das relações educador-educando e difusão da cultura popular foram sendo semeados, apropriados e revitalizados entre os intelectuais e dirigentes dos setores "oprimidos" durante o período da resistência à ditadura e após a redemocratização.

Fui privilegiada por ter tido a oportunidade histórica de conviver com o amigo que, na apresentação de um dos meus livros publicado em 1996, escreveu: "formação sindical no Brasil é um estímulo a quem não se rendeu às manhas da ideologia fatalista que nos ameaça".

10. Uma maneira de construir pedagogia

Danilo R. Streck
Doutor em Educação pela Rutgers University (Nova Jersey, EUA) e
professor do Programa de Pós-Graduação da Unisinos.

Tive o primeiro contato com *Pedagogia do Oprimido* em meus estudos de pós-graduação no exterior (Princeton, Estados Unidos), ainda na década de 1970. A descoberta deste livro coincidiu com o encontro igualmente impactante do livro *Teologia da Libertação*, de Gustavo Gutiérrez. Diria, hoje, que mais do que uma descoberta, tratou-se de uma revelação, no melhor sentido do termo. Algo novo e diferente havia "irrompido" em minha vida e marcaria profundamente tudo que fiz desde então. Do ponto de vista acadêmico, *Pedagogia do Oprimido* não foi apenas mais um objeto de estudo, mas se colocou como baliza para encontrar o lugar de onde pensar a educação. O alerta colocado por Paulo Freire no início do livro de que homens e mulheres se encontram desafiados a buscar o seu "posto no cosmos" passou a ser um eco permanente. Vejo hoje que é um desafio que se coloca, de forma diferente, para cada geração e para cada cidadão e cidadã.

Entendo que em *Pedagogia do Oprimido* encontramos a dimensão pedagógica dos movimentos de emancipação (de estudantes, de mulheres, das antigas colônias e dos trabalhadores, entre outros) que estavam ocorrendo por ocasião de sua elaboração. O livro teve tamanha repercussão, quase instantânea, porque disse o que muita gente tinha na ponta da língua e via expresso nas palavras de Paulo Freire, atravessando fronteiras entre acadêmicos e militantes políticos, entre teólogos e cientistas sociais, entre educadores do norte e do sul.

Neste livro, Paulo Freire testemunha, sobretudo, uma maneira de construir pedagogia. Uma das marcas dessa pedagogia foi magistralmente destacada por Ernani Maria Fiori, na apresentação da *Pedagogia do Oprimido*, no sentido de que se trata de uma pedagogia do outro, que para Paulo Freire é o oprimido. Uma segunda marca da *Pedagogia do Oprimido* é a sua construção polifônica. Há vozes muito diferentes presentes no livro, às vezes até dissonantes. Estão presentes os camponeses e trabalhadores ao lado de intelectuais, artistas e militantes; encontramos escolas de pensamento em relação às quais Paulo Freire não tem a preocupação de uma aplicação coerente com elas mesmas, mas a sua recriação em função de uma leitura da realidade que se coloca como desafio para interpretação e mudança.

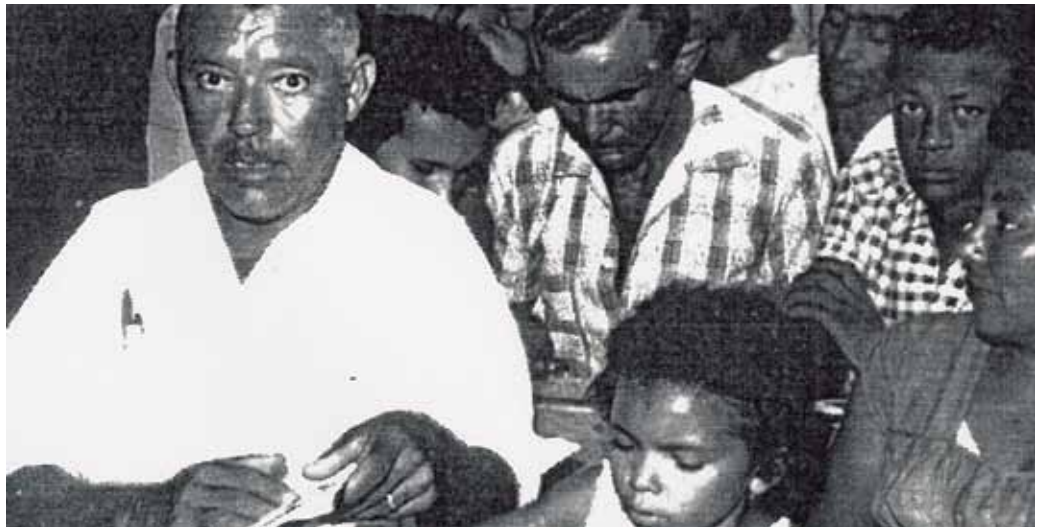
É essa polifonia que faz com que tantas pessoas se "encontrem" no livro. A professora alfabetizadora identificará elementos para introduzir as crianças no mundo letrado, o militante político descobrirá princípios pedagógicos para lidar com a disputa pelo poder, o pesquisador verá ali as origens de uma forma de investigação na qual a dimensão formativa não está dissociada da ação dos sujeitos nem se dará apenas de fora para dentro a partir do domínio de certos instrumentos e técnicas ou de agendas oriundas de outros contextos. Tudo isso torna o livro maior do que ele mesmo; ele adquire uma vida para além de si, por meio de todas essas leituras que continuam sendo feitas.

Quase três mil pessoas ouviram Paulo Freire dentro e fora do auditório. Com Ana Maria do Vale Gomes, Secretária Municipal de Educação, Natal (RN), agosto de 1993

11. *Pedagogia do Oprimido* e Teologia da Libertação

Leonardo Boff
Doutor *honoris causa* em Política pela Universidade de Turim (Itália) e em Teologia pela Universidade de Lund (Suécia). Recebeu prêmios no Brasil e no exterior por sua luta em favor dos fracos, dos oprimidos e marginalizados e dos Direitos Humanos.

A Teologia da Libertação afirma: a libertação dos oprimidos ou se faz a partir dos oprimidos mesmo junto com seus aliados, conscientes de sua própria força e dignidade, ou não se fará nunca. A importância de Paulo Freire foi de ter mostrado que o oprimido jamais é somente um oprimido. É também um criador de cultura e um sujeito histórico que, quando conscientizado e organizado, pode transformar a sociedade. A Teologia da Libertação ao fazer a opção pelos pobres contra sua pobreza assume a visão de Paulo Freire. O processo de libertação se dá no processo de extrojeção do opressor que carregamos dentro e na constituição da pessoa livre e libertada, geradoras de participação e de solidariedade. A Teologia da Libertação é um discurso sintético, porque junto com o religioso incorpora em sua constituição também o analítico e pedagógico. Por isso, Paulo Freire, desde o início, foi e é considerado um dos pais fundadores da Teologia da Libertação.



Angicos, 1963

12. *Pedagogia do Oprimido* e psicanálise social

Miguel Escobar
Autor de *Educación Alternativa, Pedagogia de la Pergunta y Participación Estudantil:* prólogo de Paulo Freire. Universidade Nacional Autônoma do México.

Desde que descobri a *Pedagogia do Oprimido* comecei a entender que ler a prática educativa frerianamente é, entre outras coisas, retirar o véu que impede conhecer o mundo da miséria de sobra introjetada do opressor, da exclusão, da cultura do silêncio e do rompimento da dignidade. Fui fazendo minha a proposta de Paulo de aprender ensinando a ler o mundo, de pensar a prática para transformá-la.

No processo de compreensão da prática educativa, em um capitalismo de guerra, filicida e fratricida, tive a necessidade de recorrer à psicanálise aplicada ao social para entender, junto com outras perspectivas disciplinares, a forma como aqueles que ostentam o poder político, financeiro, ideológico, religioso e militar, tergiversam a percepção da realidade, confundindo e imobilizando a sociedade, para tratar de impor uma única percepção do mundo, uma única hegemonia. Fiz esse estudo seguindo, em especial, os movimentos sociais.

A *Pedagogia do Oprimido* me indicou um caminho, guiou meus passos pelo mundo, me lançou um desafio para assumir meu medo, lutando para construir sonhos e utopias. Meu encontro com as primeiras letras de Paulo Freire foi na sala de aula onde pude analisar a relação entre educação bancária e educação libertadora. De 1974 a 1978, estive ao lado de Paulo e Elza, na Suíça, em São Tomé e Príncipe, na África, preparando-me para melhor entendê-lo e melhor reinventá-lo. Assumi a radicalidade freiriana, *lendo minha prática para transformá-la*, buscando ter voz na voz das e dos estudantes que comigo leram a prática a partir dos esfarrapados do mundo. Sempre estive atento para relacionar o texto de estudo com o contexto social, trazendo as lutas sociais para dentro da sala de aula, observando e conhecendo a sombra introjetada do opressor. Estudei psicanálise social para compreender melhor as relações de opressão, no contexto de um poder global de guerra, que nos tem desconectado da realidade real e se manifesta na conduta psicopata que estimula o fratricídio.

A *Pedagogia do Oprimido* foi ontem e continua sendo hoje uma resposta prático-teórica, belamente dialética, para entender as relações de opressão, para construir caminhos que permitam romper o silêncio e lutar para a conquista da dignidade perdida, para impedir qualquer forma de colonialismo-neocolonialismo e de ações que abrigam a desumanização dos seres humanos.

Angicos, 1963

13. Três dimensões do pensamento freiriano

Eliete Santiago
Professora no Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e no Centro Paulo Freire.

A fecundidade e a atualidade do pensamento de Paulo Freire estão presentes na *Pedagogia do Oprimido*, com as marcas da temporalidade, da historicidade e da dialogicidade como convite, permanente, a (re)pensar e (re)fazer práticas políticas e pedagógicas voltadas para a formação humana do ser humano e a vivência de uma ética universal. Na *Pedagogia do Oprimido* encontro três dimensões que constituem o pensamento freiriano: a relacional, que emprenha de significado as relações homem/mulher-mundo; a dinâmica, que transversaliza a pedagogia problematizadora e toma corpo no diálogo como fundamento e vivência; a utópica, que, enquanto ponto de partida e horizonte, perpassa vida, vivência e obra de Paulo Freire. Essas dimensões constituídas por intencionalidade, princípios, valores e relações tecem e dão sustentação ao desenho de um projeto de homem-mulher e de sociedade que tomam a educação como um instrumento necessário à leitura crítica da crueldade, com abrangência planetária, que maltrata o ser humano e social numa tendência à coisificação. Ao mesmo tempo, essas dimensões, além da leitura crítica, também tomam a educação como um instrumento indispensável à intervenção e construção da existência humana e social, humanizada e humanizante. Assim, *Pedagogia do Oprimido* traz esse esboço de projeto de superação de ideias e práticas hegemônicas de exploração e opressão que, ao longo de 40 anos, foi inspirador de reflexões e práticas, objeto de discussão e recriação daqueles(as) educadores(as) que buscam (re)conhecer e vivenciar a contribuição histórica, política, pedagógica e epistemológica de Paulo Freire por meio do estudo, da reflexão crítica e das vivências educativas: escolares, políticas, sociais e comunitárias. *Pedagogia do Oprimido* é um convite e uma obra sempre em construção.

Ângela Antunes e Paulo Freire
no IPF, em São Paulo, 1995

14. Concepção dialética da educação

Florêncio Varela
Reitor geral de Alfabetização e Educação de Adultos, mestre em Ciências da Educação pela Universidade de Caen (França), foi professor de Ciências da Educação e Práxis Educativa na Universidade Jean Piaget, de Cabo Verde.

Sintetizar em um pequeno fragmento uma obra sublime, escrita por um educador eminente, apóstolo da educação, pedra sobre a qual se arvorou a concepção libertadora da educação, exilado no além-mar, em um contexto de ditadura militar e de manifestações da União Nacional dos Estudantes no Brasil que culminou com a prisão de estudantes em Ibiúna (outubro de 1968), e de luta de libertação da submissão colonial da minha pátria amada Cabo Verde, um arquipélago africano, atlântico e saheliano, não é tarefa fácil. Preferiria reescrever o livro inteiro mesmo em *crioulo* já que a obra está trasladada em mais de 30 línguas. Nessa altura, garoto de 8 anos, sofria no sangue a *paudagogia do oprimido*: *"a letra, com sangue, entra"*, recitava o professor colonial, a cada *paulada* aplicada na costela dos infortunados. *Pedagogia do Oprimido* é assim um convite para uma reflexão contínua sobre a *Pedagogia como Prática de Dominação*, evidenciando a contradição entre a concepção bancária e a concepção problematizadora da educação, baseada em uma visão de homem e de mundo que supera a relação vertical educador-educando: *"ninguém educa ninguém… os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo"*. Da *Pedagogia do Oprimido* à *Pedagogia da Pergunta*, *Pedagogia, Diálogo e Conflito*, *Pedagogia da Indignação, Pedagogia da Esperança*, entre tantos, até *Pedagogia da Autonomia* (1997), seu último feito, Paulo Freire contribuiu historicamente para a construção da *concepção dialética da educação*, que visa a edificação do homem, enquanto sujeito e agente do processo histórico, comprometido com o projeto de construção de uma nova realidade social: *"a história nos faz, refaz e é feita por nós continuamente"*.

15. *Pedagogia do oprimido:* escolha, compromisso e luta

Ângela Antunes
Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo e Diretora Pedagógica do Instituto Paulo Freire.

Em *Pedagogia do Oprimido*, Paulo Freire dá nome a algo fundamental no processo educacional. Nomeia o ato de educar como ato político. Traz à existência a politicidade da educação. E, na dedicatória do livro, toma uma posição: "Aos esfarrapados do mundo e aos que com eles sofrem, mas, sobretudo, com eles lutam". Ensina-nos que educar implica escolhas, compromisso e luta.

Em tempos de "Todos pela educação", Paulo Freire continua atual. Ajuda-nos a não esquecer que não basta aderir à defesa da educação. Traz as perguntas: em favor de quem? De quê? Para quê? Para quem? Não é suficiente oferecer educação. É preciso garantir qualidade. São necessárias políticas afirmativas que possam alcançar a diversidade que nos caracteriza: populações afrodescendentes, indígenas, de zona rural, privados de liberdade, jovens em conflito com a lei. Não podemos chegar com respostas prontas. É preciso conhecer as situações significativas de cada contexto. É preciso conhecer o conhecimento do outro, dialogar. Não haverá diálogo entre escola e comunidade, entre educador e edu-

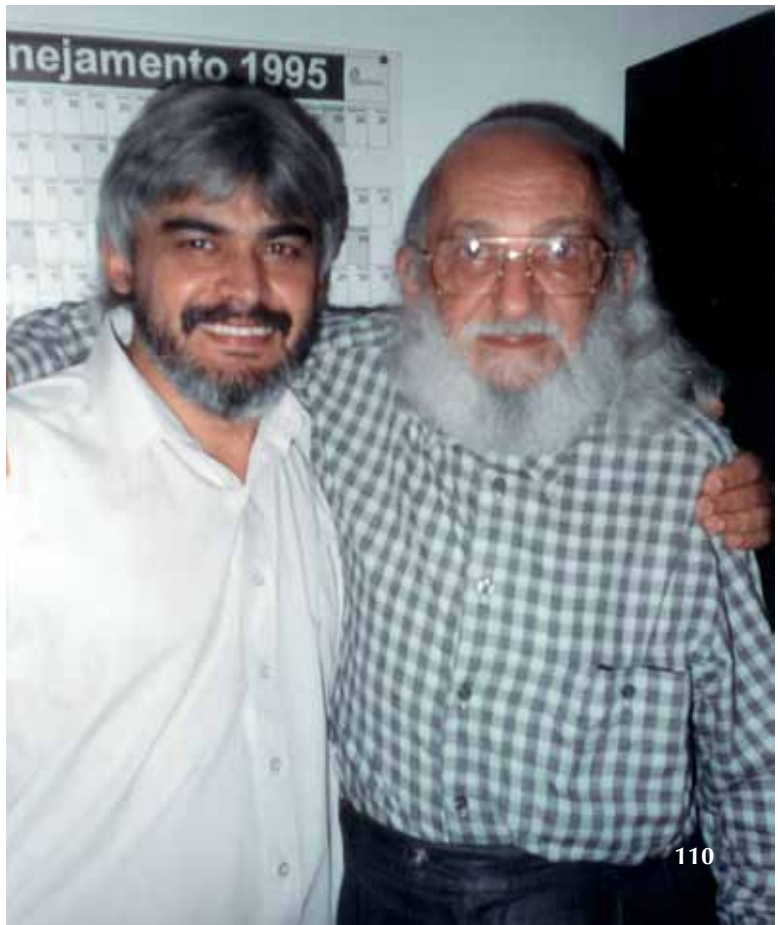
cando, quando aquele se reconhecer como o único a possuir saber e este o que deverá recebê-lo. “A pronúncia do mundo, com que os homens o recriam permanentemente, não pode ser um ato arrogante. O diálogo, como encontro dos homens para a tarefa comum de saber agir, se rompe, se seus polos (ou um deles) perdem a humildade. Como posso dialogar, se alieno a ignorância, isto é, se a vejo sempre no outro, nunca em mim?” (*Pedagogia do Oprimido*, 1981, p. 94-5).

Pedagogia do Oprimido é farol. É guia. É guardiã da utopia. Semeia esperança a todos e todas que defendem a “educação como prática da liberdade”. Ela dá nome a caminhos fundamentais de como ser pela educação de forma a promover a capacidade de ler a realidade e de agir para transformá-la. Traz à existência um jeito de educar coletivo, solidário, comprometido, dialógico: que não se dá de forma alheia ao contexto do educando, nem constrói conhecimento ignorando o saber dos alunos.

16. Por que nos inspiramos em Paulo Freire

Paulo Roberto Padilha
Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo e diretor de Desenvolvimento Institucional do Instituto Paulo Freire.

Paulo Freire plantou sementes que continuam florescendo no presente e que continuarão a dar frutos no futuro. Seu mais conhecido livro, *Pedagogia do Oprimido*, marcou a vida de muitas pessoas e continua inspirando o trabalho de educadores(as) e de profissionais das mais diferentes áreas de atuação. Por que isso acontece? Não é uma pergunta simples, mas quero dar, dentre tantas possíveis, uma resposta.



Paulo Roberto Padilha e Paulo Freire no IPF, em São Paulo, 1995

Ao afirmar que, na alfabetização de adultos, era necessário partir da "investigação temática" e que esta se daria *"no domínio do humano e não no das coisas"*, Paulo Freire explica que essa investigação "sendo processo de busca, de conhecimento, por isto tudo, de criação, exige de seus sujeitos que vão descobrindo, no encadeamento dos temas significativos, a interpenetração dos problemas". (*Pedagogia do Oprimido,* 17ª ed., 1987, p.100). Infiro, lendo Paulo Freire, que os nossos pontos de partida, em educação ou em qualquer tipo de investigação científica, não são exatamente as disciplinas, as áreas do conhecimento ou as ciências. Os pontos de partida são as pessoas, os coletivos humanos e as relações que eles estabelecem entre si e com o mundo em que vivem.

Ao educarmos e nos educarmos, torna-se fundamental reconhecermos o "domínio do humano", o que pressupõe investigações temáticas que nos levem, por exemplo, ao reconhecimento das histórias de vida e à valorização das culturas, das identidades, das múltiplas semelhanças e das diferentes diferenças entre as pessoas — o que temos chamado de "educação intertranscultural". Desse processo resultam o prazer de aprender, o gosto pelo ensinar, o estímulo à descoberta de si mesmo e uma maior visão de totalidade dos conhecimentos, dos saberes e da natureza humana na qual estamos inseridos.

É talvez, por isso, que tantas pessoas se reconhecem na obra de Paulo Freire. Ele nos ensina que somos fundamentais na construção da história da qual fazemos parte. Mas que essa importância só ganha sentido, efetivamente, se buscarmos a superação da desigualdade social, de todo e qualquer tipo de preconceito e se nos vincularmos à construção permanente de um mundo mais justo e feliz para todas as pessoas.

17. Dodiscente

Adriano Nogueira
Membro do Instituto Paulo Freire, doutor em Educação pela PUC-Camp, possui especialização em Teologia e Cultura Popular. Trabalha no Programa Cultura Viva do Ministério da Cultura.

Pedagogia do Oprimido fundiu um delicado equilíbrio entre mensagem e código. Paulo espraiou-se. Sua repercussão flui nas ramas e tramas da cultura. Cada pessoa curiosa pode hoje usufruir seu modo de produzir pensamento e concepções. A sua narrativa não apenas afere "verdades em si" mas expõe e se expõe na aura de contar contos, num linguajar que transparece interações e reconhece a curiosidade gnoseológica no ato de conhecer. O repúdio a qualquer forma de educação bancária foi assimilado, seu modo de ser "palavra-mundo" sugere completo inacabamento. Pode-se acessá-lo desde uma associação de moradores, o ponto de cultura, o café filosófico, o blogue, Orkut; pode-se encontrá-lo em *silk-screen* de camisetas, mural de escolas, em instituições educativas, pode-se reconhecê-lo em momentos-formação de partido ou universidade. E, sobretudo, esse "modo-Paulo" dignificou a experiência do refletir sobre a própria prática, tendo um ponto de partida no saber de experiências feito, cotidiano e plural; seria a dignidade da desopressão, a que educa por artes de ciência e de opção política. Paulo tem sido o educador na cultura através de cuja referência o que amamos se torna mais vivo, o que construímos constitui um modo de ser "senti-pensante" e o que conhecemos como "veias abertas" denuncia a flor desabitada da servidão e do iletramento.

18. Encontros para descolonizar o saber e o poder

Reinaldo Matias Fleury
Doutor em Educação pela PUC-SP, professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
e presidente da Association pour la Recherche Interculturelle.

No dia 3 de novembro de 1983, encerraram-se os "Encontros com Paulo Freire", série de reuniões do educador com professores, funcionários e estudantes da Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep), além de lideranças da própria comunidade regional e representantes de outros segmentos. Realizaram-se dez encontros semanais a partir de 11 de agosto de 1983. Após a volta do exílio, esta foi uma das poucas vezes em que o autor da *Pedagogia do oprimido* concedeu sair do seu eixo de aulas entre Campinas e São Paulo – Unicamp e PUC-SP – para animar – ou agitar – um seminário noutra universidade. Tendo como meta discutir a educação popular, os debates acabavam girando sobre a questão do autoritarismo, que se manifesta em vários níveis.

Paulo Freire fez uma avaliação positiva sobre estes encontros, especialmente por despertar a discussão sobre questões essenciais para a prática pedagógica e política. Neste sentido, alerta para o perigo de se efetuar o que chama de "comparação ingênua", ou seja, entender-se que, após essa série de debates, já teríamos equipes formidáveis, altamente capacitadas por causa dos encontros, dispostas a um engajamento no processo político-educacional a favor da superação das injustiças. "Se assim pensássemos, hoje estaríamos frustrados".

O educador assinalava que tomava esse tipo de encontro como momentos de reflexão crítica sobre a prática dos diferentes participantes quanto a uma melhoria da compreensão dessa prática e, a *posteriori*, melhoria da própria práxis. "Se entendemos os encontros assim, não há por que se frustrar. Apesar da dificuldade de permanência dos mesmos participantes do início ao fim, surgiram durante a reflexão temas que expressavam dúvidas e inquietações dos participantes, umas discutidas mais, outras menos detidamente, e nem era a intenção aprofundar a discussão sobre esses temas".

Paulo Freire observava, então, que as conversas giraram basicamente sobre o seu tema preferido: a manifestação do autoritarismo em suas dimensões mais distintas. O autoritarismo em casa, do pai, da mãe, a chantagem sentimental para se obter alguma coisa. O autoritarismo na escola primária, secundária e, depois, na universidade. A arrogância do educador. A dimensão desse autoritarismo na esquerda e na direita. A petulância do intelectual em se considerar proprietário de um saber imutável. A linguagem que perpassa todas as classes sociais com o discurso da classe dominante. Falar para as classes populares sem compreender nada a respeito do que se está dizendo. A relação lideranças-massas. O papel da universidade.

Enfim, Paulo Freire não aceita fazer uma análise "psicologista" do acompanhamento pelos diferentes níveis de participantes. "Quando uma pessoa fica o tempo todo sem dizer nada, não implica necessariamente que ela prestou menos atenção ao debate", observa, assinalando que via nos olhos e no corpo o interesse pelos temas. Uma contribuição fundamental para o enriquecimento da discussão, em seu entender, foi a participação das lideranças populares, "provocando em nós, intelectuais, a reflexão sobre a necessidade de mudar nossa linguagem".

De qualquer ângulo, portanto, considerou os encontros como momento importante de reflexão, "se entendermos que eles não funcionariam como alavanca de transformação imediata". Só uma advertência: para que toda essa gama de dúvidas despertadas tenha solução de continuidade, o educador acha que o trabalho deve prosseguir de um modo que não implique necessariamente na sua permanência em acompanhar o esforço empreendido pelos coautores desse processo.

O processo de debate desencadeado na Unimep com a presença de Paulo Freire naquele segundo semestre de 1983 teve múltiplos desdobramentos, seja no âmbito de diferentes setores desta universidade, seja na articulação com outras instituições, como ocorreu no desenvolvimento do Fórum Nacional de Educação Popular (Fonep), que realizou em seguida quatro seminários anuais.

19. Analfabetismo e sociedade do conhecimento

Ladislau Dowbor
Economista, professor titular da PUC-SP.

Lembro-me de uma noite, em 1963, em Pernambuco, em que acompanhava a filha maior de Paulo, a Madalena, na aula de alfabetização, numa escolinha do interior. Eram os primeiros passos do que, então, se qualificava de "Método Paulo Freire". Primeiras letras, primeiras palavras, a magia da alfabetização como apropriação do mundo. Hoje, 45 anos depois, o analfabetismo caiu drasticamente, para 9%, segundo o IBGE. Progresso? Em proporção de analfabetos, sem dúvida. No entanto, à medida que evoluímos para a sociedade do conhecimento, o nível de conhecimentos necessários para não se ver excluído aumenta dia a dia. Basta ver o pânico de tantas pessoas obrigadas a decifrar, em instantes, as instruções de um caixa automático para acessar a sua poupança. Você não navega na internet? Não maneja a web? Não lê inglês?

Outros tempos, outras exclusões. No entanto, a era do conhecimento abre novas e imensas oportunidades. Ao tornar-se o conhecimento fator central de riqueza, pode enriquecer a todos. Inteligência temos todos. A libertação pelo conhecimento tem mais instrumentos, e maiores desafios. Se escaparmos da selva de patentes, *copyrights*, direitos exclusivos... Numa escolinha pública de Piraí, em 2008, vi meninos com *lap-top* acompanharem uma aula de Geografia vendo o rio São Francisco na imagem de satélite. Paulo Freire, lá em cima, iria sorrir.

20. A alfabetização como alegoria de outras políticas

Célia Linhares
Professora de Política Educacional da Universidade Federal Fluminense (RJ) e consultora do Instituto Paulo Freire.

Reler a *Pedagogia do Oprimido*, em 2008, pode provocar encontros de um tempo em que, pelas intensidades e insurgências do vivido, não nos permitiu, então, perspectivar o frescor e o pavor das contradições e das efervescências com que as esperanças e os medos se manifestaram no Brasil e no mundo, em 1968.

Esta, sem dúvida, foi uma das grandezas de Paulo Freire: ler, em meio a tantos embaralhamentos, alguns dos mais pujantes movimentos inconformistas e, assim, poder reforçá-los, por interligar tendências emergentes que perscrutavam desejos existenciais, sociais, desde muito tempo combatidos, para afirmar, eticamente, uma outra forma de educar.

Uma educação que transpunha os limites da *Paideia* Grega, onde só cabiam os cidadãos, para fazer-se politicamente com o pensar apaixonado e sensível dos oprimidos e, assim, convidar e nutrir formas desejantes de pronunciar o mundo, experimentando-o, recriando-o, fazendo-o girar numa rota mais amorosa, mais includente e, incessantemente, ir inventando ferramentas para expandir territórios de liberdade e respeito à dignidade humana.

Tratando a alfabetização como uma alegoria, Paulo ensinou a buscar palavras, para irmos partejando outros mundos possíveis, em que os conflitos nunca se ausentam, mas em que suas colisões não atropelem nossas curiosidades para reinventarmos a vida, nossas vidas.

Apresentação cultural no I Encontro Internacional do Fórum Paulo Freire, teatro TUCA - SP, 1998

21. Ler o mundo dos oprimidos e combater a opressão

Maria Leila Alves
Doutora em Educação pela Unicamp e professora no curso de pós-graduação da Universidade Metodista de São Paulo (Umesp).

Falar de Paulo Freire e de sua trajetória de andarilho da esperança, como tão acertadamente foi nomeado por suas andanças revolucionárias, é pensar em um ser humano em sua inteireza, embora incompleto, inconcluso e inacabado, como ele próprio nos ensinou a nos ver.

E o que significa a inteireza a que me refiro? É a inteireza de ser individual e coletivo a todo tempo e em todo lugar; é a inteireza de perseguir seus princípios e propostas com a mesma determinação durante toda a sua vida; é a inteireza de adotar uma postura do mestre que entende que todos, absolutamente todos, merecem sempre respostas, ainda que inconclusas e sempre provisórias, às suas indagações; é a inteireza de pôr em prática, ainda que o desafio seja maior do que se pode enfrentar, os seus projetos, os seus sonhos e esperanças.

Paulo Freire foi fortemente questionado pela academia sobre a incoerência entre suas posições libertárias e sua filiação confessional; por suas propostas de transformação, pelo distanciamento do *constructo* teórico revolucionário das premissas marxistas-leninistas. Quero ressaltar, no entanto, a magnitude da dialogicidade freiriana, que teimo em ver como a mais pura dialética. Senão, por que a unicidade entre o individual e o coletivo, que para tantos de nós constitui-se em uma relação de tensão, ser resolvida em sua obra de forma tão coerente? Pensar em si é pensar no outro; fazer escolhas pessoais é incluir todos os demais; libertar o oprimido é libertar o opressor, ou mais propriamente, só o oprimido ao libertar-se liberta o opressor.

Se essa teoria não é dialética, fica difícil para eu entender o que é dialética. Do meu ponto de vista estas são algumas das razões pelas quais a vida e obra de Paulo Freire alentam e, ao mesmo tempo, iluminam a construção de caminhos aos inconformados com as malvadezas do mundo. Quando muitos dos companheiros de luta desertaram para posições mais cômodas, sua voz sempre se fez ouvir em favor dos oprimidos e contra a opressão.

22. Alimento da luta pela beleza e pela justiça

Elydio dos Santos Neto
Filósofo, pedagogo, mestre em Ciências da Religião e doutor em Educação pela PUC-SP. Professor no Mestrado em Educação da Umesp e coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisa Paulo Freire.

Faz quase 30 anos que li *Pedagogia do Oprimido* pela primeira vez. Estava no primeiro ano do curso de Filosofia, na Faculdade Salesiana de Filosofia, Ciências e Letras de Lorena (Vale do Paraíba, São Paulo), e era aluno do Pe. José Song Sui Wan na disciplina de Antropologia Filosófica. Foi a primeira vez que pude pensar a educação em perspectiva política e observar as implicações das opções que fazemos para a construção de nossa própria humanidade, bem como pensar as possibilidades de libertação e desenvolvimento humano numa sociedade marcada por uma luta ideológica que resulta, de forma predominante,

num violento processo de desumanização. Esta experiência teve sobre mim um grande impacto e definiu muitas das minhas escolhas pessoais, profissionais e políticas.

De lá para cá, tenho sido um leitor constante deste fundamental livro de Paulo Freire. Fico sempre muito tocado pelo rigor de sua construção intelectual, pela beleza — às vezes poética — de seus textos, por sua sensibilidade à complexidade da condição humana, pelo profetismo de suas denúncias, pela esperança que marca suas propostas de intervenção no mundo. Paulo Freire é guiado por uma antropologia da inteireza humana e, ancorado na consciência da inconclusão e na necessidade do diálogo, propõe uma Pedagogia da Esperança. Pedagogia esta que lança quem a defende numa amorosa luta pelo processo de transformação da sociedade.

Hoje Paulo Freire continua a nos dizer, por meio de sua *Pedagogia do Oprimido*, que a história, problemática, não está pronta e definida. Que somos seres inacabados e desejosos de ser mais ainda que pressionados por ideologias que nos empurram a ser menos. Que vale a pena enfrentar o medo da liberdade e confrontar os obstáculos postos para construir uma sociedade com beleza e justiça e que, portanto, há esperança. Quase o ouço falar: Mudar é difícil, mas é possível.

23. Liberdade

Celso Vasconcellos
Doutor em Educação pela USP, dirige o Centro de Pesquisa e Formação Pedagógica Libertad. Ao responder a pergunta "Menino, quem foi teu mestre?", tem orgulho de dizer que foi aluno de Paulo Freire.

Liberdade é o grande eixo da obra de Paulo Freire. A primeira produção de maior repercussão foi *Educação como Prática da Liberdade*. Sua grande obra, *Pedagogia do Oprimido*, trata da luta dos oprimidos para a superação da negação da liberdade. Sua última obra, *Pedagogia da Autonomia*, tem como referência a autonomia, que é um outro nome para a liberdade. Por aí podemos perceber um dos motivos da vitalidade da obra de Freire, uma vez que a liberdade se confunde com o próprio processo de humanização. Meus primeiros contatos com a *Pedagogia do Oprimido* deram-se em 1977, através de textos mimeografados que refletíamos antes de sair para as rondas da Organização de Auxílio Fraterno (OAF), nos sábados à noite. Eu era um jovem produto do milagre brasileiro, técnico em Eletrônica e aluno de Engenharia Eletrônica da USP e, como tantos outros, não tinha a menor noção do que se passava efetivamente na sociedade. Pelo contato com o movimento estudantil, com a OAF e pelas mãos de Freire, um mundo novo se abria para mim. Desde então, nunca mais a *Pedagogia do Oprimido* me abandonou. Minha atividade principal é a de formação de professores e, quando menos espero, já estou fazendo referência à obra. Retomando formalmente o texto, é bonito perceber como muita coisa foi tão internalizada que se tornou minha também.

24. Libertação

Antônio João Mânfio
Membro do Instituto Paulo Freire, assessor pedagógico do programa de formação de jovens agricultores nas Casas Familiares Rurais no Rio Grande do Sul e secretário executivo da Cátedra Unisul Participação e Solidariedade (Tubarão, SC).

Como na parábola do semeador, Paulo Freire lançou sementes de diálogo, de conscientização, de amorosidade, de indignação, de transformação. Germinaram, cresceram e frutificaram de modo diferenciado. Nos ambientes acadêmicos e burocráticos do ensino foi acolhido como pedagogo. Nem todos captaram o alcance da mensagem. Interlocutores consequentes foram as vítimas da opressão mais completa — as da estrutura da propriedade rural. Silentes e autodesvalidos, os sem-terra e sem-palavra foram tocados pelo olhar predileto que Paulo lhes dirigiu em Angicos. Os jovens agricultores, ainda sem terra, mas que já conquistaram a palavra, leem Paulo Freire para transformar seu projeto de vida.

Na universidade, fazem-se perguntas sobre o texto; nas burocracias, sobre constrangimentos legais; nos movimentos dos agricultores busca-se a transformação. Em Riacho de Santana, num curso para agricultores, lemos a carta inconclusa sobre a morte de Galdino de modo dramatizado: de noite, num ponto de ônibus, com personagens e labaredas. Lemos, encenamos e meditamos. Dialogicidade embaixo de enorme mangueira em tarde de sol ardente. Paulo Freire passou pelo cérebro e fez morada no coração dessa gente.

Mudando o cenário, mudam as perguntas, as expectativas e o olhar sobre o mundo. Paulo Freire não se fez apenas para ser lido.

25. Presença de Paulo Freire no sindicalismo docente

Ana Maria do Vale
Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo, é docente do Instituto Paulo Freire. Autora, entre outras obras, de *Diálogo e Conflito: a presença do pensamento de Paulo Freire na formação do sindicalismo docente.*

Paulo Freire, ao escrever e publicar a *Pedagogia do Oprimido*, não apenas oportunizou à sociedade brasileira e ao mundo um novo livro, mas revolucionou o modo de pensar e agir de milhares de pessoas nas mais diferentes áreas do conhecimento e do saber. Um livro cujo conteúdo é verdadeiramente inquietador; diria melhor: perturbador da "ordem estabelecida".

Voltar o "olhar" para a *Pedagogia do Oprimido,* relendo-a 40 anos depois, implica, seguramente, destacar algumas teses que sedimentam o legado de Paulo Freire e que continuam presentes hoje. Particularmente, eu gostaria de destacar a presença e a constância do legado de Paulo Freire no sindicalismo docente no Brasil por ter pesquisado mais detalhadamente o tema quando da elaboração da tese de doutoramento na USP, dialogando e interagindo com lideranças sindicais docentes de 13 estados brasileiros.

Para os sindicalistas docentes, uma das matrizes responsáveis pela formação política da categoria foi o pensamento de Paulo Freire. Aqui, impõe-se o registro de algumas *teses freirianas* explicitamente citadas como responsáveis pela formação do sindicalismo docente: a compreensão da relação dialética entre o diálogo e o conflito; o entendimento da educação como ato dialógico; o respeito às diferenças; a busca de coerência entre o discurso e a prática; a disponibilidade para o diálogo; a busca incessante da utopia social e educacional e a esperança na luta.

A leitura do mundo que a categoria docente faz permanentemente da conjuntura e de suas implicações, o reconhecimento dos seus limites, enfatiza a importância do respeito entre os homens, da necessidade de negociação e do exercício do diálogo com o poder público, com a sociedade e com eles próprios, sindicalistas. Trata-se do sindicato cidadão que vem sendo forjado no interior da realidade atual: um sindicato que dialoga com a sociedade. Essa utopia, construída coletivamente, é uma busca permanente que move os sindicatos a resistir e é essa esperança que faz a ponte, a conexão, entre Paulo Freire e o sindicalismo docente de hoje.

26. Ferramentas que abrem novas veredas

Luiz Eduardo W. Wanderley
Sociólogo, doutor em Educação pela Universidade de São Paulo, é associado da Ação Educativa e do Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização e Educação Popular.

Eram tempos de aceleração histórica que a direita e a esquerda pretendiam "domesticar", cada qual a seu modo. Nossa experiência, ancorada na Juventude Universitária Católica (JUC) e no Movimento de Educação de Base (MEB), teve identidade própria, mas conver-

gimos no essencial: a libertação do povo. Existem pessoas e obras que se transformam em fios condutores, ferramentas que abrem novas veredas. *Pedagogia do Oprimido* foi marco de uma geração, inspirou e continua inspirando todos aqueles que lutam para que o povo tome a sua palavra. Paulo, o educador político, continua ativo, unindo reflexão e ação. Seu livro permanece atual, repto para todos que acreditam na educação como prática da liberdade.

27. A descoberta do inédito possível

Maria Stela Santos Graciani
Professora titular da Faculdade de Educação e coordenadora do Núcleo de Trabalhos Comunitários (NTC) da PUC-SP e membro do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda).

A cidadania é o direito de ter direitos, isso me foi revelado pelo meu velho pai que, em sua sabedoria aprendida e desvelada junto aos caboclos de Araras, leu o livro *Pedagogia do Oprimido* e o aplicou nas rodas de conversas com os cortadores de cana-de-açúcar, vindos do Nordeste, principalmente de Catende, usina dos horrores de Pernambuco. Um de seus líderes havia indicado a obra magistral de seu conterrâneo de Jaboatão.

Meu pai, com sua leitura de mundo, afirmava com convicção que a construção da convivência coletiva, do cotidiano dialogado na relação familiar, na escola, no trabalho e/ou na vida nos fazia ver mais longe o horizonte da existência humana. Assim, aprendi que a realidade concreta se dá na relação dialética entre a objetividade e a subjetividade, no coração da cultura, de conhecimentos historicamente sistematizados pela sociedade em transformação.

Foi assim que me encantei, envolvi-me e tenho tentado fazer acontecer o inédito possível, nos trabalhos comunitários de meu quintal, compreendendo que a formação de sujeitos significa compartilhar valores no sentido da igualdade de pertencimento, que se humaniza na vida e na história, ou seja, na emancipação humana como possibilidade de transformação social.

Conversando com Ana Maria Saul no lançamento do livro Pedagogia: diálogo e conflito, 1985

28. U.S. Peace Corps

Peter Lownds

5 de agosto de 2008. Lownds escolheu a antiga capital Olinda para ser anfitriã da sua estadia no U.S. Peace Corps de 1966 até 1968. Lownds é poeta, escritor, tradutor e educador.

Era uma vez, um burguês
veio ao Mirim dos Caetés
para tentar "ajudar" os
indígenas indigentes.
Este acólito do Tio Sam
com mãos e bolsas lisas
não achava seu papel
no rojão do nordestino.

Na Rainha do Mangue,
a freguesia aproveitou
do inocente jovem gringo
fumando e bebendo grátis
até um sussurro de *"espia!"*
perfurou o bom vizinho.
Eremita-leitor, decidia
cometer suicídio de classe.

Se metia no *"vuco vuco"*
do Mercado São José
onde engolia mocotó, siri,
angu, sarapatel e jaca mole.
Na escuma das ondas
fazia unção no crepúsculo
onde o país estende seu
peito pros orixás d'aluanda.

No Recife se refazia
entre as multidões sofridas
nas margens do Capiberibe
até que um muambeiro
aparecia ao seu lado com
folhas de um texto ignoto
que explicava nitidamente
a mecânica da opressão.

Hoje, na EJA de Los Angeles
continua a averiguar os preceitos
que naquele tempo descobria:
o estudo dialógico abre
portas de percepção e cultura,
o povo faz cultura e reconhece
seu valor, educador e educando
são duas faces da mesma moeda.

Que viva Paulo Freire, coração e obra!

Tennessee (EUA). Highlander Center, 1988

29. Passagem por Harward

Benno Sander
Doutor em Administração da Educação pela Catholic University of America (Washington) e professor aposentado da Universidade Federal Fluminense (RJ). Atualmente é presidente da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (Anpae).

Vão 40 anos desde que conheci Paulo Freire, dividindo com ele o escritório na Faculdade de Educação da Universidade de Harvard, onde ambos éramos membros do corpo docente. O Centro de Estudos em Educação e Desenvolvimento de Harvard, que acolheu a Paulo Freire, era um espaço de excelência que congregava educadores e pensadores sociais de todo o mundo. Paulo trazia de Santiago a versão em espanhol de sua obra *Pedagogia do Oprimido* e dedicou parte considerável de seu tempo à preparação da versão em língua inglesa e à discussão de suas ideias político-pedagógicas com a comunidade acadêmica de Harvard. Para Paulo, a passagem por Harvard oportunizou a socialização inicial de suas ideias nos Estados Unidos e para nós, que ali trabalhávamos ou estudávamos, foi uma oportunidade única para conhecer suas ideias e sua metodologia de trabalho. Com ele aprendemos a compartilhar todas as descobertas com todos, de tal forma que todos nos sentíamos participantes do processo de construção coletiva do conhecimento. A pedagogia dialógica, que ele enunciou e divulgou no seu primeiro e mais influente livro e que mais tarde seria abraçada pelos teóricos da ação comunicativa e da gestão democrática, nunca foi tão relevante diante do crescente pluralismo e das diversidades trabalhadas hoje no campo da educação e da sociedade.

30. Alerta de lucidez política

Luiza Cortesão
Professora da Universidade do Porto e diretora do Instituto Paulo Freire (Portugal).

Foi, silenciosamente, no início dos anos 70, antes ainda do 25 de abril, mas já num contexto de alguma turbulência política, que as Edições Afrontamento publicaram, em Portugal, um livrinho chamado *Pedagogia do Oprimido*. Este pequeno texto, que passou a circular entre leitores da então chamada "oposição", foi avidamente lido e discutido, influenciando iniciativas várias, que então se tentavam, de alfabetização e de educação popular. Tratava-se de iniciativas que foram surgindo no tal contexto de agitação social e política que caracterizou o período de alguma liberalização quando Marcelo Caetano sucedeu a Salazar.

Com a fase de "normalização" que se seguiu ao período revolucionário, foi esmorecendo este tipo de iniciativas, estimularam-se muitas utopias, feneceram movimentos populares espontâneos. Confrontados com constrangimentos estruturais que cada vez se revelavam mais fortes, também foi empalidecendo o ímpeto de apostar na educação como processo que poderia contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade menos injusta, mais igualitária. O que passou, sobretudo, a ser valorizado nos discursos dominantes foi a importância nunca questionada que a educação pode ter para a entrada no mercado de trabalho. E mais recentemente, em Portugal e na Europa, com o incremento das globalizações econômicas e culturais, o que é, sobretudo, realçado, é a importância de conseguir uma "excelência acadêmica" que é oficialmente defendida como sendo o que pode

contribuir para a eficiência, eficácia e competitividade consideradas imprescindíveis para sobreviver no contexto econômico atual.

Para aqueles em que persiste, utopicamente, a esperança de que algo, mesmo que pouco, é possível fazer com a educação, as palavras de Paulo Freire nesta e noutras obras que se lhe seguiram constitui um alerta de lucidez política, um arrimo estimulante, uma mensagem, é certo, contra-hegemônica, mas que apesar de tudo vai florescendo aqui e ali, embora assumida em contextos diferentes, com características diversas. Mas, desde que se mantenham bem fortes a consciência da politicidade da educação e o apelo vigoroso a uma vigilância sobre significados sociais e políticos que podem ter os processos educativos, as mensagens de Paulo Freire constituem, para os educadores, um caminho estimulante e fecundo para a sua atuação.

31. Paulo Freire, Mahatma das democracias

Madalena Mendes
Coordenadora do Núcleo de Lisboa do Instituto Paulo Freire (Portugal).

Paulo Freire é um dos maiores pedagogos do século 20, cujas produção teórica e ação prática maior impacto têm na história da educação e no pensamento pedagógico contemporâneo. O seu pensamento humanista, ancorado numa concepção dialógica, problematizadora, conscientizadora e libertadora da educação, configura um legado ontológico e epistemológico de uma riqueza e atualidade incontornáveis e inadiáveis para pensar e repensar as democracias e o papel, nelas, da educação, das práticas educacionais e dos atores educacionais.

Em Portugal, é nos idos finais dos anos 60 e nos anos 70 que podemos sinalizar a penetração clandestina do pensamento freiriano pela ação de movimentos de ação cívica e religiosa. O regime salazarista assentava na defesa de um modelo nacionalista autocrático, corporativista e conservador de que a natural supressão dos direitos e liberdades fundamentais era sustentáculo.

É neste contexto sócio-histórico que Paulo Freire visita Portugal, em 1973, onde colabora com o Movimento Internacional Católico Graal, um movimento internacional de mulheres cristãs, com ação iniciada neste país, em 1957, sob a égide de Maria de Lourdes Pintasilgo, única mulher que desempenhou o cargo de primeira-ministra em Portugal (1979-1980), e Teresa Santa Clara Gomes.

Mas, se a influência de Paulo Freire se iniciou, em Portugal, no período final da ditadura, é certo que depois da Revolução do 25 de Abril de 1974 Paulo Freire alimentou, substancialmente, a onda de efervescência cívica e política que grassava no país. A pedagogia freiriana teve um papel fundamental no encorajamento do despertar do sono dogmático, bancário e endoutrinador. O pensamento ecúmeno de Paulo Freire, a sua lucidez utópica e a sua coragem revolucionária são avocados, de imediato, por um contexto revolucionário ávido por dar voz à linguagem dialógica das possibilidades e à construção de um projeto coletivo denunciador-libertador da opressão, das desigualdades sociais e da exploração dos oprimidos.

A intensa mobilização social e participação popular lograram estender-se a todos os domínios da vida em sociedade, com especial incidência no campo educativo, lugar privilegiado da confluência de conflitos sociais e do debate ideológico. A aprendizagem democrática estava fortemente ancorada na prática. A escola ativa procurava estreitar os laços entre o mundo da vida e o universo escolar de modo a ultrapassar a clássica divisória entre trabalho manual e trabalho intelectual, que no passado havia ajudado a perpetuar e a reproduzir as desigualdades sociais.

Paulo Freire enforma, vivamente, os espaços comunicacionais educativos, em fase de expansibilidade e de busca por uma cidadania emancipatória, participada, deliberada e promotora de uma cultura de direitos. Neste ensaio vivo de democracia direta, sem precedentes na história europeia do pós-guerra, que foi o 25 de Abril de 1974, o rosto de Paulo Freire confunde-se com o rosto de todos aqueles que aprenderam a ler o mundo para além das palavras e, por isso, foram capazes de construir novos sentidos históricos, ancorados na liberdade, na justiça e na igualdade.

32. Paulo Freire e um momento de poesia

Carlos Rodrigues Brandão
Escrito a mão em 29 de novembro de 1985, para ser lido na cerimônia de fechamento da III Conferência Internacional de Educação de Adultos em Buenos Aires, reescrito para o VI Encontro Internacional do Fórum Paulo Freire, em setembro de 2008, em São Paulo.
Professor aposentado da Unicamp e membro do Instituto Paulo Freire.

Estávamos em Buenos Aires. Era um julho de 1985 e preparávamos, nós do Conselho de Educação de Adultos da América Latina (Ceaal), a III Assembleia Mundial de Educação de Adultos. Ao saberem os argentinos da presença de Paulo Freire em nossa pequena equipe, reunida no Hotel Bauman, logo enviaram uma comitiva solicitando a ele que, de retorno à Argentina depois de 16 anos, fizesse uma palestra, dissesse uma mensagem, deixasse algo aos educadores do país.

Paulo Freire resistiu a princípio. Afinal, tinha vindo apenas para participar da reunião preparatória, em sua condição de presidente honorário do Ceaal. Aceitou depois. Assim, na noite do dia seguinte ao do convite fomos ao Teatro San Martín. Para nossa surpresa e a dele, havia uma multidão de pessoas na porta e ao redor do teatro. Dentro, ele já estava totalmente lotado e ainda ficaram de fora, segundo cálculos apressados de alguns organizadores do evento, mais de mil pessoas. Entraram os que puderam e se soube que perigosamente a lotação do teatro fora superada de muitas e muitas pessoas.

Formamos uma mesa com a maioria dos integrantes da comissão reunida e mais alguns argentinos. Entre eles, Perez Esquivel, recém escolhido para o Prêmio Nobel da Paz. Foi-nos dito pelos organizadores que cada um dos integrantes da mesa teria apenas cinco minutos para falar, pois “a noite seria de Paulo Freire”. Falamos todos entre três e seis minutos. Mesmo Perez Esquivel não ultrapassou o seu tempo. Quanto tocou a vez de Paulo Freire, ele começou sua fala rememorando amorosamente momentos de algumas vindas anteriores a Buenos Aires. Creio haver falado até de tentativas não muito bem sucedidas de aprender a dançar o tango na Boca.

Logo a seguir anunciou que, como todos os outros, falaria cinco minutos. Murmúrios de protesto e desapontamento abalaram os lustres do grande salão do teatro. Falou uma hora e meia. Sua fala de um criativo improviso, ele a rabiscava em um papel ao meu lado, foi uma espécie de "decálogo livre do educador". Creio que o Ceaal publicou desde o Chile uma súmula de sua fala e quero acreditar que em alguma medida ela foi o mote de *Pedagogia da Autonomia*.

Ao final da "Clausura", já no começo da noite de 29 de novembro de 1985 (falo, portanto, de 23 anos atrás) algumas pessoas foram convocadas a darem uma espécie de depoimento final. Fui uma delas. Muito ao meu gosto, falei sob a forma de um poema de improviso. Como ele começa com um trecho de Pablo Neruda e como ele convive com palavras e ideias que ao longo dos anos, ouvindo, silenciando e lendo, aprendi com Paulo Freire, eu o transcrevo aqui. Deixo no espanhol de origem o trecho de Neruda e traduzo para o português a minha fala.

Paulo Freire volta do exílio e se envolve em movimentos sociais, especialmente na área de educação, Osasco, 1988

O povo, o educador

Era el pueblo, sin duda
sin herencia
sin vaca
sin bandera
y no se distinguia entre los otros.
Los otros eran él.
Desde arriba era gris como el suelo.
Como el cuero era pardo.
Era amarillo cosechando el trigo:
Era negro debajo de la mina.
Era color de podría em el castillo.
En el barco pesquero era color de atun
y color de caballo em la pradera.
Como podría nadie distinguirlo
si era el inseparable, el elemento
tierra, carbon o mar
vestido de hombre?
Pablo Neruda

Paulo Freire, trinta anos depois, reencontra antigos educandas e educandos, Angicos, 1993

Seremos sem dúvida com o povo:
nosso sentido, herança e bandeira.
A serviço do que é e do que poderá ser
criamos o sentido do que somos: educadores.

Homem mineral e pobre
mas, como ninguém, humano, tão humano
que como poderia distinguir-se
dos elementos da terra e da injustiça:
ferro, fome e maldição
que o sucumbem e o fazem ser
cinza, úmido e sujo como o solo?

Descer desde o alto e colocar-se a seu lado,
conviver com o seu destino e compartir as suas noites,
cantar os cantos com que ele dança
quando aprende por si mesmo a fazer-se
sábio e livre.

Colher com ele o trigo
e de suas duas mãos acolher o pão.
Ser, como ele, negro e silencioso na mina
até quando dela saia e salte
terrivelmente poderoso
e poderosamente solidário.

Bem mais do que apenas um "homem educado",
uma espécie humana inteira transformada
em águia, sol, irmão, força, flor,
vento, chuva, relâmpago, terror e ternura.

O homem humano, o ser do povo
em algum dia distante crido pela natureza
e, agora, guerreiro e poeta em sua luta:
aquele que aprendeu a ser capaz de transformar
a sua vida, a terra inteira e a sua história.

33. Estar sempre pronto para partir...

Rubem Alves
Psicanalista, educador, teólogo e escritor. Professor titular na Faculdade de Educação da Unicamp.

Livros são como mapas. Alguns, como aquele que usamos ao planejar uma viagem, nos contam de terras que outros já visitaram, marcam rios e montanhas que outros já visitaram, marcaram rios e montanhas que outros já viram, indicam as estradas asfaltadas que a multidão apressada toma para chegar lá. Outros mapas são como aqueles que produziam na época das grandes navegações, que apontam para as terras obscuras que existem mais no sonho do que no conhecimento – mapas proféticos que abrem caminhos inexplorados e convidam o viajante a sair das seguras rotas conhecidas e a se aventurar por regiões que outros nunca visitaram. Paulo Freire fez isto: sugeriu caminhos novos para o pensamento. Mostrou circularidade dos caminhos velhos da educação, pelos quais se caminhava sem nunca se sair do lugar. Equívocos? Muitos. Que profeta não se equivoca? Mas, como dizia Nietzsche, os erros dos grandes homens são mais frutíferos que os acertos pequenos. A obra de Paulo Freire foi isto: semente frutífera que vai morrendo e se transformando como exigência da própria vida que vai explodindo os limites que aprisionam. Sendo conhecimento o mundo, tal como é, é muito mais do que isso: revelação de um outro mundo que permanece aberto a todos aqueles que tiverem coragem para entrar nos mares desconhecidos e sedutores para as quais ela aponta. Obra que permanecerá para sempre inacabada, pois isto pertence à sua própria essência: o fascínio permanente ante os espaços que a liberdade não permite que se fechem, jamais. Ter entendido Paulo Freire é estar sempre pronto para partir....

34. Pensar o sentido da existência

Nadia Dumara Ruiz Silveira
Professora da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Gerontologia da PUC-SP.

Pensar o sentido da vida e da existência na velhice nos remete à necessidade de refletirmos sobre o significado e a importância da educação de pessoas idosas, considerando o legado de Paulo Freire. O pensamento freiriano se impõe como paradigma imprescindível para construirmos uma pedagogia políticossocial, comprometida com o desenvolvimento do pensamento crítico, do processo de conscientização e da criatividade a partir da realidade desse grupo etário. Reagir contra as situações de opressão e os opressores, segundo Paulo Freire, exige ultrapassar a visão ingênua sobre a sociedade e o momento histórico em que se está inserido. De oprimido, o idoso deve passar a sujeito que enfrenta as adversidades próprias da realidade excludente em que vivemos. A educação libertadora concebida por Paulo Freire pressupõe a capacidade de formular novos projetos de vida, como forma de resistência criativa às imposições opressoras da ideologia vigente, de modo a propiciar o exercício da cidadania e a prática da liberdade em prol da garantia dos direitos da pessoa idosa. Esta concepção ampla de uma educação comprometida com a realidade humana e social nos remete à ideia de que os idosos são agentes de intervenção e, assim sendo, devem se envolver nos processos de transformação e construção de um mundo mais humano, onde a velhice seja vivida com dignidade.

35. A razão dos monstros produz sonhos

Pep Aparicio Guadas
Membro do conselho gestor do Instituto Paulo Freire (Espanha) e coordenador do Centro de Recurso e Educação (Valência, Espanha).

A razão dos monstros produz sonhos que muitas vezes nos engolem e, talvez, tenhamos caído no mito dos e das oprimidas – como o movimento operário caiu no da classe – que nos imobiliza e nos situa no território da simples repetição e cópia, onde reina a morte e, sobretudo, não nos possibilita a ação de anulação-destruição da classe oprimida em devir e a experimentação educativa e libertadora, ética e política.

Viver é recriar e, depois de 40 anos, talvez tenhamos feito proliferar uma multidão de mundos no devir minoritário, múltiplo e singular, que nem integra nem inclui, visto que existe um modelo majoritário referencial; uma recriação que é produtora de tensões e antagonismo entre micro e macro, entre mulheres e homens, entre opressores e oprimidos... e criação singular e social, mediante processos de aprendizagem nos quais se realiza e verifica a cocriação e a coefetuação da cooperação de cérebros e corpos, operando na multiplicação de outros mundos, mediante a emergência de relações e acontecimentos entre mundos possíveis, à margem dos pares sujeito/objeto e sujeito/sujeito, numa perspectiva dialógica e afirmativa das singularidades.

Porém, também temos de construir novas instituições que possibilitem tanto a fuga das anteriores, cativas das atribuições identitárias e dicotômicas, como a invenção-criação de novas que garantam devires, novas formas de subjetivização e ações educativas, éticas e políticas emancipadoras, que imbriquem uma liberdade livre e amorosa, como construção ontológica. Assim, pois, desejamos e materializamos outra educação, outra ética, outra política... que nos possibilite a tradução da potência das novas subjetividades em criações e organizações da vida social: do público ao comum, e vice-versa, em movimentos perenes.

36. Comunicação e cultura

Venício A. de Lima
Pesquisador sênior do Núcleo de Estudos sobre Mídia e Política (Nemp) da Universidade de Brasília (UnB), articulista do *site* Observatório da Imprensa e da revista *Teoria e Debate*. Autor, dentre outros livros, de *Comunicação e Cultura: as ideias de Paulo Freire*.

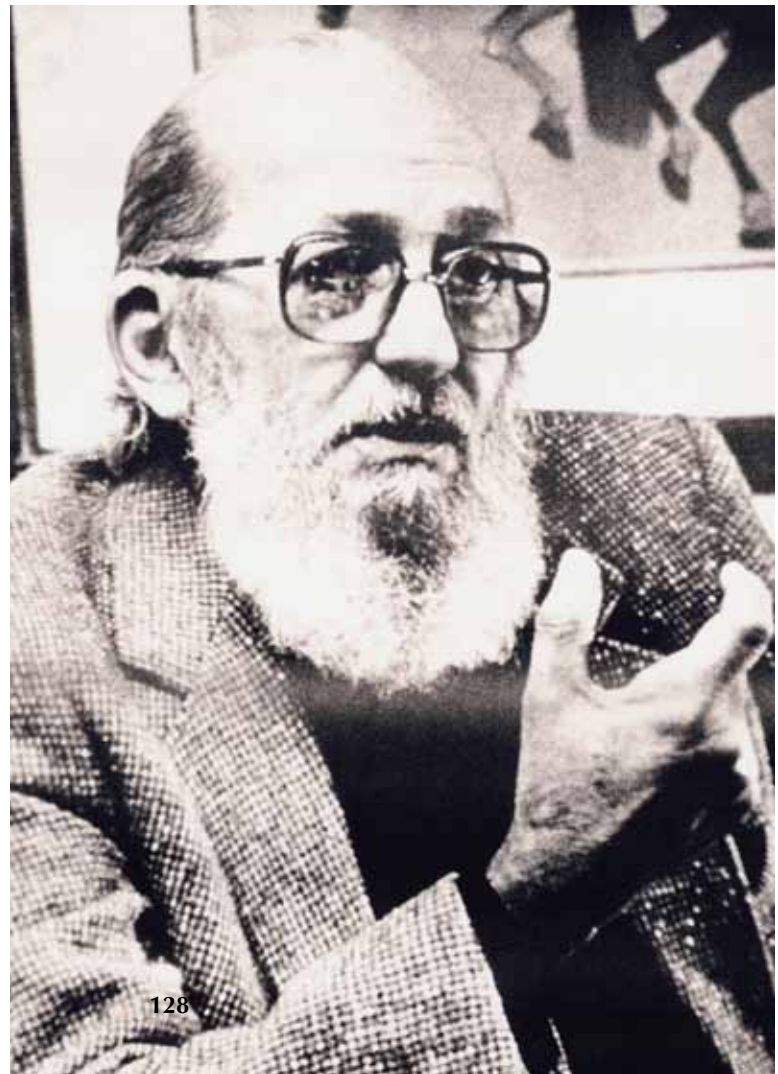
Pedagogia do Oprimido continua sendo uma valiosa síntese do pensamento de Paulo Freire. Tomei contato inicial com a edição em inglês da obra em 1971 e, em busca de um tema para minha tese de doutorado, não tive dúvidas de que ali estavam "escondidas" as bases para uma teoria dialógica da comunicação e da cultura. Embora não tenha sido um aspecto suficientemente explorado do pensamento (e da ação) de Paulo Freire, continuo convencido de que, ao lado de *Ich und Du* de Martin Buber, *Pedagogia do Oprimido* é um livro indispensável para todos aqueles que se interessam pelos fundamentos do diálogo como expressão e forma da verdadeira libertação humana.

37. Uma revolução copérnica em matéria educativa

Frei Betto
Frade dominicano e escritor, é assessor dos movimentos sociais. Recebeu vários prêmios no Brasil e no exterior por sua luta em prol dos direitos humanos.

Pedagogia do Oprimido é, na minha opinião, a obra-prima de Paulo Freire. Ela provocou, em mim e em muitos outros educadores, uma verdadeira revolução copernicana em matéria educativa. Fez-nos ver que não há culturas diferentes. E que o oprimido, quando educando, pode não saber exatamente o que sabe o educador e, em geral, porta valores que a educação burguesa, bancária, degenera naqueles que, como eu, foram formados por ela. Daí a importância de, no trabalho popular, o educador deixar-se educar pelos educandos. Deve haver uma interação permanente entre educadores e educandos, de tal modo que a própria função possa se inverter em constante alternância.

Na teoria, estamos todos de acordo. Mas é também verdade que, malgrado esta obra mestra de Paulo Freire, muitos educadores que enchem a boca de propósitos libertadores continuam a praticar a pedagogia opressora, num direcionamento nem sempre sutil, como se os conceitos cartesianos possuíssem a chave da História. Daí a importância, atualíssima, desta obra de Paulo Freire, este sim um aprendedor obstinado nesse vasto território da educação, onde tantos se arvoram em mestres.



38. Educação popular e movimentos sociais

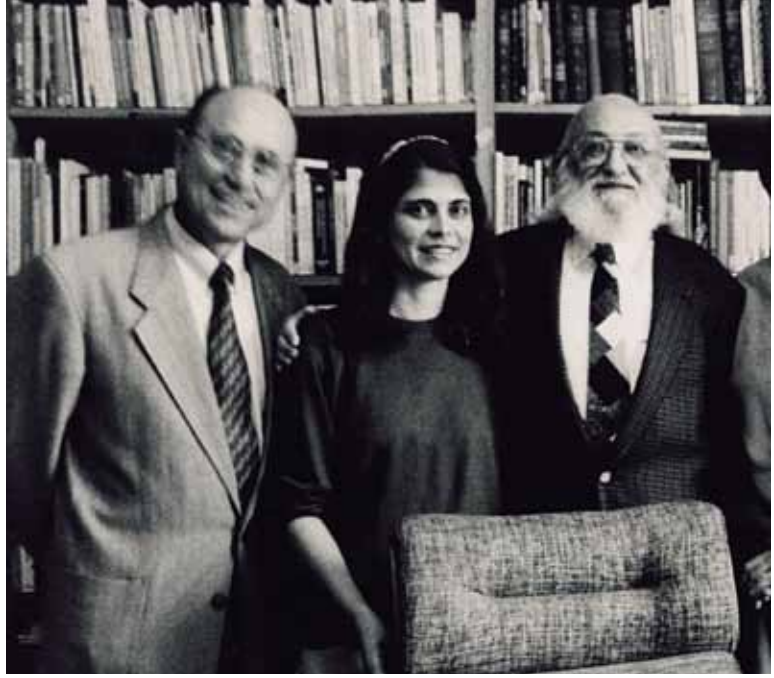
Salete Valesan Camba
Psicopedagoga, mestre em Educação pela Universidade de São Paulo, diretora de Relações Institucionais do Instituto Paulo Freire.

A causa do oprimido é a motivação e o sentido da minha história de vida. Inicialmente na caminhada com minha mãe, Maria Valesan, na cidade de Quilombo, oeste do estado de Santa Catarina, onde a solidariedade da sobrevivência era cotidiana. Foi ali, participando das pastorais, que aprendi a luta política pelos direitos e a importância da participação cidadã. Enquanto o país vivia os horrores da ditadura, eu crescia. Tinha pouca idade e poucos elementos para compreender todo o processo de exclusão e de privação do povo brasileiro, quando a luta pelo direito à terra se fez realidade na região, fortalecida pela Teologia da Libertação e atuação dos trabalhadores rurais sem-terra. Entre os bancos da igreja e as atividades nas comunidades e na escola, fui construindo minha militância, sem compreender ainda que todo processo coletivo vivido tinha como base a *Pedagogia do Oprimido*.

Em 1980, mudei para a cidade de São Paulo. Em processo de formação e com a bagagem da militância, me envolvi com atividades na periferia de São Paulo e com o ofício do magistério como professora de educação infantil. Foi no cotidiano da minha prática, quando ingressei na rede municipal de ensino, no final dos anos 80, ainda na gestão de um governo nada popular e pouco democrático, que aprofundamos o estudo de novas concepções de educação e práticas pedagógicas. Não poderia faltar Paulo Freire e a *Pedagogia do Oprimido*.

Meu primeiro contato pessoal com Paulo Freire se deu quando ele assumiu a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo. Isso foi fundamental e decisivo, pois iniciava aí uma das minhas paixões no campo da educação: a alfabetização de jovens e adultos. No final dos anos 90, quando visitei o Instituto Paulo Freire, tive a certeza da irmandade da causa e das lutas sociais. Conheci ali o Lutgardes Costa Freire, que passou um tempo ajudando nas minhas pesquisas e me apresentou os escritos de Paulo Freire nos livros por ele lidos e trabalhados. A força maior veio com o convite para integrar a equipe do Instituto Paulo Freire e, com isso, minha certeza da opção pela educação popular e movimentos sociais.

São muitos os espaços conquistados e muitas as ações desenvolvidas pelo Instituto Paulo Freire, participando da criação do Fórum Social Mundial, Fórum Mundial de Educação, Fórum Social Brasileiro, Universidade Popular dos Movimentos Sociais, Campanhas pelo Direito à Educação, Rede de Educação Cidadã, Rede MOVA BRASIL, Rede de Educadores Populares, Cultura Viva, Economia Solidária entre outros. Espaços onde buscamos construir um mundo mais justo, mais fraterno, mais humano e solidário. Um outro mundo é possível e para que se torne realidade, as mudanças e transformações são necessárias e urgentes. Com o sonho nos pés e a realidade na cabeça, sigo em frente, na esperança de ajudar homens e mulheres a reconstruir sua história.



Moacir Gadotti, Ângela Antunes e Paulo Freire, na casa de Paulo Freire, em São Paulo,1995

39. Continuar e reinventar Freire

Afonso Celso Scocuglia
Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba, pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Pós-doutorado em Ciências da Educação pela Universidade de Lyon (França).

Quando a *Pedagogia do Oprimido*, obra prima de Paulo Freire publicada no emblemático 1968, completa quatro décadas de convencimento mundial em torno das denúncias da opressão, inclusive pela via educacional, e dos anúncios das possibilidades de um homem e de uma mulher renovados pela esperança de se reconstruírem e reinventarem, o mundo encontra na pujança dos escritos de Boaventura de Sousa Santos, por exemplo, alguns complementos necessários para continuar viva e prospectiva. Aliás, a possibilidade concreta de ser complementado e reinventado é uma das características mais atuais do pensamento "pós-moderno progressista" de Paulo Freire (1992) e de toda carga político-pedagógica do legado freiriano. A impossibilidade de um só modelo ou de um só autor abarcar a pluralidade e a complexidade das práticas educativas e das reflexões pedagógicas sempre esteve intrínseca às proposições de Paulo Freire. Por isso mesmo, construiu seu pensamento inspirado em Anísio Teixeira, Vieira Pinto, Hegel, Marx, Gramsci, Goldmann, Lukács, Cabral, Dewey, entre outros. Por isso, também, dedicou parte da sua obra aos livros-dialógicos escritos com Frei Betto, Gadotti e Sérgio Guimarães, Ira Shor, Antonio Faundez, com os integrantes do Instituto de Ação Cultural (Idac) (Rosiska e Claudius Darcy de Oliveira) etc. No mesmo sentido, muitos dos seus escritos tinham a marca da oralidade à espera da interlocução e do diálogo. Ademais, suas ideias já foram estudadas em conexão com Gramsci, Freinet, Habermas, Piaget, Morin e tantos outros. Essa possibilidade aberta aos complementos e às convergências (no passado criticada equivocamente justamente por essa característica) demonstra a atualidade e a visão prospectiva do seu pensamento-ação e nos ajuda a repensar a *Pedagogia do Oprimido*, 40 anos depois, não como um livro isolado e, sim, enquanto parte de uma grande obra sequiosa de dialogicidade e reinvenções.

40. O livro que não terminou

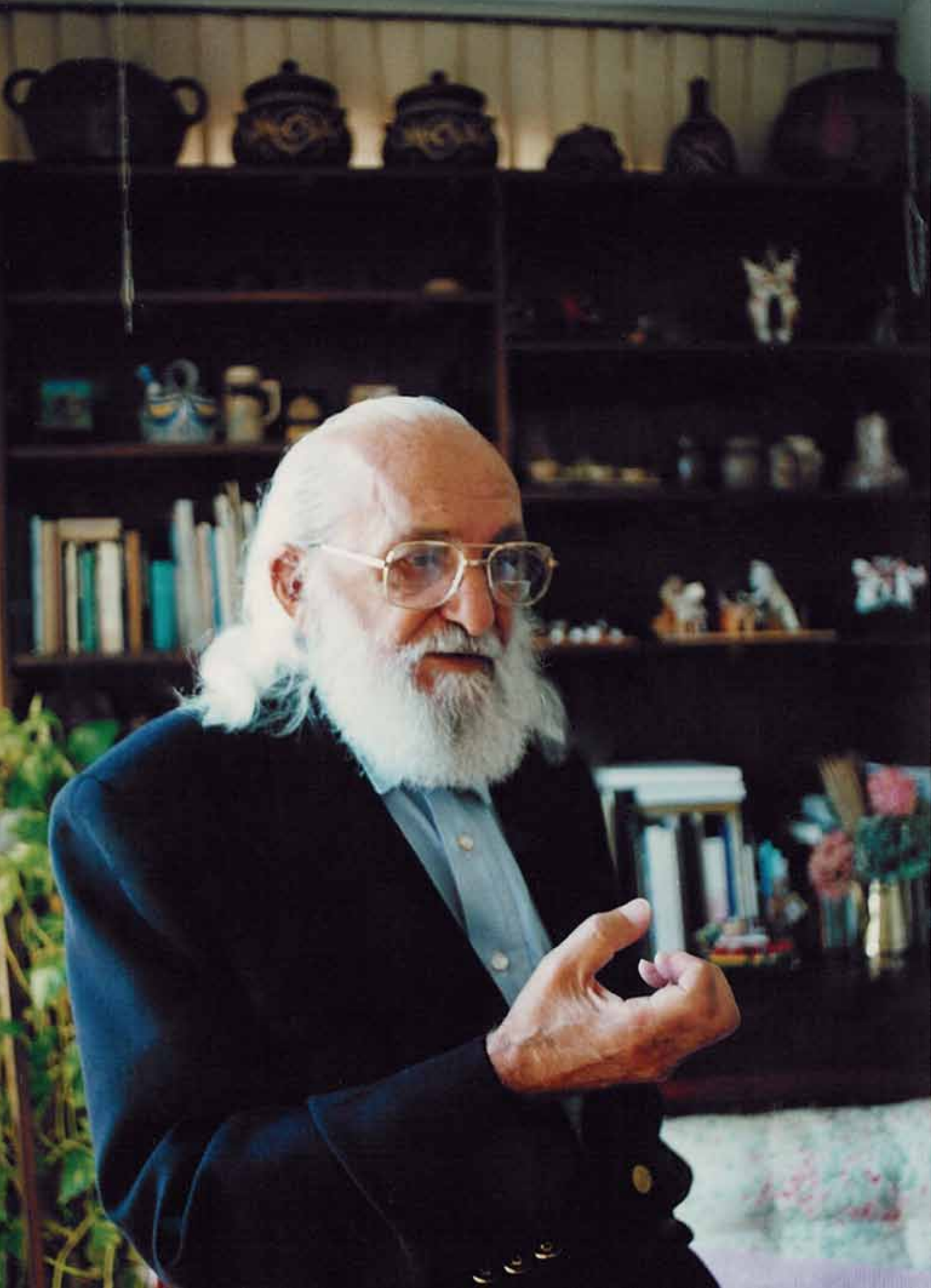
Jason Mafra
Graduado em História, mestre e doutor em Filosofia da Educação pela Universidade de São Paulo.

Pedagogia do Oprimido, muito mais que um livro datado, é um projeto utópico, por isso, inacabado e contínuo, coerente com a compreensão de existência do educador. Por essa razão, alguns de seus mais conhecidos estudiosos, entre eles, Celso Beisiegel, afirmam que todos os outros livros de Paulo Freire foram, em grande medida, uma retomada de *Pedagogia do Oprimido*, pois ali se aninham, em potência, todos os seus escritos. Quem não encontraria, numa leitura atenta desse clássico, além da *Pedagogia da Esperança*, que ele próprio afirma ser "um reencontro com a *Pedagogia do Oprimido", Política e Educação, Pedagogia da Autonomia*, entre outras de sua extensa produção?

Há outro aspecto curioso nesse livro. *Pedagogia do Oprimido* não resulta de leituras de obras pedagógicas, propriamente. Sua composição é tributária da antropologia, geografia, literatura, teatro, filosofia, semiótica, psicologia, psicanálise, sociologia, história, para citar algumas. Aos conhecimentos sistematizados, Paulo Freire incorporou inúmeros saberes de experiências de diferentes matizes culturais. Tais conexões existenciais, éticas e epistemológicas explicam, em certa medida, a complexidade e a universalidade do pensamento e da vida do educador pernambucano.

Inconclusão, inacabamento e incompletude, palavras que substantivam o conceito de ser humano em Paulo Freire, aplicam-se também à sua obra, seja ela entendida como o clássico livro por meio do qual tornou conhecida a sua pedagogia, seja definida como o conjunto de seus escritos. De fato, ao reafirmar tantas vezes que não desejava imitadores, mas reinventores de seu legado, Paulo Freire revelava a coerência com a dialética que aplicava tanto à sua prática pedagógica quanto aos seus textos que sempre retomava e, muitas vezes, revia. Foi por conta dessa coerência que ele não hesitou em fazer significativas alterações na revisão que empreendeu à 15ª edição de *Pedagogia do Oprimido*, provavelmente, entre 1991 e 1992, momento em que escrevia *Pedagogia da Esperança*.

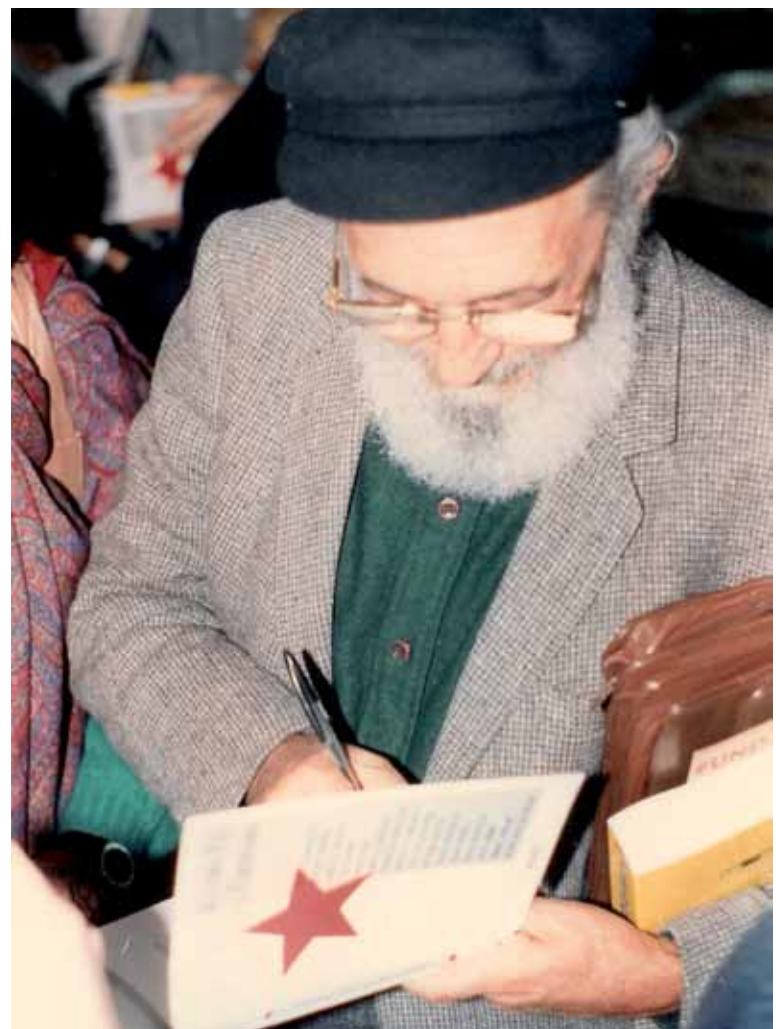
Ano Internacional da Alfabetização em Paris, em reunião do Juri Internacional da Unesco, 1990



11

Marcas da Memória

Comissão de Anistia do Ministério da Justiça



Autografando "*A Educação como Ato Político-Partidário*", livro de propostas educacionais do Partido dos Trabalhadores (PT), 1988

Um projeto de memória e reparação coletiva para o Brasil, criada há dez anos, em 2001, por meio de medida provisória, a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça passou a integrar em definitivo a estrutura do Estado brasileiro no ano de 2002, com a aprovação de Lei nº 10.559, que regulamentou o artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Tendo por objetivo promover a reparação de violações a direitos fundamentais praticadas entre 1946 e 1988, a Comissão configura-se em espaço de reencontro do Brasil com seu passado, subvertendo o senso comum da anistia enquanto esquecimento. A Anistia no Brasil significa, a contrário senso, memória. Em seus dez anos de atuação, o órgão reuniu milhares de páginas de documentação oficial sobre a repressão no Brasil e, ainda, centenas de depoimentos, escritos e orais, das vítimas de tal repressão. E é deste grande reencontro com a história que surgem não apenas os fundamentos para a reparação às violações, como também a necessária reflexão sobre a importância da não repetição destes atos de arbítrio. Se a reparação individual é meio de buscar reconciliar cidadãos violados, que têm então a oportunidade de verem o Estado reconhecer que errou para com eles, devolvendo-lhes a cidadania e o patrimônio roubados, por sua vez, as reparações coletivas, os projetos de memória e as ações para a não repetição têm o claro objetivo de permitir a toda a sociedade conhecer, compreender e, então, repudiar tais erros. A afronta aos direitos fundamentais de qualquer cidadão singular igualmente ofende a toda a humanidade que temos em comum e é por isso que tais violações jamais podem ser esquecidas. Esquecer a barbárie equivaleria a nos desumanizarmos. Partindo destes pressupostos e,

Fala de Ana Maria Araújo Freire, viúva de Paulo Freire, na 31° Caravana da Anistia. Brasília, 2009

Participantes presentes na 31° Caravana da Anistia de Paulo Freire.

ainda, buscando valorizar a luta daqueles que resistiram – por todos os meios que entenderam cabíveis – a Comissão de Anistia passou, a partir de 2008, a realizar sessões de apreciação pública em todo o território dos pedidos de anistia que recebe, de modo a tornar o passado recente acessível a todos. São as chamadas Caravanas da Anistia. Ao fazê-lo, transferiu seu trabalho cotidiano das quatro paredes de mármore do Palácio da Justiça para a praça pública, para escolas e universidades, associações profissionais e sindicatos, bem como a todo e qualquer local onde perseguições ocorreram. Assim, passou a ativamente conscientizar as novas gerações, nascidas na democracia, da importância de hoje vivermos em um regime livre, que deve e precisa seguir sempre sendo aprimorado. Com a ampliação do acesso público aos trabalhos da Comissão, cresceram exponencialmente o número de relatos de arbitrariedades, prisões, torturas... mas, também, pôde-se romper o silêncio para ouvir centenas de depoimentos sobre resistência, coragem, bravura e luta. É neste contexto que surge o projeto Marcas da Memória, que expande ainda mais a reparação individual em um processo de reflexão e aprendizado coletivo, fomentando iniciativas locais, regionais e nacionais que permitam àqueles que viveram um passado sombrio, ou que a seu estudo se dedicaram, dividir leituras de mundo que permitam a reflexão crítica sobre um tempo que precisa ser lembrado e abordado sob auspícios democráticos.

Para atender estes amplos e inovadores propósitos, as ações do Marcas da Memória estão divididas em quatro campos:

a) Audiências públicas: atos e eventos para promover processos de escuta pública dos perseguidos políticos sobre o passado e suas relações com o presente. Exemplos destas audiências têm sido as sessões temáticas ocorridas desde 2008 sobre as diferentes categorias

profissionais de trabalhadores e sindicalistas demitidos arbitrariamente na ditadura, bem como as audiências públicas sobre os limites e possibilidades para a responsabilização dos torturadores do regime militar ocorridas em Brasília (2008) e, mais recentemente, sobre o regime jurídico do anistiado político militar ocorrida no Rio de Janeiro (2010);

b) História oral: entrevistas com perseguidos políticos baseadas em critérios teórico-metodológicos próprios da história oral. O primeiro projeto em andamento realiza 108 entrevistas, gravadas, filmadas e transcritas, de pessoas que vivenciaram histórias atreladas à resistência nos períodos de ditadura e contemplados pela Lei nº 10.559/2002. É realizado em parceria com as universidades federais de Pernambuco (UFPE), Rio Grande do Sul (UFRGS) e Rio de Janeiro (UFRJ), com o financiamento do Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos – CFDD (2009-2010). Todas as entrevistas ficarão disponíveis no Memorial da Anistia e poderão ser disponibilizadas nas bibliotecas e centros de pesquisa das universidades participantes do projeto para acesso da juventude, sociedade e pesquisadores em geral;

c) Chamadas públicas de fomento às iniciativas da sociedade civil: por meio de chamadas públicas, a Comissão seleciona projetos de preservação, de memória, de divulgação e difusão advindos da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) e entidades privadas sem fins lucrativos. No primeiro chamamento público realizado em 2010, as propostas selecionadas elaboraram produtos, como: livros, documentários, materiais didáticos e informativos, exposições artísticas, peças teatrais, palestras e musicais. Entre os produtos selecionados estão: *Caravanas da Democracia*, documentário sobre a atuação da Comissão de Anistia; o livro *Caravanas da Anistia – O Brasil pede perdão*; *Repare Bem*, documentário sobre os filhos dos perseguidos políticos; documentário sobre 24 ex-presas políticas da Colônia Penal do Bom Pastor de Recife; *Para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça,* exposição de painéis com fotos e textos sobre os 30 anos da Lei de Anistia; *Filha da Anistia*, peça teatral com 27 apresentações gratuitas em seis estados; *Resistir é Preciso*, palestra musical sobre a luta pela anistia e democracia; oficinas de debates e criação de Centros Culturais de Direitos Humanos para a paz; *Tempo de Resistência*, musical sobre marcos da ditadura; *Sala Escura da Tortura*, exposição da obra de quatro artistas plásticos renomados internacionalmente, sobre protestos à violação de direitos humanos.

d) Publicações: com o propósito de publicar uma coleção de livros de memórias dos perseguidos políticos, dissertações e teses de doutorado sobre o período da ditadura e a anistia no Brasil, além de reimprimir ou republicar outras obras e textos históricos e relevantes e registrar anais de diferentes eventos sobre anistia política e justiça de transição. Sem fins comerciais ou lucrativos, todas as publicações são distribuídas gratuitamente, especialmente para escolas e universidades. O primeiro desses livros foi publicado com os Anais do Seminário Luso-Brasileiro sobre Repressão e Memória Histórica (2009) e com os Anais do Seminário Internacional sobre Anistias na Era da Responsabilização, em parceria com a Universidade de Oxford (2010). Mais recentemente, publicou-se o livro de elaboração do Grupo Amigos de 68, com 100 escritos de 100 perseguidos políticos (2011).

O projeto Marcas da Memória reúne depoimentos, sistematiza informações e fomenta iniciativas culturais que permitam a toda a sociedade conhecer o passado e dele extrair lições para o futuro. Reitera, portanto, a premissa que apenas conhecendo o passado podemos

evitar sua repetição no futuro, fazendo da Anistia um caminho para a reflexão crítica e o aprimoramento das instituições democráticas. Mais ainda: o projeto investe em olhares plurais, selecionando iniciativas por meio de edital público, garantindo igual possibilidade de acesso a todos e evitando que uma única visão de mundo imponha-se como hegemônica ante as demais.

Espera-se, com este projeto, permitir que todos conheçam um passado que temos em comum e que os olhares históricos anteriormente reprimidos adquiram espaço junto ao público para que, assim, o respeito ao livre pensamento e o direito à verdade histórica disseminem-se como valores imprescindíveis para um Estado plural e respeitador dos direitos humanos.

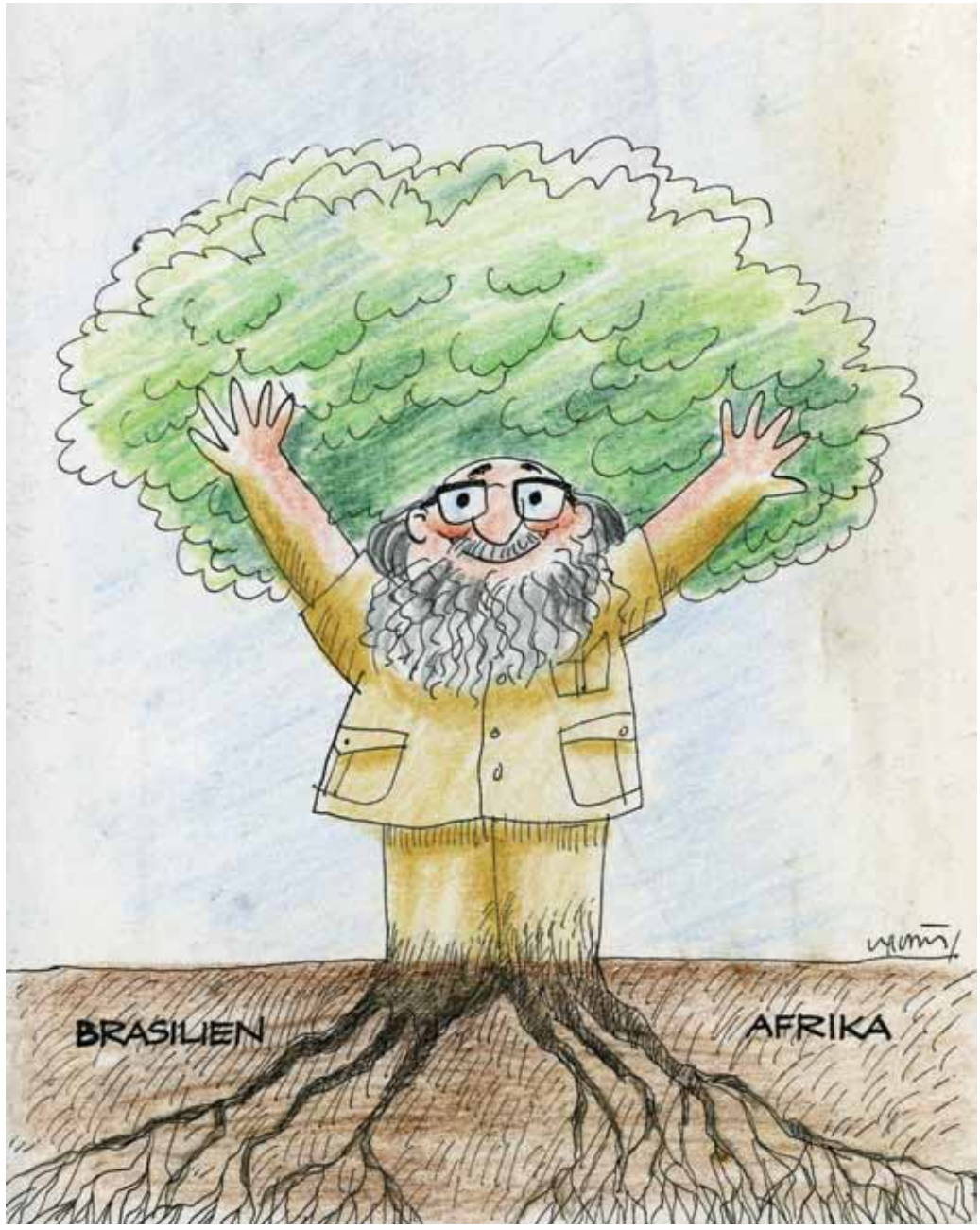
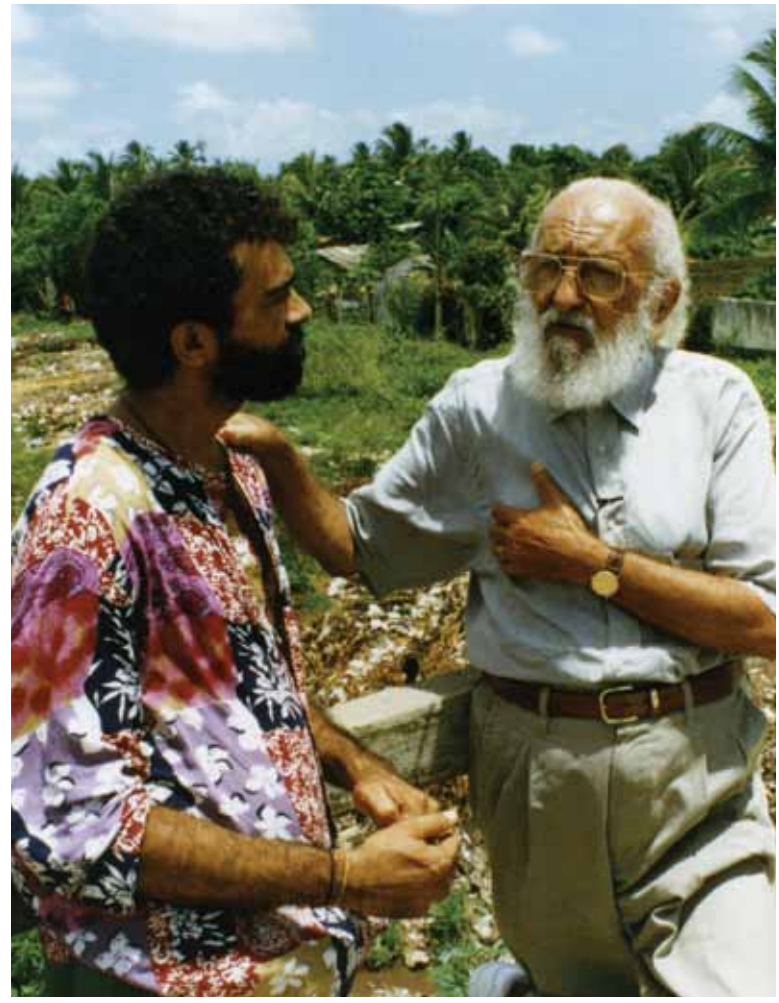


Ilustração de
Claudius Ceccon

OLA ESTADUAL JOSÉ
EIA NOSSO GRANDE E
PAULO FREIRE

12

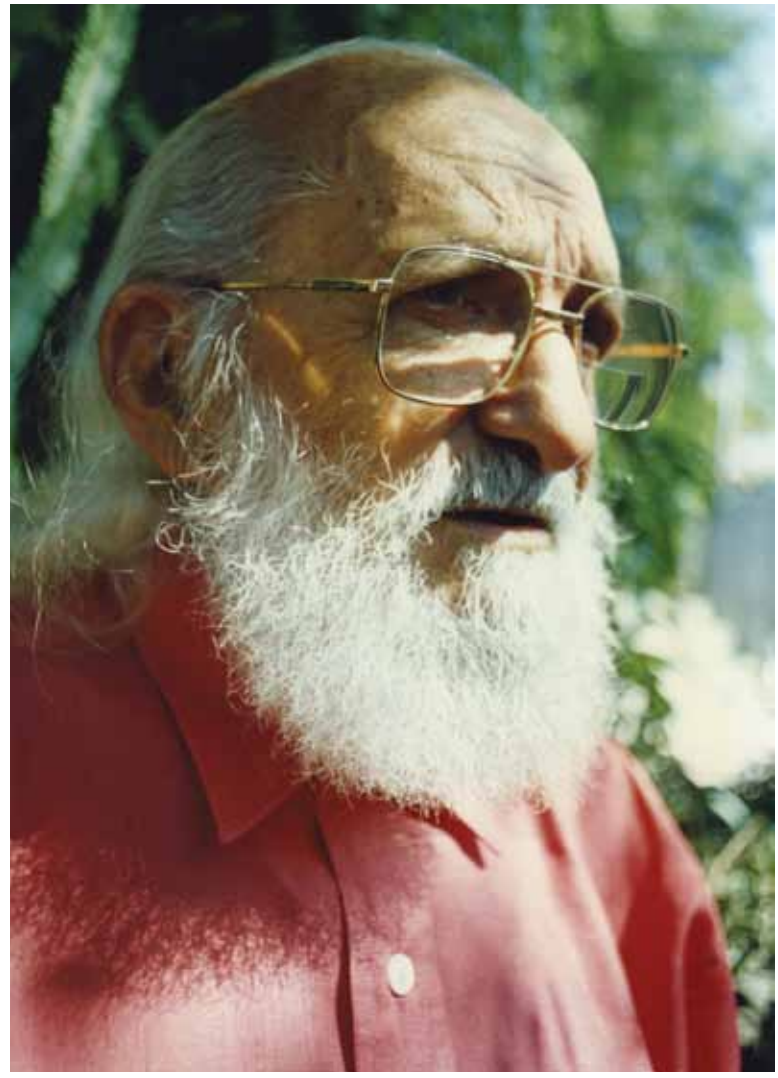
Caravanas da Anistia

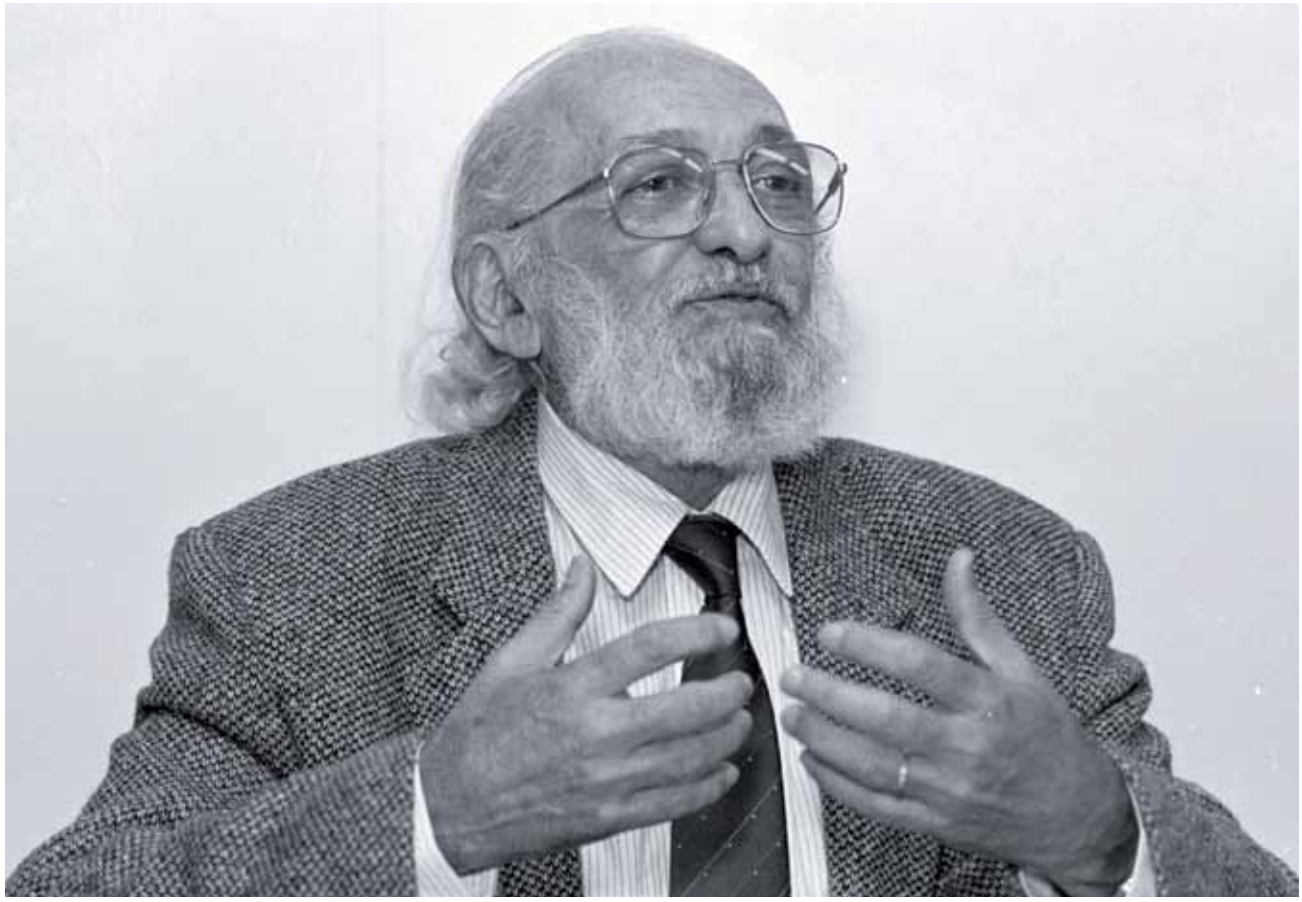


O sempre retorno a Recife. Paulo Freire conversando ao fundo de um lixão com o educador popular Antonio Denilson Rodrigues Pinto, em 1996

O projeto das Caravanas da Anistia nasceu da percepção da necessidade de publicizar o processo reparatório no Brasil. Entre 2001 e 2007, a Comissão julgara mais de 25 mil pedidos de anistia nos salões de mármore do Palácio da Justiça, reunindo um enorme número de depoimentos e informações valiosos para nosso processo democrático, mas de acesso restrito e difícil, na medida em que poucos cidadãos tinham a possibilidade de participar de suas sessões públicas.

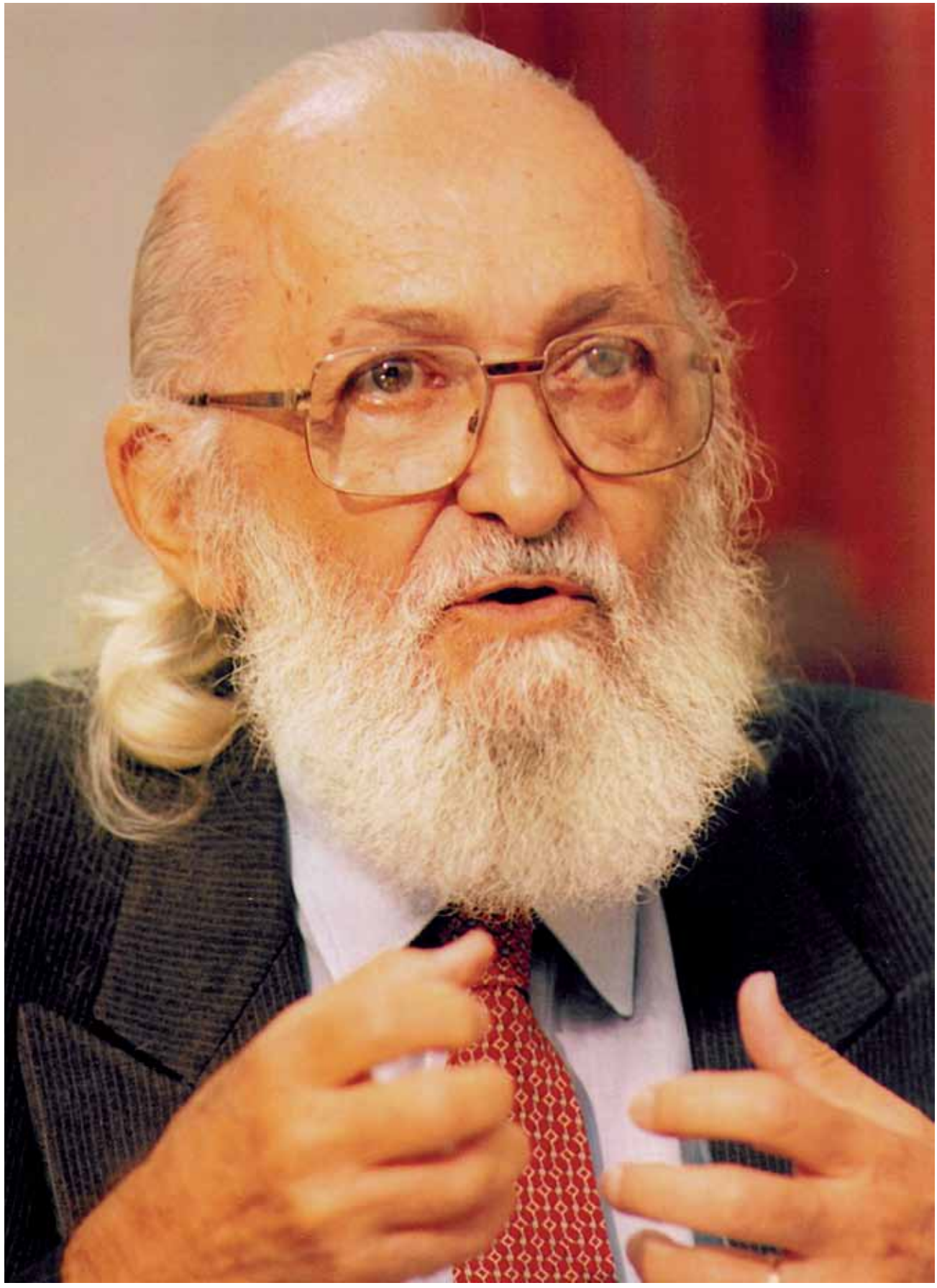
Lançado em abril de 2008 na sede da Associação Brasileira de Imprensa, no Rio de Janeiro, o projeto das Caravanas passou a levar as sessões da Comissão de Anistia aos mais variados locais de todas as cinco regiões do País, buscando efetivar a reparação moral e econômica dos perseguidos políticos nos locais onde ocorreram as violações aos seus direitos, em um movimento que, a um só tempo, permite a verdadeira reparação moral, na medida em que retira do perseguido, na ágora pública, a pecha de "criminoso" ou "terrorista" e, ainda, dá amplo acesso público a todo o trabalho da Comissão, permitindo a toda a sociedade conhecer não apenas as histórias de lutas e arbitrariedades que tiveram nossa pátria como palco entre os anos de 1946 e 1988 como, especialmente, também conhecer todo o processo de reparação em curso: seus métodos, critérios, limites e feitos.





Em quatro anos anos de funcionamento, foram realizadas mais de cinquenta Caravanas em dezessete estados da federação, passando por capitais, mas também por cidades do interior. As Caravanas foram recebidas em escolas, sindicatos, universidades, na Câmara dos Deputados, em assembleias legislativas estaduais e câmaras de vereança municipais, bibliotecas, instituições religiosas, sedes de associações profissionais, em diversas seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil, no terreno da antiga sede da União Nacional dos Estudantes (destruída pelas forças da repressão) e em diversos encontros de classe e categorias, como fóruns de estudantes, educadores e trabalhadores organizados. Mais de 16 mil pessoas estiveram presentes nas sessões de julgamentos que apreciaram mais de oitocentos pedidos de anistia, muitas vezes precedidas de eventos acadêmicos e culturais, tendo as Caravanas levado a história de brasileiros, ilustres ou desconhecidos, às capas e manchetes dos principais jornais do Brasil, permitindo o esclarecimento histórico e a devida oficialização do pedido de desculpas do Estado pelas violações praticadas contra seus cidadãos.

Com o projeto das Caravanas, a Comissão de Anistia uniu reparação, memória e verdade em um só processo, integrando diferentes dimensões da Justiça de Transição com vistas ao aprimoramento democrático do Brasil. Este projeto, inédito no mundo, propõe um verdadeiro encontro do país com sua história, com vistas à reconstrução da confiança cívica no Estado e, sobretudo, à promoção de um amplo processo cultural e pedagógico de reflexão sobre a repressão e a democracia, para que os erros do passado não se repitam e para que, nunca mais, este País viva as trevas de uma ditadura.



13

Cronologia

1921 Paulo Freire nasce em Recife, no dia 19 de setembro.

1927 Entra, já alfabetizado, na escolinha particular da professora Eunice Vasconcelos.

1931 Mudança para Jaboatão dos Guararapes (PE).

1934 Morte do pai Joaquim Temístocles Freire, quando Paulo tem 13 anos.

1937 Ingressa no Colégio Osvaldo Cruz, em Recife (PE), como bolsista.

No colégio Osvaldo Cruz, no Recife, como bolsista, conseguiu concluir seus estudos secundários. Em 1942 retornaria, agora como professor de língua portuguesa

1941 Ganha seu primeiro emprego como docente: é convidado para lecionar Língua Portuguesa no Colégio Osvaldo Cruz.

1941 a 1947 É professor de Língua Portuguesa em educandários do Recife.

1943 Ingressa na Faculdade de Direito do Recife.

Paulo Freire em Recife, como diretor do setor de Educação do Sesi, 1949

1944 Paulo Freire é dispensado do serviço militar por estar exercendo a docência.

Casa-se com Elza Maia Costa de Oliveira.

1946 a 1954 Faz as primeiras experiências com o método, que mais tarde seria conhecido como "Método Paulo Freire".

1947 Forma-se Bacharel em Direito e assume a Diretoria da Divisão de Educação e Cultura do Sesi (PE).

1952 É nomeado professor catedrático da Faculdade de Belas Artes da Universidade do Recife.

1954 É nomeado diretor superintendente do Departamento Regional do Sesi (PE), cargo que ocupou até outubro de 1956.

1954 a 1960 É professor de História e Filosofia da Educação no curso de formação do professorado de desenho da Escola de Belas Artes da Universidade de Recife.

1956 a 1958 É diretor geral da Organização da Divisão de Educação do Sesi.

1958 Expõe o trabalho A Educação de Adultos e as Populações Marginais: o problema dos mocambos no II Congresso Nacional de Educação de Adultos realizado no Rio de Janeiro.

1959 Defende a tese Educação e Atualidade Brasileira e obtém o título de Doutor em Filosofia e História da Educação na Universidade do Recife.

1961 É conferido a ele o título de Livre Docente da Faculdade de Belas Artes da Universidade do Recife. Tendo perdido o cargo de docente desta Escola, é nomeado Professor Assistente de Ensino Superior, de Filosofia, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Recife.

Escreve *A Propósito de uma Administração*. Recife: Imprensa Universitária.

1962 Cria o Serviço de Extensão Cultural (SEC) da Universidade do Recife e é seu diretor até 1964.

Cartaz de Divulgação do II Congresso Nacional de Educação para Adultos, julho de 1958

1963 Em Angicos (RN), alfabetiza 300 trabalhadores. Este trabalho obtém grande repercussão nacional e internacional. Estende a experiência com seu Método para Natal (RN) e João Pessoa (PB).

Publica *Alfabetização e Conscientização*. Porto Alegre: Editora Emma.

Inicia o projeto que se chamaria, em 1964, "Programa Nacional de Alfabetização", alfabetizando adultos no Gama, Brasília (DF).

É membro do Conselho Municipal de Educação de Recife e presidente da Comissão Nacional de Cultura Popular (MEC) em Brasília (DF).

1964 Coordena o "Programa Nacional de Alfabetização" do governo João Goulart.

Golpe Militar extingue o "Programa Nacional de Alfabetização". Instaura-se a ditadura.

Paulo Freire é preso (prisão política) por 72 dias.

Paulo Freire se exila na Bolívia e fica lá por 15 dias. Neste mesmo ano, exila-se no Chile por causa do golpe militar na Bolívia.

Paulo de Tarso, Ministro da Educação e Paulo Freire, durante visita ao Círculo de Cultura do Gama (DF), em setembro de 1963

1967 Publica o livro *Educação como Prática da Liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, com introdução de Francisco C. Weffort.

1967 a 1968 Escreve, no Chile, o livro *Pedagogia do Oprimido*.

1968 *Publica Extensão ou Comunicação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. Coordena seminários no Centro de Estudos Interculturais (Cuernavaca, México).

Publica *Educação e Conscientização: extencionismo rural*. Cuernavaca (México): Cidoc. (Cuaderno 25).

1969 Muda-se para Cambridge, Massachussetts, USA. É nomeado perito da Unesco.

Leciona na Universidade de Harvard por onze meses.

1970 Publica *Pedagogia do Oprimido* (manuscrito de 1968).

Transfere-se para Genebra, Suíça, para trabalhar no Conselho Mundial das Igrejas. Passa a "andarilhar" pelos cinco continentes.

1971 Funda, com outros exilados, o Instituto de Ação Cultural (Idac), em Genebra. Dedica-se, de modo especial, ao trabalho de educação em alguns países africanos.

Escreve o artigo *Papel da Educação na Humanização*. Revista Paz e Terra.

Paulo Freire é esculpido (2º da esquerda para direita), ao lado de Pablo Neruda, Mao Tsé-Tung e outros

1972 É esculpida pela artista plástica Pye Engstron, em Estocolmo, na Suécia, uma escultura em sua homenagem, que aparece ao lado das esculturas de Pablo Neruda, Ângela Davis, Mao Tsé-Tung, Sara Lidman, Elise Ottosson-Jen e George Borgström. Uma homenagem da artista aos que lutaram contra a opressão.

1972 a 1974 É professor da Faculdade de Psicologia e Ciência da Educação da Universidade de Genebra, durante a segunda fase do exílio.

1973 Recebe o título de Doutor da Universidade Aberta de Londres.

Publica *Education for Critical Consciousness*. New York.

1975 Recebe o "Prêmio Mohammad Reza Pahlev do Irã", pela Unesco.

1975 a 1979 Atua, com a Equipe do Idac, nos programas de educação e de alfabetização da Guiné-Bissau, Cabo Verde, Angola e São Tomé e Príncipe, na África.

1976 Escreve *Ação Cultural para a Liberdade e Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

1977 Escreve *Cartas à Guiné-Bissau*. Registros de uma experiência em processo. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

1978 Escreve *Os Cristãos e a Libertação dos Oprimidos*. Lisboa: Edições Base.

1979 Obtém o seu primeiro passaporte e visita São Paulo, Rio de Janeiro e Recife.

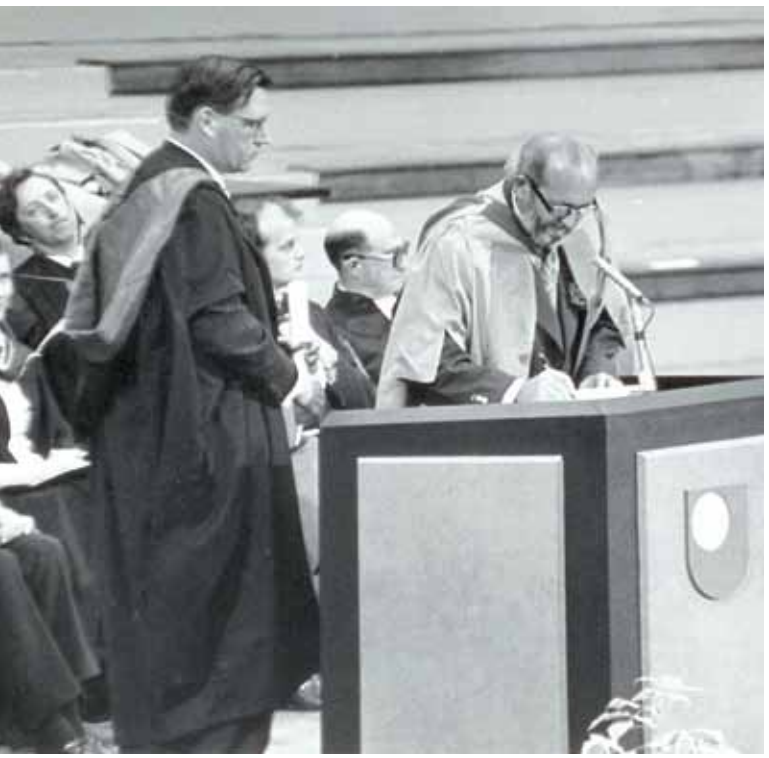
Recebe o título de Doutor em Ciências da Educação *Honoris Causa* da Universidade de Genebra.

Publica *Educação e Mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Recebe homenagem da Ordem do Mérito da Marim dos Caetés, de Olinda (PE).

1980 Retorna definitivamente ao Brasil, depois de 16 anos de exílio.

Diploma da Universidade de Genéve com o título Doutor em Ciências da Educação *Honoris Causa*



Paulo Freire recebe o título de Doutor *Honoris Causa* da Universidade de Louvain, Bélgica, em 1975

1980 a 1990 Professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

1980 Ingressa, como docente, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Recebe o "Prêmio Rei Balduíno para o desenvolvimento", chamado de o "Nobel da Bélgica", pela contribuição no campo da educação e pelo reconhecimento de sua prática pedagógica.

Escreve *Quatro Cartas aos Animadores e às Animadoras Culturais*. República de São Tomé e Príncipe: Ministério da Educação e Desportos, São Tomé.

1981 Participa da fundação do Vereda – Centro de Estudos em Educação, em São Paulo.

1982 Publica *Sobre Educação*, com Sérgio Guimarães. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Publica *A Importância do Ato de Ler em Três Artigos que se Completam*, livro que mereceu, em julho de 1990, o "Diploma de Mérito Internacional", concedido pela "International Reading Association", na Suécia.

Diploma de Professor Emérito da Universidade Federal de Pernambuco

1983 Recebe o título de "Cidadão Honorário do Rio de Janeiro".

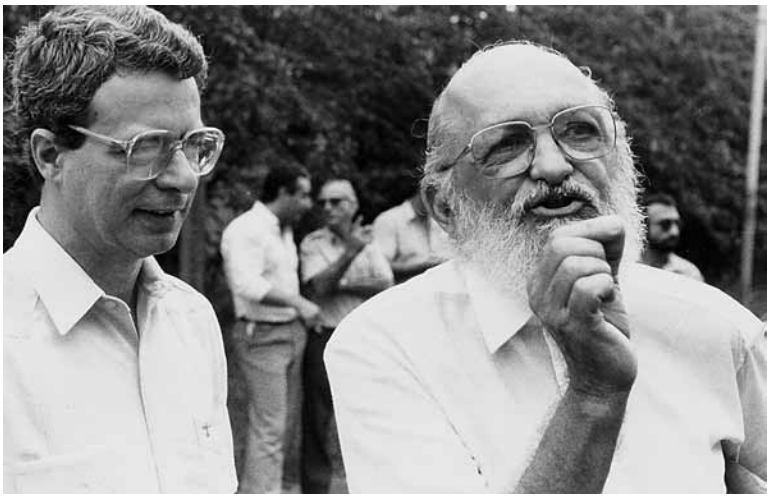
Recebe o título "William Rainey Harper" de educadores e profetas da *Pedagogia do Oprimido*, campeões da justiça e da paz, pioneiros na reestruturação da sociedade, da Associação Religiosa de Educação dos Estados Unidos e Canadá.

1984 Recebe o diploma de Professor Emérito da Universidade Federal de Pernambuco, em reconhecimento pelos relevantes serviços que prestou ao ensino e à pesquisa nessa universidade.

1985 Publica *Por uma Pedagogia da Pergunta*, com Antonio Faundez. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Publica P*edagogia, Diálogo e Conflito*, com Moacir Gadotti e Sérgio Guimarães. São Paulo: Cortez.

Publica *Essa Escola Chamada Vida,* com Frei Betto e Ricardo Kotscho. São Paulo: Ática.



Prêmio Unesco de Educação para a Paz

1986 Recebe o Prêmio Unesco da Educação para a Paz.

Recebe o título Doutor *Honoris Causa* pelo Hampshire College (EVA).

Recebe o certificado de amizade da cidade de Los Angeles.

Recebe o título de Doutor em Letras e Humanidades da Universidade New Hampshire.

Recebe o título de "Cidadão Honorário" de São Paulo.

No dia 24 de outubro, morre sua primeira esposa, Elza Maia Costa Freire.

1987 Publica o livro *Medo e Ousadia*, com Ira Shor. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Publica *Aprendendo com a Própria História*, com Sérgio Guimarães. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Passa a integrar o júri internacional da Unesco, que escolhe e premia as melhores experiências de alfabetização do mundo.

Recebe o título de Professor Emérito da Universidade Estadual de Pernambuco.

Recebe o título de "Cidadão Honorário de São Bernardo do Campo".

Recebe o título de "Cidadão Honorário de Campinas".

Recebe o título de Doutor *Honoris Causa* da Universidade Federal de Santa Maria.

Recebe o título de Comendador da "Ordem Nacional do Mérito Educativo" do MEC, Brasil.

Recebe reconhecimento fraterno em Cochabamba, Bolívia.

Câmara Municipal de São Bernardo do Campo
Professor Paulo Freire
Cidadão São-Bernardense

Certificado com o título de "Cidadão Honorário de São Bernardo do Campo"

Paulo Freire e Ana Maria Araújo Freire na cerimônia de casamento

1988 No dia 27 de março, casa-se em cerimônia religiosa, no Recife, com Ana Maria Araújo Hasche e, em 19 de agosto, em cerimônia civil, quando ela passa a assinar Freire.

Recebe o título Doutor Honoris Causa da Universidade de Barcelona.

Recebe o "Prêmio Estácio de Sá" do governo do Rio de Janeiro.

Recebe o "Prêmio Mestre da Paz", da Asociación de Investigación y Especialización sobre Temas Iberoamericanos (A.I.E.T.I.), Espanha.

Recebe o "Prêmio Frei Tito de Alencar" da Prefeitura de Fortaleza.

Recebe a medalha do Mérito Cidade do Recife.

Recebe o título de Doutor Honoris Causa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

1988 e 1990 Recebe o "Prêmio Manchete de Educação".

Abertura do Congresso Municipal de Educação, em São Paulo (SP), 1990

1989

Publica *Que Fazer: teoria e prática em educação popular*, com Adriano Nogueira. Petrópolis: Vozes.

Assume o cargo de Secretário de Educação do Município de São Paulo.

Recebe o título de "Cidadão Honorário de Belo Horizonte".

Paulo Freire imprimindo suas mãos, numa homenagem, em uma das cidades satélites de Brasília (DF)

1989 a 1991

Atua, no sentido de "mudar a cara da escola", na política popular de educação. Implementa o projeto MOVA-SP (Movimento de Alfabetização de Adultos da cidade de São Paulo).

1990

Recebe o título honorífico de "Educador do Ano", da Câmara Municipal de Mogi das Cruzes.

Recebe o diploma de "Mérito Internacional", em Estocolmo, na Suécia.

Recebe o reconhecimento do Serviço Universitário Mundial em São Paulo.

Publica o livro *Conversando com Educadores*. Montevideo (Uruguai): Roca Viva.

Publica o livro *Alfabetização: Leitura do Mundo, Leitura da Palavra*, com Donaldo Macedo. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

1991

Afasta-se da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo para escrever livros.

Retorna a lecionar na PUC-SP.

Demite-se da Unicamp.

Publica o livro *Educação na Cidade*. São Paulo: Cortez.

Participa da criação do Instituto Paulo Freire em São Paulo.

1992 Recebe o “Prêmio Andres Bello, Educador do Continente”, OEA.

Publica o livro *Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido*. São Paulo: Paz e Terra.

Recebe o título de “Cidadão Honorário de Itabuna”.

Recebe o título de “Cidadão Honorário de Porto Alegre”.

Nota de divulgação do Simpósio do Pensamento de Paulo Freire, 1992

1993 Recebe o título de “Cidadão Honorário de Angicos”.

Recebe a medalha “Libertador da Humanidade”, outorgada pela Assembleia Legislativa da Bahia.

Recebe medalha concedida pela “Conferência Internacional de Educação para o Futuro”, em São Paulo.

Recebe o título de Grão-Mestre da “Ordem Nacional do Mérito Educativo” do MEC.

Publica *Professora Sim, Tia Não: cartas a quem ousa ensinar*. São Paulo: Olho D’Água.

IPF - INSTITUTO PAULO FREIRE

Ata da 1ª Reunião do Conselho

Ata da 1ª Reuniao do Conselho do Instituto Paulo Freire, em 1994

1994 Publica o livro *Cartas à Cristina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Recebe a medalha “Jam Amos Comenius” do governo da República Tcheca, em Genebra, Suíça.

Recebe a homenagem “The Paulo Freire Awards da International Consortium Experimental Learning”, em Washington, USA.

1995

Recebe o título de "Professor Emérito" por seus altos méritos pessoais e pelos serviços de inestimável relevância prestados ao estado de Santa Catarina, à nação brasileira e à humanidade.

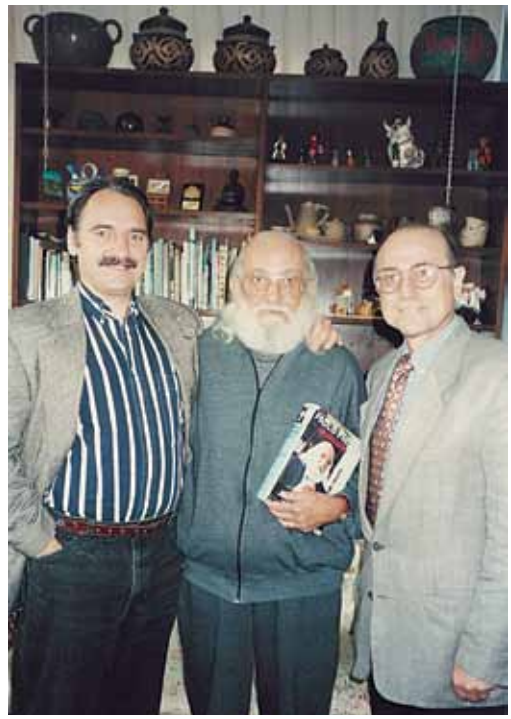
Publica o livro À sombra desta Mangueira. São Paulo: Olho D'Água.

Recebe o título de Doutor Honoris Causa da Universidade de Louvaine, Bélgica.

Recebe o "Prêmio Moinho Santista" em São Paulo.

Criada a "Medalha Paulo Freire" – A educação da paz, liberdade, alfabetização, conscientização, em Portugal.

Recebe o título de "Cidadão Honorário de Uberaba".



Paulo Freire recebendo, em sua casa, de Carlos Alberto Torres e Moacir Gadotti o livro: *Paulo Freire: uma biobibliografia*

1996

Recebe o título de "Cidadão Honorário de Juiz de Fora".

Recebe o título de "Doutor em Letras e Humanidades da Universidade New Hampshire" (EVA).

Participa do lançamento do livro *Paulo Freire: uma biobibliografia*, com a organização de Moacir Gadotti. São Paulo: Cortez.

Primeira edição da *Pedagogia da Autonomia, 1997*

1997

No dia 17 de abril, lança, no Sesc-SP, o livro *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Recebe o título de "Cidadão Honorário de Porto Velho".

No dia 22 de abril deste ano, Paulo Freire dá sua última aula na PUC de São Paulo.

Falece no Hospital Albert Einstein, em São Paulo, no dia 2 de maio, vítima de um infarto agudo do miocárdio. Deixa cinco filhos e viúva.

Cronologia pós-morte

Cartaz de divulgação do I Encontro Internacional do Fórum Paulo Freire

1998 Com o objetivo de dar continuidade ao legado de Paulo Freire, o Instituto Paulo Freire promove o I Encontro Internacional do Fórum Paulo Freire, em São Paulo (SP).

1999 É tema da Escola de Samba Leandro de Itaquera, com o enredo "Por Paulo Freire: Educação, um salto para a liberdade".

2000 É realizado o II Encontro Internacional do Fórum Paulo Freire, em Bologna, Itália.

Sua viúva, Ana Maria Araújo Freire, publica o livro *Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: Unesp.

2001 Ana Maria Araújo Freire publica o livro *Pedagogia dos Sonhos Possíveis*. São Paulo: Unesp.

O Instituto Paulo Freire e a Editora Cortez lançam, a pedido de Paulo Freire antes de seu falecimento, o livro *Educação e Atualidade Brasileira*. São Paulo: Cortez.

2002 É realizado o III Encontro Internacional do Fórum Paulo Freire, em Los Angeles, USA.

2003 É publicado, com Miles Horton, prefácio e notas de Ana Maria Araújo Freire, o livro *O Caminho se Faz Caminhando: conversas sobre educação e mudanças sociais*. Rio de Janeiro: Vozes.

É publicado, com Sérgio Guimarães, o livro *A África Ensinando a Gente: Angola, Guiné Bissau*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

É publicado, com Roberto Iglesias, o livro *El Grito Manso*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno.

Cartaz de divulgação do IV Encontro Internacional do Fórum Paulo Freire

2004 Ana Maria Araújo Freire publica o livro *Pedagogia da Tolerância*. São Paulo: Unesp.

É realizado o IV Encontro Internacional do Fórum Paulo Freire, em Porto, Portugal.

2005 É feito o lançamento do *Projeto Memória: Educar para transformar* (Fundação Banco do Brasil/IPF).

2006 É realizado o V Encontro Internacional do Fórum Paulo Freire, em Valência, Espanha.

Ana Maria Araújo Freire publica o livro Paulo Freire: uma história de vida. Prefácio de Alípio Casali e Vera Barreto. Indaiatuba: Ed. Vila das Letras.

2008 Após dez anos da realização do primeiro Fórum Paulo Freire, é realizado, em São Paulo na PUC-SP, o VI Encontro Internacional do Fórum Paulo Freire.

2009 É declarado anistiado político pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça.

2010 É realizado o VII Encontro Internacional do Fórum Paulo Freire, na cidade de Praia, em Cabo Verde, África.

Comemoração dos 90 anos de Paulo Freire.

Realização

InstitutoPauloFreire

Ed,L Editora e Livraria Instituto Paulo Freire

Projeto **Marcas da Memória**

Comissão de **Anistia**

Ministério da **Justiça**

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA